



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**A RACIONALIDADE PRIVADA NO DEPARTAMENTO  
DE ENGENHARIA FLORESTAL DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE VIÇOSA**

*Vladimir Oganauskas Filho*

VIÇOSA - MG  
DEZEMBRO, 2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**A RACIONALIDADE PRIVADA NO DEPARTAMENTO  
DE ENGENHARIA FLORESTAL DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE VIÇOSA**

*Vladimir Oganauskas Filho*  
*Autor*

*Dileno Dustan Lucas de Souza*  
*Orientador*

Monografia apresentada ao Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para obtenção do título de Engenheiro Florestal.

VIÇOSA - MG  
DEZEMBRO, 2008

VLADIMIR OGANAUSKAS FILHO

**A RACIONALIDADE PRIVADA NO DEPARTAMENTO  
DE ENGENHARIA FLORESTAL DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE VIÇOSA**

Monografia apresentada ao Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para obtenção do título de Engenheiro Florestal.

APROVADA em 3 de dezembro de 2008.

---

Dileno Dustan Lucas de Souza  
(ORIENTADOR)

À

*Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal*

*Por tudo o que aprendi nestes anos,  
pelos companheiros e companheiras que ganhei.*

## AGRADECIMENTOS

*Ao povo brasileiro por propiciar meus estudos, em especial os viçosenses que me abrigaram em sua cidade. Desculpas por, durante este tempo, não contribuir com seu povo à altura.*

*Agradeço muito à minha família, em especial minha mãe e meu pai que me conceberam, fizeram e fazem grandes esforços para que eu tenha chegado e permanecido na universidade.*

*Ao Partido dos Trabalhadores, pela referência política.*

*À Articulação de Esquerda pelo amadurecimento político e referência na organização partidária.*

*Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra pela referência na construção de novos valores, na organização, persistência e coragem na luta.*

*Ao Movimento Estudantil brasileiro, a verdadeira universidade, onde aprendi o que realmente sei.*

*Ao nosso grupo político no ME da UFV, ... Ousadia (1992), Alternativa (1993), Perspectiva (1994), Atitude (DCE-1995), Conseqüência (DCE-1996), Construção (DCE-1997), Compromisso (oposição-1998), Movimento (oposição-1999), Rompendo amarras (oposição-2000), Virando pelo avesso (DCE-2001), Ousando Revirar (oposição 2002), Atitude! (DCE-2003), Sempre na Luta! (oposição-2004), Atuação & Ousadia! (DCE-2005), Roda Viva! (DCE-2006), Voz Ativa! (DCE-2007), Giramundo! (DCE-2008), Avante! (oposição-2009)..., onde aprendi o significado de pertencer a uma coletividade, onde aprendi o que é e como militar.*

*Ao Grupo Apêti de Agroflorestas, que me deu algumas ferramentas para uma nova forma de me relacionar com a natureza.*

*Aos meus companheiros e companheiras de militância de todo o Brasil e da América Latina. Com quem passei alguns dos momentos mais valiosos de minha vida universitária. Em especial os que estive por mais tempo. Os que me receberam em suas casas com coração aberto. E àqueles que me convidaram, mas ainda não pude visitá-los. Tô chegando!*

*Aos companheiros e companheiras de luta de Viçosa com quem convivi. Ensinaaram, compreenderam, respeitaram e me aturaram por todos estes anos. Reuniões, eleições, congressos, assembléias, mobilizações, ocupações, cansaço, tensões, alegrias, tristezas, emoções...*

*Quero agradecer publicamente aos imprescindíveis companheiros Henrique, Thomás e Sílvia por me acolherem naquela gestão; e me proporcionar tanto aprendizado em tão pouco tempo.*

*Aos amigos e companheiros de caminhada Lila, Gutão e Ju, por tudo o que vivemos e aprendemos juntos, e uns com os outros.*

*Aos meus colegas da turma de 2003, uma galera fantástica, que soube se respeitar como ninguém, mesmo diante de tanta pluralidade. Os colegas vão entender que não posso deixar de citar minhas eternas amigas Pâm, Lua, e Livinha. Os grandes amigos John, Brunão e Dieguito. E a Suzan, que adotamos e também faz parte desta turma.*

*Lucas, Paulão, Pedrinho, Márcio, Claiton, Élcio (professor), Chicó, Cowboy, Rômulo, e Dona Mariinha, pelo teto compartilhado nas moradas, os rangos e bate-papos tão valorosos.*

*Aos amigos que me aplicaram nos sambas, que aprendi a admirar e dançar, primeiro às quintas no “Leão” passando por um chorinho às quartas e agora aos sábados no “Marcelo”.*

*A todas e todos aqueles que conheci nos mais diversos momentos, nada foi em vão, vocês foram essenciais.*

## BIOGRAFIA

Vladimir Oganauskas Filho, filho de Maria Zenaide do Nascimento e Vladimir Oganauskas, nasceu em 26 de dezembro de 1982 no município de Salvador, BA. Ingressou no curso de graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa em 2003. Durante o curso fez parte do Grupo Apêti de Agroflorestas; da gestão “*Cidadã(o) da Mata*” do Centro Acadêmico de Engenharia Florestal – CAEF em 2005; participou da organização do 33º, 34º e 36º Congresso Brasileiro dos Estudantes de Engenharia Florestal – CBEEF nos anos de 2003, 2004 e 2006 respectivamente; fez parte das gestões “*Construir a luta, ser sujeito da nossa história*” (2003-2004) e “*A única luta que se perde é aquela que se abandona*” (2005-2006), da Coordenação Nacional da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal - ABEEF-UNE; e da gestão “*Nada esperamos de nenhum, sejamos nós que conquistemos*” (2004-2005) do Núcleo de Conjuntura Política da ABEEF-UNE; Foi o representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, na Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Governo Federal, no período 2006-2007; Foi representante dos estudantes de graduação no Conselho Universitário da UFV nos anos de 2007 e 2008. Assumiu a Coordenação Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Viçosa durante o ano de 2007, na gestão “*Voz Ativa*”.

## **EXTRATO**

OGANAUSKAS FILHO, Vladimir. A Racionalidade Privada no Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa. Orientador: Dilenio Dustan Lucas de Souza.

Este trabalho busca identificar e evidenciar onde e como está presente o poder de intervenção da iniciativa privada sobre o público, dentro do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa. Para isso resgata acontecimentos e as principais políticas que foram implementadas e tiveram influência no desenvolvimento florestal do Brasil desde o período colonial; Traça um paralelo mostrando que as políticas educacionais são fruto das necessidades das classes dominantes de cada época e que o curso de engenharia florestal segue esta mesma lógica. Mostra que a Sociedade de Investigações Florestais não tem grandes diferenças quando comparada às fundações da Universidade de São Paulo analisadas pelo sindicato dos professores daquela Universidade. E ainda que as fundações na verdade não têm papel de captar quantidade significativa de recursos para as Instituições, e sim aos seus membros, que se aproveitam do peso institucional da Universidade para auferir ampliações salariais. A partir da sistematização de dados dos projetos de pesquisa e extensão registrados em nome do DEF na UFV, ficou evidente que quem efetivamente sustenta as pesquisas no Departamento são recursos públicos, porém estes são desviados em benefício das empresas privadas. Percebe-se também que o referido Departamento não tem uma política de extensão. E ainda que se utiliza da tática autoritária de desqualificar aqueles que possuem divergências. Mesmo assim, a luta pela Universidade Democrática e Popular segue em frente, especialmente nos corações e mentes dos estudantes organizados nas suas diversas entidades representativas.



# ÍNDICE

<b>Os Indiferentes</b> .....	10
<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo I: Um pouco de História</b> .....	13
1. As Políticas Florestais no Brasil .....	13
2. A Educação Profissional no Brasil .....	20
<b>Capítulo II: O Departamento de Engenharia Florestal na UFV</b> .....	26
1. O Curso de Engenharia Florestal .....	26
2. A Sociedade de Investigações Florestais .....	30
3. A Pesquisa no DEF-UFV .....	35
3.1. Metodologia utilizada para qualificação dos dados da pesquisa .....	36
3.2. Informações gerais e sobre o financiamento .....	37
3.3. Quanto às fontes de financiamento, modalidade ou treinamento .....	40
3.4. As linhas e áreas de investigação .....	46
3.5. O objeto de estudo .....	50
4. A Extensão no DEF-UFV .....	56
4.1. Qualificação dos dados de Extensão .....	57
4.2. Informações gerais .....	57
4.3. A Concepção de Extensão .....	62
<b>Capítulo III: A Luta pela Universidade Pública</b> .....	64
1. A Busca por Mudanças e a Tentativa de Destituição da Fala .....	64
1.1. O Superego do DEF-UFV aflora .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	72
<b>ANEXOS</b> .....	79

## ***Os Indiferentes***

*[...] acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.*

*A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afogam freqüentemente os entusiasmos mais esplendorosos, é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, porque engole nos seus sorvedouros de lama os assaltantes, os dizima e desencoraja e às vezes, os leva a desistir de gesta heróica.*

*[...]*

*Odeio os indiferentes também, porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço contas a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe quotidianamente, do que fizeram e sobretudo do que não fizeram. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar a minha compaixão, que não posso repartir com eles as minhas lágrimas. Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura que estamos a construir. [...]*

*Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes.*

*Antonio Gramsci  
La Città Futura, 11-2-1917.*

## INTRODUÇÃO

Desde que se entra no curso de engenharia florestal na UFV muitas questões são apresentadas de forma bastante incisivas e de modo a desde já tomar posição sobre elas. Dentre outras, as dicotomias: “*bichos-grilo*” x “*eucalipteiros*” (ou “*agro-boys*”), os que estão na dita área tecnológica ou “tecnocrática” (tecnologia da madeira / papel e celulose) x “conservacionismo romântico” (ambiência). E tudo isso num turbilhão de novos acontecimentos, afinal de contas, acaba-se de entrar num local privilegiado de acesso a novos conhecimentos, novas relações, etc.

Nas primeiras semanas de aula, foi possível ouvir muitos comentários desqualificando pessoas e pensamentos opostos dentre aquelas dicotomias apresentadas. O Centro Acadêmico de Engenharia Florestal – CAEF na primeira aula de ENF 100 – Introdução à Engenharia Florestal, apresenta o filme-documentário “Cruzando o Deserto Verde”, produzido pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde, que debate a questão dos grandes monocultivos de árvores para uma indústria de celulose e papel. Este filme gerou debate sobre a responsabilidade que se deve ter, desde calouros, enquanto futuros engenheiros florestais. Além disso, um alerta importante foi dado por aqueles veteranos: O Departamento de Engenharia Florestal da UFV - DEF prioriza exatamente estes setores mais capitalizados e tecnificados, inclusive em detrimento de outras áreas. Num primeiro momento aquilo não souu bem, calouros sempre ficam com “o pé atrás” com este tipo de coisa.

Ainda naquele ano, foi promovido pela Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF-UNE, e realizado pelo CAEF, o 33º Congresso Brasileiro dos Estudantes de Engenharia Florestal – CBEEF, com o tema “*De onde viemos, para onde vamos?*” o objetivo era discutir a formação profissional do engenheiro florestal. Dentre os espaços de discussão, houve uma mesa redonda na manhã do penúltimo dia sobre o modelo de produção adotado pelo dito “setor florestal”, em que foram convidados membros da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, e de empresas monocultoras de árvores, sendo que estas últimas não compareceram, mas o debate aconteceu com os presentes. Um professor do DEF observou o que estava

acontecendo no auditório e associou aquilo ao Ato Público que havia acontecido no dia anterior. A partir disso passou a articular uma carta abaixo-assinado pedindo desculpas às empresas do setor pelo acontecido no Congresso em Viçosa. Ainda não se sabe se ele soube que o Ato Público do Congresso tinha como tema a questão do lixo na cidade de Viçosa.

No ano seguinte, 2004, a Coordenação Nacional da ABEEF-UNE solicita espaço na disciplina ENF 100, e de início é negado. Sendo o motivo alegado a reclamação por parte de “pessoas”, do filme que foi apresentado no ano anterior. Para que o Professor cedesse o espaço da aula, era necessário apresentar a atividade a ser realizada com os calouros antes, a ele. Vale lembrar que se trata de uma atividade de recepção aos calouros da entidade que os representa em nível nacional.

Mais recentemente, em 2007, um outro acontecimento, sem dúvida o mais forte e representativo do nível de influência da iniciativa privada dentro do DEF, pelo menos, desde 2003. Ocorre quando, em face da participação da ABEEF-UNE em uma mobilização de denúncia dos problemas causados por este modelo de produção do agronegócio numa das empresas associadas à Sociedade de Investigações Florestais - SIF, - fundação de direito privado fundada por docentes do DEF -, este toma a decisão política de retaliar a organização estudantil expulsando-a da sala que ocupava dentro do Departamento.

A partir do estímulo provocado pelos acontecimentos desse relato à vida deste que vos escreve; e por meio deste resgate histórico da construção política necessária para se conceber o Departamento de Engenharia Florestal da UFV com é hoje, este trabalho busca identificar e evidenciar onde e como está presente o poder de intervenção da iniciativa privada sobre o público, dentro do DEF na UFV.

*“O viés privado nas políticas públicas, ou seja, esse poder privado de influenciar as definições políticas e as alocações de recursos de interesse público, uma característica de algumas formas de intervenção estatal no Brasil, coloca, nesse jogo de forças, os profissionais como legitimadores não só de opções técnicas, mas do poder político do Estado e do poder de alguns setores sociais” (COELHO, 1999, p. 263).*

E para que isto seja explicitado em bases ainda mais concretas, foi realizado segundo rigor da metodologia científica a sistematização dos dados de projetos de pesquisa e extensão registrados em nome do DEF na UFV, e estarão aqui apresentados na forma de gráficos e tabelas.

## CAPÍTULO I

### *Um Pouco de História*

*Para se perceber melhor o processo de profissionalização, a análise das políticas públicas e das formas de vida ou produção cultural e social torna-se referência importante (COELHO, 1999, p. 265).*

#### ***1. As Políticas Florestais no Brasil***

*As florestas sempre foram vistas como fonte de lucro e geridas para maximizar este objetivo. O premonitório gesto dos primeiros portugueses ao derrubar a primeira árvore, para em seguida transformá-la num símbolo cristão de salvação humana, deflagrou a devastação que atravessou diversas fases. Essas fases repetidas em ciclos ao longo da costa, avançaram para o interior do país, reduzindo a grande floresta a pequenas manchas remanescentes. (DEAN, 2000; VICTOR, 2005 apud SILVA, 2006, p. 8)*

Desde o fim do século XVII já existem registros de preocupação com a supressão florestal, claro que naquele momento histórico a preocupação não era por motivações ambientais, mas resultante da percepção de diminuição da matéria prima na costa brasileira para construção naval da coroa portuguesa. Isto pode ser observado com a publicação de ordens reais que visavam conservar uma lista de espécies madeiras para construção naval, as chamadas “madeiras de lei”, que só poderiam ser vendidas aos estaleiros reais pelos preços fixados pelo governador (COELHO, 1999). Esta foi uma das primeiras medidas de organização do corte de madeira no Brasil.

Já no fim do século XVIII e início do XIX, estão registrados nos relatórios dos chamados engenheiros navais e juízes conservadores da Corte, denúncias de que a construção naval havia ficado comprometida devido a grande dificuldade de se encontrar madeira para tal na costa (COELHO, 1999).

Sobre esta preocupação, e a forma como deveria ser a extração de madeiras no Brasil ainda no período colonial, o juiz conservador Baltazar da Silva Lisboa o estudioso José Bonifácio tinham concepções semelhantes. Afirmavam a necessidade de

desenvolver conhecimentos adequados à realidade das florestas tropicais e que a forma como estava sendo realizada, assim como a concepção escravista eram destrutivas e degeneravam a moral da nação (COELHO, 1999).

Silva Lisboa chega inclusive a dizer que “*o suprimento de madeira de navios deveria ser sustentado apenas através do cauteloso manejo das florestas existentes, que incluía um corte seletivo e o incentivo à regeneração de espécies arbóreas de maior valor*” (DEAN apud COELHO, 1999, p. 252, grifo do autor). Uma passagem relevante que demonstra a acuidade da percepção de Silva Lisboa está transcrita pelo mesmo autor:

*[...] aqui, as árvores imponentes apóiam as pequenas e contribuem para seu crescimento periódico: as raízes, que normalmente cobre a superfície do solo, não danificam as novas plantas que estão destinadas a substituir a perda das velhas, quando estas são cortadas ou, por um motivo ou outro, perecem. A observação confirmou que as árvores não aumentam em circunferência e altura relativa, plantadas fora dos bosques de sua existência natural, seja por meio de mudas brotadas de sementes ou brotos transplantados desses bosques para terreno separado, ainda que fértil [...] o que se pode verificar por inspeção ocular das sucupiras e outras árvores que cresceram em pasto aberto e outras de que solicitei plantio há dez anos em Mapendipe [e] que na maioria pereceram; e as que sobreviveram são todas deficientes para o uso da Armada. (DEAN apud COELHO, 1999, p. 252).*

Em meados do século XIX, no período Imperial, a classe senhorial já convivía há muitos anos com epidemias e falta crônica d'água. Havia sido constatada a relação entre o estado de devastação da floresta original da Tijuca, de onde provinha a maior parte do abastecimento, com estes problemas e então passa a entrar fortemente em discussão a relação entre “produção” de água e a preservação das florestas (COELHO, 1999).<sup>1</sup>

Com isso dá-se início a ação que se tornou marco de sucesso no Brasil para esse tipo de atividade, a reposição florestal da Floresta Imperial da Tijuca comandada pelo Major Manuel Gomes Archer (COELHO, 1999).

É salutar dizer que mesmo os conhecimentos silviculturais da época sendo de origem basicamente francesa e alemã, o Major Archer traduziu-as para a realidade local, respeitando a heterogeneidade de espécies e “organização” das matas tropicais (COELHO, 1999).

---

<sup>1</sup>Victor (2005, p. 21) estima que neste mesmo período, a área que compreende hoje o estado de São Paulo ainda teria 79,7% de cobertura florestal.

Relevantes também nesse mesmo período foram os debates que surgiram em torno da criação de medidas como o policiamento da floresta, de um serviço florestal, e em 1874 Archer deixa registrada a necessidade do ensino e da prática florestal e a criação de mais florestas como espaço protegido (COELHO, 1999).

Sobre as concepções que permeiam as questões até aqui retratadas, especialmente as idéias de Silva Lisboa e José Bonifácio, Coelho (1999, p. 253) coloca que:

*[...] são referências de possibilidades históricas que foram abertas, mas que não tiveram continuidade efetiva a longo prazo, pois, a sociedade senhorial e patriarcal brasileira optou pelo monocultivo extensivo e por uma economia agroexportadora, latifundista e escravocrata. Esta forma de vida social e econômica impôs um padrão de relacionamento sociedade-natureza de tipo utilitarista, imediatista e predatório. (grifo nosso)*

Ainda relacionado a este pensamento, Coelho (1999) evidencia em sua tese, ainda neste mesmo período, um outro pesquisador, desta vez austríaco, que veio ao Brasil para chefiar a Estação Agrônômica de Campinas, o Químico Agrícola Franz Dafert, que tentou de diversas formas construir um outro modelo de desenvolvimento, ainda que voltado para benefício das elites, porém menos predatório, mas também não obteve sucesso. Ainda sobre esta questão, Cardoso apud Silva (2006, p. 8) afirma que:

*As relações homem-natureza refletem as relações sociais, as relações dos homens entre si. Ou seja, o homem estabelece, antes, relações sociais de produção e estas no capitalismo são relações assimétricas, nas quais os grupos humanos e as distintas classes sociais têm poder desigual.*

Dentro do hoje chamado “setor florestal”, isso passa a ter maior significado com o desenvolvimento tecnológico para a produção de madeira impulsionado pela burguesia paulista, com fins de diminuir a pressão social que os responsabilizava pela devastação realizada pela Companhia Ferroviária Paulista para obtenção de lenha, dormentes e carvão, no início do século XX (COELHO, 1999).

Apesar de não ter sido o pioneiro na experimentação e utilização do eucalipto, Edmundo Navarro de Andrade foi o grande responsável pelo desenvolvimento e difusão do plantio homogêneo de eucalipto em larga escala no Brasil. Ao ser contratado pela Companhia, em 1904, implantou estações experimentais em São Paulo testando dezenas

de espécies nativas e exóticas, e confirmou que o eucalipto tinha melhor desempenho na produção da qualidade de madeira desejada (COELHO, 1999; VICTOR, 2005).<sup>2</sup>

O sucesso obtido para a Companhia Ihe rendeu em 1911 a direção do Serviço Florestal, que foi transformado quase que unicamente num produtor e difusor de sementes de eucalipto, em detrimento, inclusive, de pesquisas que tinham por fim estabelecer outras espécies para os mais diversos objetivos (COELHO, 1999; FANZERES, 2005). Nove anos depois, 1920, o estado de São Paulo já apresentava algo como 44,8% de cobertura florestal (VICTOR, 2005, p. 38).

Este processo de estímulo desenfreado ao plantio, basicamente de eucalipto, teve como consequência nesse período além de problemas sociais, a prática de substituição das florestas nativas pelas monoculturas arbóreas por parte dos grandes proprietários com fins de reafirmar a posse das propriedades que não foram demarcadas na Lei de Terras de 1850 por pressão dos próprios latifundiários (COELHO, 1999)<sup>3</sup>. Em 1935, a cobertura florestal de São Paulo havia sido reduzida a 26,2% (VICTOR, 2005, p. 39). Também em decorrência da falta de regularização fundiária no Brasil, temos visto até hoje sérios e violentos conflitos em disputas pela posse de terras, e em grande parte deles as principais empresas ditas do “setor florestal” estão envolvidas (FANZERES, 2005).

*A ausência de políticas públicas ativas de proteção das florestas nativas e a recuperação das áreas desmatadas era papel do estado, que estava a reboque das ações do setor privado interessado somente no aumento das taxas de lucros sem nenhum compromisso social de recuperação e conservação de matas nativas. (FANZERES, 2005, p. 4, grifo nosso).*

E mesmo com a promulgação dos códigos Florestal e das Águas em 1934, do qual Navarro de Andrade era opositor, e a criação dos Serviços Florestais em alguns estados, essa pressão sobre as matas nativas, matéria-prima motora das indústrias de base florestal até os anos 60, não diminuiu, fato é que em 1952 tínhamos apenas 18,2% de cobertura florestal (COELHO, 1999; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002; VICTOR, 2005). Isto porque tinham por objetivo

---

<sup>2</sup>Victor (2005, p. 25) estima que em 1907, o estado de São Paulo ainda tinha 58% de cobertura florestal.

<sup>3</sup>O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a ocupação de terras públicas na região amazônica traz informações alarmantes de algumas das consequências da desorganização fundiária, chegando a estimar que só no Estado do Amazonas um terço do território está grilado, em torno de 55 milhões de hectares. E que em todo o país facilmente é ultrapassada a soma de 100 milhões de hectares (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002, p. 533).



*[...] atender demandas internas, especialmente do setor madeireiro, e atenuar as críticas feitas pelos setores conservacionistas aos desmatamentos produzidos pela extração desordenada de madeiras em Reservas Florestais e também à expansão de monoculturas florestais sem políticas claras de ordenamento territorial. (FANZERES, 2005, p. 5, grifo nosso).*

O período que segue é de grande tensão política no mundo com a polarização entre Estados Unidos da América e União Soviética, a “guerra fria”. Em grande medida é esta disputa entre o bloco socialista<sup>4</sup> e capitalista<sup>5</sup>, que está por traz das mobilizações de rua que aconteceram quando da tentativa do então presidente João Goulart de fazer uma reforma agrária massiva, - que pretendia diminuir bastante os problemas fundiários e sócio-econômicos no país -, juntamente com o anúncio de outras medidas de cunho estrutural, as tão aclamadas “reformas de base”, resultaram dezessete dias depois em golpe dos militares brasileiros apoiados pelos EUA.

No Brasil, depois do golpe militar em 1964, a política de cunho desenvolvimentista<sup>6</sup> iniciada anos antes com o mandato presidencial de Getúlio Vargas e ampliada por Juscelino Kubitschek, passa agora a ter novo impulso, especialmente no campo, com a chamada Revolução Verde. Para os países periféricos do capitalismo, ela vem reafirmar o seu papel na divisão internacional do trabalho preconizada a partir da revolução industrial, de produtor-exportador de produtos primários.

Os princípios dessa revolução tecnológica para o campo são estabelecidos após o grande desenvolvimento da indústria química e da mecânica pesada, necessária à segunda guerra mundial e posteriormente do Vietnã. Facilmente fábricas de blindados de guerra passaram a produzir tratores e às de venenos e gases tóxicos agora davam origem aos mais diversos agrotóxicos. E tudo isso atendia exatamente aquilo que as elites brasileiras queriam, uma modernização no campo que não trouxesse a necessidade de fazer reforma agrária e socializar a terra, que mantivesse e ampliasse o poder

---

<sup>4</sup>Sistema sócio-econômico baseado na propriedade social dos meios de produção e na planificação da economia.

<sup>5</sup>Sistema sócio-econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Pressupõe a extração de mais-valia como parte do valor criado socialmente e apropriado privadamente.

<sup>6</sup>Na falta de uma definição mais precisa, o desenvolvimentismo é muitas vezes confundido com outros fenômenos associados a ele em experiências históricas mais típicas: defesa da industrialização e do intervencionismo, que vai desde políticas econômicas expansionistas, pró-crescimento, até o planejamento e a criação de empresas e bancos de fomento estatais, geralmente emoldurados por uma retórica com apelos ideológicos nacionalistas (FONSECA, 2004, p. 225).

econômico e político dos latifundiários, implantando assim um aparente paradoxo, a “modernização conservadora”.<sup>7</sup> (SILVA, 2006)

É durante este período também que o “setor florestal” deixa de ter apenas ações pontuais e além de planejado a médio e longo prazos, passam a ter grandes programas e ações políticas com massivos investimentos públicos (COELHO, 1999; FANZERES, 2005; RAMOS, 2006; SILVA, 2006).

- **FISET** – Fundo de Incentivos Setoriais – Florestamento (1974-1986). Empréstimos de longo prazo, a custos reduzidos e com dedução do imposto de renda para empresas que investissem em “reflorestamento”<sup>8</sup>, na verdade, monocultivo de árvores, especialmente eucalipto.

- **I e II Plano Nacional de Desenvolvimento** – PND. Tinha como objetivo específico: “desenvolver a agricultura moderna de base empresarial que alcance as condições de competitividade internacional em todos os principais produtos”.

- **PNPC** - Plano Nacional de Papel e Celulose. Com objetivo de tornar o Brasil auto-suficiente na produção de papel e, além de garantir o suprimento do mercado interno de celulose, gerar excedentes em escala para exportação. Para garantir a meta, o Plano pretendia reflorestar uma área de 4 milhões de hectares.

- Criação dos **Distritos Florestais** - Se constituiu em mais uma iniciativa para atender as demandas do “setor florestal” na procura por recursos de longo prazo e a custos reduzidos.

- **Concessão** de terras públicas – Os governos estaduais, em sintonia com o governo federal, cedem às empresas, sob contrato de em média 30 anos, terras sem cadeia dominial reconhecida em cartório. Esta foi uma pratica recorrente especialmente no norte de Minas Gerais, estando vinculada principalmente ao complexo siderúrgico.

Como resultado desta política Fanzeres (2005, p. 6) ressalta que:

*A partir daquele momento, começa a se delinear uma série de conflitos e disputas, presentemente denominados de caráter sócio-ambientais. Porém, até o retorno e solidificação das liberdades políticas no Brasil, iniciado em 1985, as disputas eram mantidas em um caráter local e isolado. A memória dos que vivenciaram estes momentos reconstrói as ações das empresas ou de seus intermediários como revestidas de violência moral ou física, tendo até gerado a morte de muitos. As disputas hoje denominadas sociais eram*

<sup>7</sup>Baseado em estudos de fotointerpretação, Victor (2005, p. 55) nos informa que em 1973 só restavam 8,3% de cobertura florestal em São Paulo.

<sup>8</sup>Diante da disputa ideológica, presente principalmente na terminologia utilizada ao se referir às plantações de espécies arbóreas, a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF-UNE, lançou um documento em 2004 que está no ANEXO A.

*basicamente pela apropriação da terra à custo zero ou preços simbólicos. Etnias indígenas e quilombolas, até mais desempoderadas que os trabalhadores rurais que também ocupavam estas terras sem títulos de posse, foram igualmente expulsas ou cercadas por vastas extensões de plantios de árvores. Em seguida começaram os problemas ambientais devido ao desmatamento para substituição da floresta nativa, inapropriada para os fins industriais almejados; e a utilização de produtos químicos para o combate de formigas e outros males atacando os monocultivos de árvores. Os impactos em relação aos recursos hídricos, que bem demonstram a combinação sócioambiental ao prejudicarem a sobrevivência humana e da biodiversidade nativa, na verdade, só surgiram uns tempos depois da implantação destes plantios. E presentemente é um dos temas de maior importância a ser debatido e resolvido em relação à vastas plantações de árvores. (grifo nosso)*

Fica claro então, que as principais empresas privadas do “setor florestal” hoje, foram na verdade gestadas com dinheiro público e em troca, o flagelo para milhares de famílias, especialmente das chamadas “populações tradicionais” (COELHO, 1999; FANZERES, 2005; SILVA, 2006). Como se não bastasse serem impulsionadas, são amplamente favorecidas a todo tempo, como coloca Fanzeres (2005, p. 5) em seu estudo:

*[...] também deve ser ressaltado o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que garantiu vultosas somas de recursos financeiros ao setor florestal. Segundo dados do próprio BNDE, até 1994, só para o setor de celulose e papel foram liberados US\$ 7.7 milhões, representando cerca de 6% do total aplicado em todo o setor industrial brasileiro para o mesmo período.*

E até hoje estas empresas se utilizam do dinheiro público para ampliar seus lucros. Vide os vultosos empréstimos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES recentemente e que podem ser verificados em estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2008).

Assim como definiu Franz Dafert, - ainda no final do século XIX sobre os barões do café paulista a um jornal agrícola alemão -, a burguesia<sup>9</sup>, aqui representada pelos empresários do “setor florestal”, em pleno século XXI continua sendo “*uma classe dependente dos favores do estado*” (COELHO, 1999, p. 63).

---

<sup>9</sup>Por burgueses entende-se a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos [grandes] meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado. A classe oposta, os proletários, a classe dos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver (MARX; ENGELS, 2005, p. 8).

O modelo de desenvolvimento do país trouxe hoje, comprovadamente, devastadoras conseqüências sócio-econômicas<sup>10</sup>, culturais e ambientais<sup>11</sup> para grande parte da população. A “[...] *produção intelectual se transforma com a produção material*” (MARX; ENGELS, 2005, p. 26)<sup>12</sup>. O ponto de partida, portanto, para elaboração do conhecimento, são os homens, em sua atividade, em seu trabalho, no interior das relações sociais que eles geram. Ou seja, é a partir deste modelo de produção, de desenvolvimento econômico, que são construídas as condições necessárias para estruturar e delinear a base sobre a qual poderão ser atendidas as exigências de um programa de formação profissional.

## ***2. A Educação Profissional no Brasil***

Durante o século XIX, com o processo de independência do Brasil faz-se necessário ao “novo” Estado, agora oficialmente uma nação, um corpo burocrático coeso para o exercício de governo, a sistematização de conhecimentos e a profissionalização de alguns agentes sociais orientados por estes conhecimentos (COELHO, 1999).

Naquele período, foram grandes as dificuldades para construir uma unidade política entre imperador e as oligarquias.<sup>13</sup> Elas tinham profundas divergências entre si, e as organizações corporativas de categoria e classe, - que normalmente cumprem este papel de aglutinação para representá-las e reafirmar o Estado como ‘[...] *um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo*’ (MARX; ENGELS,

---

<sup>10</sup>Segundo o relatório de 2006 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Brasil é o 10º mais desigual numa lista com 126 países e territórios, à frente apenas da Colômbia, Bolívia, Haiti e cinco países da África Subsaariana.

<sup>11</sup>Em 2000, o levantamento decenal da FAO atribuía ao Brasil 544 milhões de hectares de florestas nativas e 5 milhões de hectares de [plantações de árvores], as quais somadas davam ao país 64,5% de cobertura florestal. A superfície de florestas do Brasil equivale a 14,5% da superfície florestal mundial (IBAMA, 2002, p. 99). Neste mesmo ano foi constatado que São Paulo tinha apenas 5,76% de sua cobertura florestal (VICTOR, 2005, p. 69). Em 1998 a floresta atlântica tinha 7% de sua cobertura original (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1998, p. 11).

<sup>12</sup>Sendo a produção material aqui definida como a totalidade de atos, socialmente determinada, pela qual os indivíduos apropriam-se da natureza: "Toda produção é apropriação da natureza pelos indivíduos, no seio e por meio de uma forma de sociedade determinada", no nosso caso, a sociedade capitalista (VIEIRA, 2001).

<sup>13</sup>Em grande medida, Balaiada, Sabinada, Cabanagem, Farroupilha, e outras revoltas ocorridas em todo país, são algumas referências desta falta de coesão e disputa política pelos rumos da nação.

2005, p. 10) -, não conseguiam cumprir muito mais que a função de centro de estudos (CARVALHO, apud COELHO, 1999).

Neste contexto, ainda que de forma relativa, “*a educação comum recebida dentro da tradição iluminista e absolutista portuguesa*” tornou-se a instância homogeneizadora, da elite imperial. E assim assume a função de instituição formadora dos grupos sociais aptos ao exercício do poder. E os magistrados como tipo profissional mais adequado para dirigir o país (CARVALHO apud COELHO, 1999).

A partir do final do século XIX, a entrada de novas correntes de pensamento européias, como o positivismo e o evolucionismo naturalista aparentemente invertem a ênfase na formação das elites para o exercício do poder do Estado. A formação técnica passa a receber grande reconhecimento como *habitus* necessário à promoção do progresso e reforma social que, afastadas as idéias liberais de igualdade também propostos por aquele modelo, poderia “*sem traumas e rupturas*”, elevar o Brasil aos níveis das potências mundiais da época (COELHO, 1999).

Essas concepções coincidem e impregnam os debates que ocorreram após criação da Universidade do Rio de Janeiro, primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal. Que coloca em pauta os problemas do ensino superior no Brasil. “*Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil*” (FÁVERO, 2006, p. 22).

Na década de trinta do período republicano, a partir da padronização dos currículos, os profissionais das ciências agrárias<sup>14</sup> passam a fazer efetivamente parte do Estado. E como delinearam os seus pioneiros mais de cem anos antes, não como agentes intelectuais críticos ou conceptores dos projetos de natureza política referentes às áreas de sua competência, mas como legitimadores, a serviço do poder já estabelecido (COELHO, 1999).

Aqui é importante que não entremos em falsas contradições. Apesar de aparentemente, a supremacia nas relações de poder se dar pelo tipo de formação profissional que o indivíduo teve, a contradição real está, como disseram os “velhos barbudos”, “[...] em torno dos antagonismos de classe, que em cada época se

---

<sup>14</sup>Naquela época se restringia aos técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários.

*apresentam de forma diferente*” (MARX; ENGELS, 2005, p. 27)<sup>15</sup>. Questão evidenciada por Coelho (1999, p. 44) ao tratar da origem social destes grupos profissionais: *“os juristas (magistrados e advogados) tinham supremacia, como profissão de origem quase ‘nobre’, em face das profissões de caráter mais técnico.”* Essa nobreza viria tanto da origem social seleta, como de sua proximidade e familiaridade com o poder Real.

Até a década de 1960, o sistema educacional no Brasil passou por várias transformações. Pensadores renomados como Anísio Teixeira já disputavam a concepção de universidade que para ele deveria ser segundo Fávero (2006, p. 26), *“um locus de investigação e de produção do conhecimento. E uma das exigências para a efetivação desse projeto era, sem dúvida, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária”*. Porém todas as reformas que aconteceram, tinham como fim adequar o ensino às necessidades criadas pela modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho.

Já no início da década de 1960, a União Nacional dos Estudantes - UNE tem grande densidade política e em seus documentos evidenciava a necessidade de *“combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias”* enfatizando a democratização dos espaços de decisão da universidade, a ampliação de vagas nas escolas públicas, a flexibilização dos currículos e a revogação dos acordos entre o Ministério da Educação - MEC e a USAID - Agência norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (FÁVERO apud FÁVERO, 2006). Este acordo fazia parte da estratégia norte-americana de guerra ideológica durante a guerra fria, baseada na difusão de sua ideologia através de acordos bilaterais de “cooperação” que previa dentre outras coisas, diversos tipos de financiamento, assistência técnica e militar.

*“A história da política educacional brasileira está atravessada pelas relações com organismos internacionais”*. Especialmente através do empréstimo por parte do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, financeiro impõe condicionantes que, sobretudo, irão proporcionar controle econômico, político e cultural por parte dos

---

<sup>15</sup>Marx apresentou a construção do conceito de classes no último capítulo de sua obra prima, O Capital. O fragmento sobre “as classes” interrompe-se precisamente no ponto em que ele parecia estar prestes a oferecer uma declaração concisa sobre a natureza do conceito. Porém para ele, as classes são determinadas historicamente e resultado do modo de produção e das relações sociais necessárias à sua existência. Este antagonismo de classe é ainda para Marx e Engels, a força motriz da história (DIÉGUEZ, 2008; SANTOS, 2007).

credores (LIMA, 2003). Ribeiro (1981, p. 20) coloca ainda que a sociedade brasileira, desde sua origem, tem uma vinculação ampla com o sistema sócio-econômico e político mundial. Desse modo,

*apresenta-se como uma sociedade periférica (dependente) e não central (hegemônica), não tendo, até nossos dias, superado a dominação externa, isto é, a submissão dos interesses da população brasileira (internos) em favor dos da população de determinados outros países (externos).*

O que vai ficar mais evidente quando, segundo Fávero (2006), a convite do MEC em 1966, o consultor americano Rudolph Atcon faz “*sugestões e recomendações preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada nos princípios de rendimento e eficiência*” que serão a base da reforma universitária deste período. Em 1968 o movimento estudantil promove intensos debates e mobilizações de rua em prol da resolução dos graves problemas da universidade. Em resposta, o governo militar instala um Grupo de Trabalho em regime de urgência para estudar a questão, e este registra, diante da “*sensibilização de amplos setores da sociedade*” que

*“o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO apud FÁVERO, 2006, p. 32).*

E exige do governo urgência em realizar uma reforma universitária. Reforma esta que foi implantada ditatorialmente com “*fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições; criação de cursos de curta duração; e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos*” (FÁVERO, 2006, p. 32). Pode-se dizer que a lógica “sugerida” por Atcon para universidade visava “*reduzir a universidade à condição de agência formadora de mão-de-obra submissa*” e “*a serviço da empresa capitalista*” (COELHO, I., 1993, p. 64), e foi materializada com: “*o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação*”. (FÁVERO, 2006, p. 34)

Estas implicações no ensino de graduação são muito sérias e preocupantes. A departamentalização fragmentou e pulverizou-o de tal forma que os currículos viraram “colchas de retalho” e os burocráticos colegiados de cursos não conseguem coordená-lo de fato. Os estudantes desconhecem o projeto do curso, até porque em grande parte das

vezes ele não passa de querer formar o maior número possível no menor tempo e menor custo. Com isso, dificilmente consegue-se ir além de repassar informações isoladas aos estudantes, treiná-los em determinadas habilidades ou adestrá-los como mão de obra. E não ensinar a pensar, duvidar, questionar, refletir, à filosofia, sem os quais não se faz ciência, torna o ensino “*uma imposição de “dogmas” das ciências*”, acaba convertendo o ensino “*em tûmulo do pensamento!*” (COELHO, I., 1993).

A nova estrutura trouxe primazia à pesquisa e pós-graduação, e o ato de ensinar se tornou uma rotina burocrática: “*o ensino de graduação o espaço dos professores medíocres, a pós-graduação dos competentes pesquisadores*”. Ser treinado para executar os pacotes tecnológicos trazidos dos países ditos desenvolvidos, no máximo pesquisas de inovação, ou seja, adaptação destes à nossa realidade, esse é o tipo de pesquisa que se tornou hegemônico. Com isso, qualquer análise, discussão mais ampla é vista como um desvio, uma perda de tempo. “*Afasta-nos da esfera do pensamento, da crítica, da criação, da produção do novo, da busca do sentido e da gênese do real e do próprio saber, ou seja, nos afastam da história*”. Sendo assim, “*a “crítica” frequentemente vem antes do estudo em profundidade e da compreensão rigorosa do autor ou teoria criticada*”, simplistas, comumente caem em equívocos maniqueístas como se existissem as teorias “do bem” (as corretas) e as “do mau” (as erradas), e ficam repetindo jargões repassados muitas vezes pelos próprios professores (COELHO, I., 1993, p. 67 e 68).

Essa lógica, e o objetivo desenhado para o ensino profissional no Brasil vem reafirmar a escola como *aparelho ideológico do estado* (ALTHUSSER, 1998), que servirão primordialmente para produzir e reproduzir as concepções das elites como já haviam concluído os mais renomados estudiosos do capitalismo ainda na metade do séc. XIX, “*as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante*” (MARX; ENGELS, 2005, p. 27). Ao profissional das ciências agrárias, coube uma formação extremamente tecnicista, “[...] *que apenas vê e quer implementar soluções técnicas e tecnológicas, sem ser capaz de entender como as relações sociais e a história de vida das [pessoas] se ligam a essas soluções, sejam elas convencionais ou alternativas.*” (COELHO, 2005, p. 57)<sup>16</sup>. Como bem sintetizou Mirian Jorge Warde ao

---

<sup>16</sup>Para Coelho (2005, p. 55 e 61), a técnica surge da criação humana, da aprendizagem e da socialização que se faz entre os homens em suas relações uns com os outros e destes com a natureza. A tecnologia é a ciência e a técnica transformadas em mercadoria, em valor de troca.



prefaciando a obra de Ribeiro (1981, p. 11), a educação “*toma características e funções específicas em cada etapa histórica, e em decorrência de novas exigências histórico-sociais. Estas exigências não são determinadas senão pela classe dominante daquela sociedade naquele dado momento histórico*”.

E é no bojo de uma conjuntura internacional de plena “guerra fria”, numa concepção hegemônica de cunho desenvolvimentista para o país e tecnicista para as ciências agrárias<sup>17</sup>, e de grande efervescência das disputas políticas que mais tarde resultam num golpe militar pró-capitalista, que passa a ser reconhecida a necessidade de um profissional com uma formação, desde o princípio, voltada às questões da produção florestal.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup>Em outubro de 2005 no campus de Botucatu da Universidade Estadual Paulista – UNESP, a ABEEF-UNE juntamente com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB e a Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária - ENEV realizaram o I Seminário Nacional das Ciências Agrárias que apontou esta concepção na formação de todos os profissionais da área.

<sup>18</sup>Importante ressaltar que ainda no séc. XIX o Major Archer já levantava a necessidade do ensino florestal (COELHO, 1999).

## CAPÍTULO II

### *O Departamento de Engenharia Florestal na UFV*

*A efetivação dos grupos profissionais se faz quando ocorre continuidade entre as demandas políticas e sociais. E a efetivação de diferenciações ou especializações profissionais ocorre devido não só à criação de escolas, mas também à ação de outras instituições estatais e privadas (COELHO, 1999, p. 265).*

#### **1. O Curso de Engenharia Florestal**

Desde o seu surgimento, por este ter sido o segundo curso do Brasil, com grande influência do primeiro, e devido às relações intrínsecas e crescentes com a iniciativa privada ele herda até hoje todas as concepções anteriormente apresentadas e as que virão a partir daqui.

Por ser a engenharia florestal pertencente a um espaço não exclusivamente agrário, mas ambiental, o poder e a responsabilidade profissional na configuração do espaço natural e a relação de suas ações com as questões políticas e sociais existentes nesse espaço ficam explícitas.

*Essa profissionalização do ambiente, essa especialização do saber sobre a produção, que se faz diretamente na natureza, foi antecedida pelas políticas públicas [anteriormente colocadas] e práticas de outros profissionais, que criaram as possibilidades de especialização desse campo de trabalho profissional (COELHO, 1999, p. 251).*

A criação da Escola Nacional de Florestas em 1960 na antiga Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, hoje UFV, ainda na vigência do Projeto ETA 55 naquela universidade não surgiu diretamente de políticas públicas, mas de arranjos científico internacionais. As políticas públicas tiveram um papel mais de afirmação da profissão (COELHO, 1999).

Esta relação com questões internacionais fica mais bem descrita nos estudos de Ladeira e Ehlers apud Silva (2006, p. 19):

*Os institutos de pesquisa e escolas de agronomia criadas no início do século XX foram influenciados por diversos convênios, como o acordo MEC/USAID. Outros exemplos são os acordos com a Fundação Ford, Fundação Rockefeller e Aliança para o Progresso. Estes convênios se materializavam na doação de equipamentos científicos, materiais bibliográficos, recursos humanos, [havia grande intercâmbio entre profissionais dos EUA e Brasil], e financeiros. As principais escolas de agronomia brasileiras (ENA, ESALQ, UFP, UFRGS e UFV) influenciadas pelas escolas norte americanas de Purdue, Ohio, Wisconsin e North Carolina, reformularam seus currículos, estruturas e metodologias de ensino pesquisa e extensão, passando a privilegiar as áreas e disciplinas direta ou indiretamente envolvidas com a adaptação e validação do padrão agrícola emergente, que já era convencional nos EUA e Europa. O curso de Engenharia Florestal, criado em 1960, está imerso nesse contexto.*

Sobre o processo de implantação do curso, Coelho (1999, p. 264) verifica que

*Para a estruturação de um curso superior específico de florestas, a UREMG contou com orientação técnica de norte-americanos. Depois de dois anos da criação da Escola, ela recebe a visita de representantes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO, que tinham vindo instalar uma Escola Nacional de Florestas no Brasil. Achando-a já instalada em Viçosa, os representantes da FAO assumiram-na como realização de seus propósitos originais. Curiosamente, em [novembro de] 1963, a Escola foi transferida para Curitiba [junto com a maioria dos estudantes], por motivos não muito bem explicados.*

Rapidamente alguns professores se articularam e conseguiram junto ao governador do estado autorização para criar outra escola na UREMG, e assim, já em março de 1964 a Escola Superior de Florestas inicia suas atividades em Viçosa.

Em 1969, o a UREMG é federalizada e passa a ser denominada Universidade Federal de Viçosa – UFV. Quase dez anos depois, obedecendo às imposições da reforma universitária de 1968, são concluídas as discussões internas sobre o novo estatuto da Universidade que experimentou uma profunda transformação organizacional e administrativa e que em grande medida vigoram até hoje. Com essa transformação, foi criado o Centro de Ciências Agrárias, ao qual foi vinculado o Departamento de Engenharia Florestal - DEF, substituindo a Escola Superior de Florestas.

Mattos apud Coelho (1999, p. 265) afirma que os incentivos fiscais do período militar-ditatorial para o chamado “reflorestamento” impulsionaram a profissão que era exercida pelos agrônomos silvicultores e pelos especialistas formados em engenharia florestal.

*De forma detalhada ele listava formas de atuação profissional, numa clara demonstração da necessidade de afirmação da diferença diante das profissões agrárias clássicas, quais sejam, agronomia e veterinária. Assim, o engenheiro florestal poderia trabalhar em grandes e médias serrarias,*

*fábricas de papel e celulose, estradas de ferro (seleção de dormente e preservação), fiscalização em postos de embarque de madeiras, autarquias que dependem de material lenhoso, Instituto de Geologia (na defesa das encostas vegetais como indicador técnico de combate à erosão), fábricas que dependem de material lenhoso - produtos e subprodutos, institutos de pesquisa florestais, Ministério da Educação – ensino superior e médio como professor especializado; Ministério do Interior – viação e setores especializados, companhias e institutos de levantamento com aerofotogrametria e fotointerpretação, companhias de reflorestamento, estradas de rodagem – departamento rodoviário (arborização de estradas), paisagismo – departamentos de parques e jardins.*

Esta descrição reafirma o que até aqui vem sendo colocado, e o que um engenheiro florestal formado em 1976, entrevistado por Coelho (1999, p. 266) diz ao retratar a concepção dos cursos de engenharia florestal:

*“Então, tinha aquela coisa de agrônomo-silvicultor. Quer dizer, a Engenharia Florestal era pura silvicultura. Totalmente fora da questão o manejo de floresta. Quer dizer, não trabalhavam floresta, trabalhavam reflorestamento. Silvicultura, como “A ARTE DE FAZER FLORESTA”, mas não trabalhavam com a floresta em si, não trabalhavam com a floresta nativa, natural”.*

Os motivos pelos quais este tipo de manejo nem faz parte da proposta inicial do curso se deve exatamente pela inexistência de interesse das elites para isso naquele momento. Por mais que os ambientalistas já pressionassem para que a extração florestal fosse regulada e organizada, a peso deles era pequeno e ainda consideravam-os excessivamente alarmistas.

Sobre o manejo de florestas tropicais até hoje inexistente uma política de fôlego que permita o desenvolvimento de técnicas para uso múltiplo da floresta e de seus produtos, que seja baixo impacto na floresta e atenda primordialmente aos povos da floresta. O que existe é uma política de concessão de florestas públicas para a iniciativa privada com fins de manejo, por hora, na região amazônica. Mas não foge à lógica, pois é uma recomendação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para vários países em desenvolvimento, encampada pela FAO. Diante da previsão de rápido esgotamento dos estoques asiáticos, principal fornecedor de madeira tropical ao comércio internacional. O Brasil aparece neste contexto como o maior estoque de madeiras tropicais a serem exploradas (FAO, 2001; ABEEF-UNE, 2005<sup>19</sup>).

---

<sup>19</sup>O documento da ABEEF-UNE foi apresentado na 6ª reunião da Comissão Nacional de Florestas do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente. ANEXO B.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 1992, mais conhecida como Eco-92 ou Rio-92, apesar de muitas controvérsias, teve papel importante neste debate paradigmático entre a visão mecanicista da natureza e, conseqüentemente, da floresta e uma perspectiva holística, ambiental e social. Afinal, teve grande visibilidade pela presença de representantes de quase todos os países do mundo, que foram obrigados a reconhecer que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países ditos desenvolvidos.

A Conferência do Rio ao mesmo tempo transformou as preocupações ambientais em mais uma forma de capital para as empresas, que se apóiam no agora consagrado e tão propalado desenvolvimento sustentável. Este frágil conceito trouxe como conseqüência a certificação florestal para “garantir” a qualidade ambiental e responsabilidade social de seus empreendimentos, e mais recentemente com o Protocolo de Quioto<sup>20</sup>, o crédito de carbono<sup>21</sup> (COELHO, 1999). Estes, não têm passado de retórica, vide casos absurdos de passivos ambientais e trabalhistas relatados pelo World Rainforest Movement (2003) por parte de empresas “atestadas” por estes selos, e das controversas premissas para existência do crédito e mercado de carbono no mundo (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL; SINKSWATC, 2005).

Quanto ao ensino, sinalizações de mudanças só passam a ocorrer a partir do momento em que a escola norte-americana passa a estudar biologia tropical, e a consciência pública sobre as questões ambientais, à medida que vai crescendo, a pressão sobre os conteúdos mais tecnicistas da formação vão aumentando e exigindo além de novas disciplinas uma transformação epistemológica<sup>22</sup> de fundo, que normalmente esbarra nas expectativas das grandes empresas (COELHO, 1999).

---

<sup>20</sup>Tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, praticamente só os ditos desenvolvidos. Passou a vigorar a partir de 2005 após 55% dos países, que juntos produzem 55% das emissões, ratificarem.

<sup>21</sup>Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) equivalente corresponde a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no mercado internacional. Assim os países que deveriam reduzir suas emissões de gases do efeito estufa não precisam mais fazê-lo, desde que comprem a “cota de poluição” de outros países. Estes, basicamente os ditos subdesenvolvidos, deixam de poluir ou “seqüestram carbono” plantando árvores.

<sup>22</sup>A epistemologia estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento (daí também se designar por filosofia do conhecimento). Ela se relaciona ainda com a metafísica, a lógica e o empirismo, uma vez que avalia a consistência lógica da teoria e sua coesão fatural, sendo assim a principal dentre as vertentes da filosofia (é considerada a “corregedoria” da ciência).

## 2. A Sociedade de Investigações Florestais

[...] *elas [as fundações] ameaçam a autonomia [da universidade], pois comprometem a autodeterminação do saber, a gratuidade do ensino e o compromisso que a universidade deve ter com um projeto de desenvolvimento autônomo e auto-sustentado para o país.* (ADUSP, 2004, p. 10)

Não é possível falar sobre o DEF sem mencionar a SIF - Sociedade de Investigações Florestais. Isto porque ela já surge com objetivo de promover a chamada integração universidade-empresa, relação esta quase umbilical como pode ser observado pelo que está escrito no site do Departamento sobre a área de tecnologia da madeira:

[...] *o laboratório atende às várias demandas de ensino, pesquisa e extensão, bem como atendimento a empresas e instituições, ligadas à atividade moveleira e construção civil, principalmente.* [...] *Para maiores detalhes, favor entrar em contato com a Sociedade de Investigações Florestais ou pelo telefone do LPM [...]* (DEF, 2008, grifo nosso).

Neste trecho podemos perceber tanto a tendência à prestação de serviços privados, quanto explicita a forma da relação DEF-SIF, pois diz ao visitante, que caso se interesse, deve entrar em contato com a SIF ou diretamente com o Laboratório. As prestações de serviço já estão setorializadas, e agenciadas pela Sociedade de Investigações Florestais, autonomamente. E tudo com, no mínimo, convívio do Colegiado do Departamento, sua instância máxima, onde têm assento todos os professores. Esta questão é tão forte que muitos servidores técnico-administrativos do Departamento colocam que diferentemente do que foi no passado, “*hoje em dia, a SIF é que tem um Departamento*”.

A SIF foi fundada em 1974, ocupa neste momento mais da metade do saguão de entrada do edifício Reinaldo de Jesus Araújo, prédio público pertencente ao DEF-UFV. Ela se constitui hoje como uma fundação de direito privado dita “de apoio” ao Departamento e à UFV, que nas palavras do seu Diretor Científico Pires (2007, p. 5) tem como missão:

*Promover o desenvolvimento sustentável do setor florestal por meio da pesquisa científica, integrando os recursos físicos e humanos da Universidade Federal de Viçosa, às demandas e necessidades das empresas*

*de base florestal associadas, gerando benefícios diretos e indiretos para o setor e para a sociedade em geral. (grifo nosso)*

No endereço eletrônico da SIF (31 out. 2008) encontramos ainda que “*para atingir este objetivo, a SIF conta com o apoio da UFV, que coloca sua infra-estrutura de recursos humanos e materiais à disposição, para que se desenvolvam os trabalhos e pesquisas*”. Naquela mesma apresentação realizada por Pires (2007, p. 3 e 4) ele demonstra graficamente como colocam estas relações:



*“É muito mais a universidade apoiando essas fundações do que as fundações apoiando a universidade. [...] Temos entidades privadas auferindo lucro às custas do patrimônio público” (Pietro apud ADUSP, 2004, p. 32).*

A SIF possui hoje cerca de 70 empresas vinculadas entre “associadas” e “co-participantes”. Dentre elas estão os principais grupos econômicos transnacionais como a Vale, V&M, Arcelor-Mittal, Grupo Votorantim, entre outros e também nacionais. A maioria deles possui ficha corrida quanto a passivos ambientais e trabalhistas (FASE, 2003; 2006; KOOPMANS, 2005; WRM, 2003; 2005).

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind. (2004, p. 4), realizou um profundo estudo sobre estas Fundações e suas relações, cujo período mais intensivo durou pelo menos quatro anos e “*nos permitiu constatar que elas têm representado a privatização e a desvirtuação de atividades de ensino, pesquisa e extensão em uma instituição de caráter estritamente público*”. (grifo nosso)

Sobre a privatização, Vera Lúcia Chaves descreve neste mesmo documento da ADUSP (2004) algumas das características que nos faz identificar este processo nas universidades:

- Arrecadação de recursos externos através de: convênios com fundações de apoio, com empresas privadas, prestação de serviços e cobrança de taxas, inclusive por uso do espaço público; que segundo o Banco Mundial apud Lima (2003), é a segunda estratégia de diversificação das fontes de financiamento, rumo à privatização.
- Prestação de serviços com liberação de carga horária docente, inclusive passando por cima do regime de Dedicção Exclusiva.
- Os recursos arrecadados são utilizados principalmente para complementar os salários dos docentes e uma pequena parcela (varia de 5 a 15% na USP) para as unidades prestadoras de serviços e para as Fundações de Apoio a Pesquisa ligadas às instituições.

Para que este processo privatizante ocorra é fundamental que seja construída uma consciência de desnecessidade do público, onde aparentemente o privado e as burguesias emprestam dinheiro ao Estado. Quando o processo real é inverso (OLIVEIRA, 1999).

*Parcela substantiva das verbas auferidas pelas fundações ligadas à USP provém de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Na década de 1990, tais verbas chegaram a representar até 80% da receita total de algumas das fundações. A maior parte desses contratos não passou por licitação, como revela estudo do Tribunal de Contas da União (TCU); (ADUSP, 2004, p. 9).*

O que temos ouvido dentro das universidades, nas ruas, muito por causa da pressão midiática, se não que o serviço público e o estado estão falidos, ineficientes e não têm recursos para manter a sua “estrutura pesada”? E qual a saída que nos dão para isso? Privatizações ou as parcerias público-privadas. É sobre a construção deste senso comum, que o renomado sociólogo Francisco de Oliveira coloca.

*Conflitos de interesse proliferam, na medida em que autoridades da USP (reitores, diretores, chefes de departamento, coordenadores), às quais caberia fiscalizar as fundações e seu relacionamento com a universidade, em diversos casos são ou foram participantes dessas instituições privadas e habitualmente até seus dirigentes (ADUSP, 2004, p. 9).*

Este também é um elemento do processo de privatização do público. Oliveira (1999) deixa claro em sua análise que a tática de troca de posições entre Estado e



empresas privadas, - com agentes públicos ocupando cargos também na iniciativa privada e depois retornando à origem -, causa a racionalidade privada no agente público. No caso da SIF, está inclusive em seu estatuto que o Diretor Administrativo da SIF será sempre o chefe do Departamento de Engenharia Florestal e o Diretor Científico indicado pelo Colegiado do Departamento, por conseguinte, temos a secretária do Diretor Administrativo da SIF ocupando também o cargo de secretária do chefe DEF, e alocada em sala com toda a estrutura pública destinada às necessidades administrativas do Departamento. Uma situação que apesar de aparentemente lógica e coerente por se tratar do mesmo indivíduo<sup>23</sup>, demonstra a naturalização da promiscuidade da relação entre o público e o privado causada pela racionalidade privada no agente público denunciada por Oliveira. Além de pernicioso, isto é ilícito segundo relatório da ADUSP (2004, p. 152). O documento após análise jurídica desta questão concluiu:

1. *Nenhum servidor público pode ter seu cargo, bem como as atividades que desempenha afetas ao serviço público, vinculado e/ou subordinado a uma fundação de apoio.*
2. *Fundações privadas não têm o condão de impor obrigações a servidores público.*
3. *O servidor público ocupante de cargo de chefia administrativa na Universidade, enquanto nesta condição, não pode ao mesmo tempo ocupar cargo diretivo em fundações de apoio.*
4. *A Universidade não tem competência legal para incluir entre suas normas estatutárias e regimentais obrigações a seus servidores para exercerem atividades para pessoa jurídica estranha à Universidade.*

Ao analisar de perto, o que ocorre na verdade é o contrário mesmo. As universidades é que apóiam as Fundações. Como pode ser melhor interpretado sobre o que diz a própria SIF, a Universidade se prostitui, pois fornece toda a infra-estrutura, seus pesquisadores, e especialmente o peso da credibilidade e referência pública de seu nome e o seu brasão como logomarca, para que sejam apropriados privadamente, gerando inclusive enriquecimento ilícito (ADUSP, 2004).

*As fundações apropriaram-se do símbolo da USP, utilizando-o como uma logomarca ao seu bel-prazer e sem qualquer ônus em anúncios e materiais de propaganda, e ocuparam prédios e instalações da universidade, em vários casos permanentemente; (ADUSP, 2004, p. 9).*

Em primeiro momento pode nos parecer estranho falar de enriquecimento numa organização considerada “sem fins lucrativos”, inclusive com reconhecimento do poder público. Mas ao analisar bem, é possível perceber que esta auto-definição “*escamoteia*

---

<sup>23</sup>O chefe da secretária ser o mesmo nos dois espaços, o público (DEF-UFV) e o privado (SIF).

a vocação e as práticas empresariais da maior parte delas, organizadas que são com o propósito de realizar negócios” (ADUSP, 2004, p. 8). Esta lógica pode ser percebida quando a SIF, também em seu endereço eletrônico (31 out. 2008) complementa sua descrição com: “O NEGÓCIO da SIF é Pesquisa, Consultoria e Desenvolvimento de Recursos Humanos”. (grifo nosso)

Quanto ao enriquecimento ilícito, o trabalho da ADUSP (2004, p. 9), baseado em dezenas de dados apresentados e analisados juridicamente, conclui: “Na quase totalidade das fundações, os recursos arrecadados são, na sua maior parte, apropriados privadamente pelos docentes que delas fazem parte”.

[Chega a quase 70% os valores] contabilizados na forma de “pagamentos de serviços a terceiros”, ou “prestação de serviços por pessoas jurídicas”, estas últimas não raramente empresas constituídas pelos próprios docentes que realizaram a atividade. Desse modo, os excedentes não assumem a forma contábil de “lucro”. Eles remuneram em primeiro lugar os denominados “coordenadores de projetos” e seus colaboradores; em menor escala, a própria fundação (overhead); e, só depois, a USP (repasses ao departamento, à unidade, e à Reitoria) (ADUSP, 2004, p. 14).

As conseqüências desse montante de recursos embolsados pelos professores aliciados e agenciados pelas fundações, são percebidas no ensino, com a lógica privada e empresarial dada em praticamente todas as disciplinas e pela preferência de um número significativo de professores em regime de dedicação exclusiva do DEF-UFV em usar o tempo que deveriam dar aulas para prestar consultorias privadas. Em seu lugar, deixam seus “orientados” de mestrado ou doutorado, que, diga-se de passagem, é também um ato ilícito quando da ausência do professor orientador segundo a legislação vigente.<sup>24</sup>

Não há controle efetivo, pela universidade, das fundações, nem das atividades dos docentes em regime de dedicação integral (RDIDP) parcialmente liberados para atividades privadas; (ADUSP, 2004, p. 10).

Os docentes membros destas Fundações, beneficiários diretos, imbuídos do papel que têm de formadores de opinião, se aproveitam disso para ressonar o jargão: “as fundações são fundamentais para a manutenção das universidades hoje, aportam grande volume de recursos para realizarmos nossas pesquisas”. O poder destes professores, aliado ao nosso pequeno senso crítico, ou excesso de confiança neles, não

---

<sup>24</sup>Observação de público e notório conhecimento dos estudantes, professores e funcionários não apenas do DEF, mas de grande parte da comunidade universitária da UFV.

nos deixa perceber a ausência de comprovação daquelas afirmações, assim passamos a fazer coro com eles. Um mito criado com objetivo de construir o imaginário de desnecessidade do público, já explicitado outrora por Francisco de Oliveira, e que esta mesma publicação da ADUSP desmente.

A análise dos números relativos à arrecadação de cada uma das mais de trinta fundações instaladas na USP permitiu com facilidade concluir que:

- 1 - *As fundações privadas “de apoio”, consideradas em seu conjunto, historicamente transferem à USP recursos cujo montante equivale a menos de 2% do Orçamento anual da universidade;*
- 2 - *As maiores fundações repassam à USP, individualmente, somente 5% ou menos de toda a receita que arrecadam anualmente;* (ADUSP, 2004, p. 9).

Na UFV, a resolução N.º 4/2000 do Conselho Universitário define as normas para celebração de convênios e contratos de cooperação técnica e prestação de serviços, determinando em seu anexo que haverá 5% de taxa administrativa aos órgãos vinculados à UFV (CEE, FUNARBE, SIF e FACEV); e que os repasses à instituição serão de apenas 15% dos custos envolvidos em cada convênio ou contrato. Independentemente disso, *“a apropriação da maior parte do excedente financeiro (receitas menos despesas) obtido a cada ano pelas fundações “de apoio” é privada, como já relatado”* (ADUSP, 2004, p. 14).

### **3. A Pesquisa no DEF-UFV**

*Além de quebrar a isonomia salarial, as atividades privadas (cursos pagos, projetos de consultoria e outras) vêm induzindo modificações na graduação e na pós-graduação gratuitas, afetando a grade curricular, o programa das disciplinas e a relação entre docentes e alunos, bem como o objeto das pesquisas, que passou a ser determinado, em larga escala, pelo “mercado”;* (ADUSP, 2004, p. 9)

Um dos objetivos deste trabalho é explicitar quem se beneficia na relação entre universidade e a iniciativa privada nos moldes atuais através do estudo de caso do DEF-UFV. Para isso foram sistematizados os dados referentes a todas as pesquisas em todos os treinamentos e modalidades realizados pelo DEF desde janeiro do ano 2000 até julho de 2008, totalizando 478 projetos dos 776 registrados até então. Os dados foram colhidos da página eletrônica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (29 ago.

2008) através do Sistema Gestor de Pesquisa, que possui o registro de todos os projetos de pesquisa da UFV desde 1991.

A partir daqui, tentaremos desvelar o que efetivamente ocorre no DEF quanto às pesquisas que realiza. Pretende-se responder questões que por muitos anos foram e continuam sendo motivos de contestações e polêmicas discussões, como: “A maioria das pesquisas é com eucalipto?”; “As empresas são as grandes responsáveis pelas pesquisas?”; “Existem áreas mais beneficiadas que outras no DEF quanto à alocação de recursos para pesquisa?”. E praticamente todas as informações prestadas se basearão na análise destes dados, do contrário suas fontes estarão devidamente citadas.

### *3.1. Metodologia utilizada para qualificação dos dados da pesquisa*

Para determinação das categorias do item “Beneficiado Direto”, foi observado o campo “objetivos” do formulário de registro do projeto de pesquisa. Foi classificado como “Emp. Privada” aqueles Projetos que explicitavam isso e os que deixavam implícitas que a destinação final do produto da pesquisa seria primária e hegemonicamente utilizada pela iniciativa privada. Os outros foram classificados como “Geral”.

O item “Linha” refere-se à linha de pesquisa que se encaixa o projeto, e são classificadas segundo cada departamento da UFV. Para fins de consistência dos dados, as linhas de pesquisa, hoje extintas, foram reagrupadas na codificação a que foi atribuída determinada área hoje em dia. Os outros itens foram determinados pelos próprios autores dos projetos segundo orientações próprias da UFV ou DEF.

Para determinação das categorias do item “Eucalipto?”, “Relação Direta”, “Relação Indireta” ou “Não tem Relação”; relativo à pesquisa ter objetivo primário de desenvolver tecnologia para uso e manejo da espécie *Eucalyptus sp.* foi observado o campo “objetivos” do formulário de registro do projeto de pesquisa. Foram classificadas como “Direto” aquelas que diziam explicitamente isso, e “Indireto” as que não citavam a espécie, mas que o material utilizado na pesquisa provinha de eucalipto e/ou tinham como destinação final da tecnologia o uso hegemônico em plantios desta espécie. Os outros Projetos foram classificados como “Não-envolvido”.

### *3.2. Informações gerais e sobre o financiamento*

O Departamento de Engenharia Florestal realiza pesquisas em três tipos de treinamento e na modalidade “avulsa”. Os treinamentos são realizados com estudantes de graduação através da iniciação científica, geralmente com bolsas das agências de fomento à pesquisa, ou sem bolsa; através dos programas de pós-graduação, - mestrado ou doutorado -, majoritariamente financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E na modalidade “avulsa”, que não está vinculado a um programa de treinamento. Este último, na maioria das vezes é fruto de convênios ou contratos de prestação de serviço agenciados pela SIF, e essencialmente de empresas ou órgão públicos.

Analisando de forma global o número de projetos que se destinam primordialmente à iniciativa privada é estatisticamente igual ao número de projetos classificados como “Geral”, - 240 e 238 respectivamente. Por si só essa informação já é alarmante, visto que estamos tratando de uma instituição pública. Porém, ao analisarmos a distribuição de recursos dentre estes projetos e linhas de pesquisa, e ainda relacionando-os à verdadeira captação e apropriação destes por parte do capital privado, não nos resta dúvidas afirmar que aquele jargão largamente utilizado pelos agenciados das fundações, é falacioso. Não passam de sofisma.

O Gráfico 1 abaixo representa a participação de cada setor no financiamento das pesquisas registradas pelo DEF. Ele mostra que dos quase doze milhões de reais que foram investidos, 83% tem origem de algum órgão público e 17% (cerca de dois milhões de reais) de instituições privadas, o que é bastante significativo. Mas devemos lembrar que o mais pesado é sempre infra-estrutura, pagamento de salários, e todo o investimento na formação até o doutoramento, o que não está contabilizado e são pagos com dinheiro público. Neste mesmo gráfico podemos observar que as empresas privadas apossam-se de 53% da verba pública destinada à pesquisas no Departamento, ou seja, ao longo dos últimos oito anos e sete meses, a iniciativa privada abocanhou 251% a mais do que investiu.

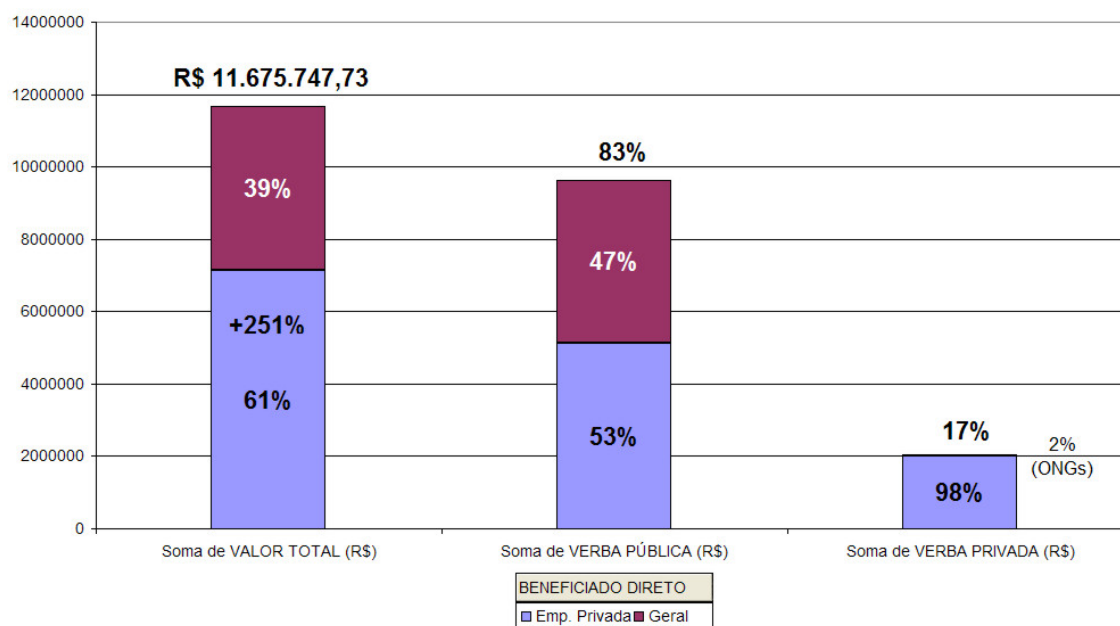


Gráfico 1 – Recursos investidos em pesquisa totais por setor (público e privado) e a apropriação deles no DEF-UFV – jan 2000 – jul. 2008

O Gráfico 2 mostra um significativo aumento de recursos em 2006. Que é reflexo de um convênio<sup>25</sup> firmado em 2000, porém só registrado em 2006 com o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM<sup>26</sup>, que possui valor acima de oitocentos mil reais, e provavelmente, também reflexo do orçamento para a educação naquele ano que passou de 3,9 em 2005 para 4,4% do PIB – Produto Interno Bruto Brasileiro. O montante repassado neste ano significou 20% de todo o recurso registrado para o período aqui estudado, no Departamento. Excetuando esta eventualidade, os recursos ultrapassam da marca de um milhão e meio de reais, e a partir de então os investimentos públicos tiveram sempre um patamar crescente. Os recursos provindos da iniciativa

<sup>25</sup>Com objetivo de desenvolver metodologias para geração de modelos digitais que caracterizem, com fidelidade, o trajeto de escoamento superficial de água; desenvolver, em ambientes de Informações Geográficas, procedimentos para extração automática das características morfométricas de bacias hidrográficas (PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 2008).

<sup>26</sup>É um complexo sistema composto de sensores para aquisição de dados, meios de processamento, visualização e difusão de dados, proporcionando coleta, integração e acesso a informações que permitirão aos órgãos com atribuições na Amazônia atuar numa vasta gama de atividade de proteção ambiental, controle da ocupação e uso do solo, vigilância e controle de fronteiras, prevenção e controle de endemias e epidemias, atuação da defesa civil, identificação e combate a atividades ilícitas, proteção de terras indígenas, apoio ao controle e à circulação fluvial e às atividades de pesquisa e desenvolvimento sustentável da região (CCSIVAM, 2008).

privada variam bastante. Porém, excetuando o primeiro ano da análise, 2006 ficou em 5% chegando à marca de 24 e 23% em 2002 e 2007 respectivamente.

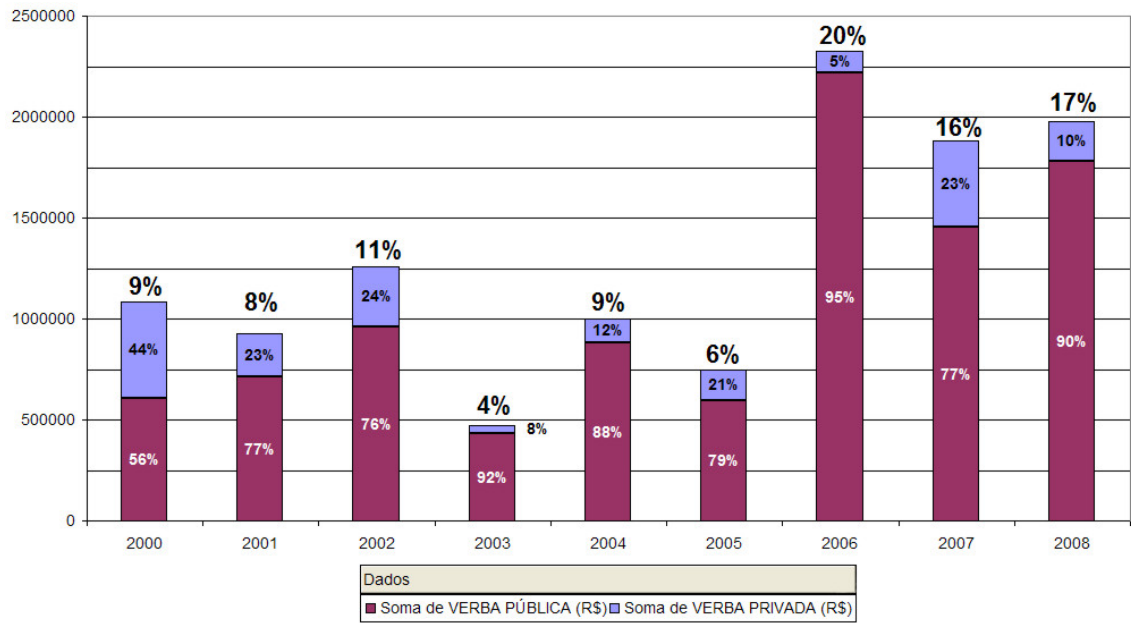


Gráfico 2 – Recursos investidos em pesquisa por setor (público e privado) por ano e o percentual de cada ano em relação ao volume total no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

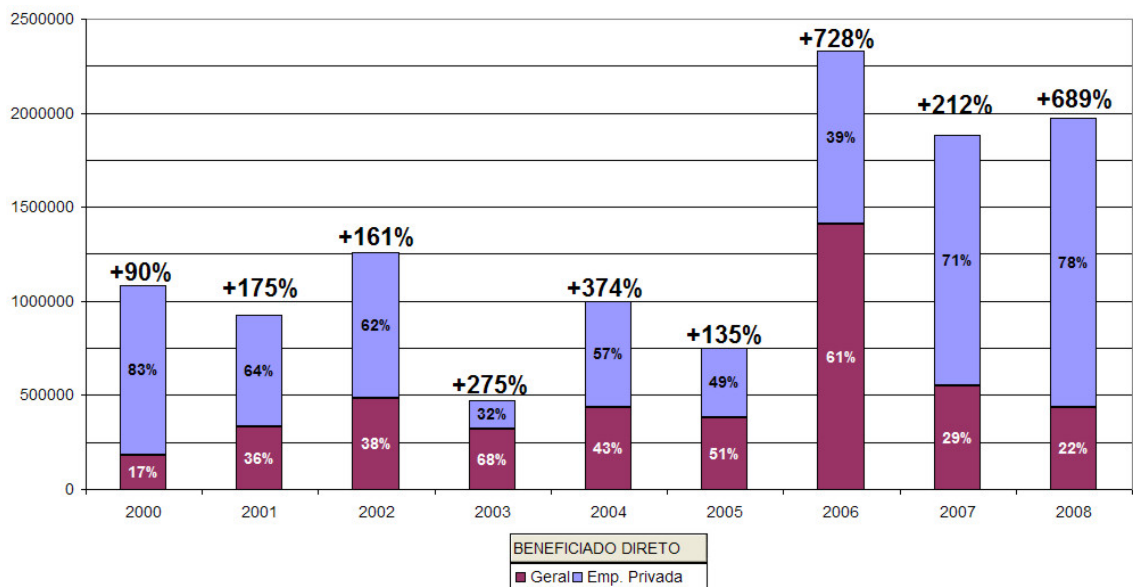


Gráfico 3 – Beneficiário direto dos recursos investidos em pesquisa por ano por setor (público e privado) e o percentual a mais de apropriação das empresas privadas no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

Fundamental é analisarmos comparativamente ao Gráfico 2, o Gráfico 3. Assim desvelamos o que realmente acontece quanto às verbas no DEF. Os dados mostram, por exemplo, que 2006 foi também o ano em que proporcionalmente ao investimento feito pela iniciativa privada, ela mais se beneficiaram. Foram 728% a mais em recursos. Pois apesar de contribuírem com apenas 5% do financiamento daquele ano, os projetos que as beneficiaram somam 39%. Em números absolutos, nos últimos três anos a quantidade de recursos públicos entregue em benefício das empresas tem crescido muito. Em valores arredondados, passou de 800 mil em 2006 para 900 mil em 2007, e neste ano, até julho já haviam sido registrados R\$ 1.345.042,00 em recursos públicos para pesquisas que têm primazia em atender às necessidades empresariais privadas. Ainda temos cinco meses até terminarmos o ano e o volume total aplicado soma 17% de todos os recursos de pesquisa juntos desde o ano 2000, e até aqui as empresas privadas já usurparam 689% a mais do que investiram. Estes gráficos juntos nos explicitam o que o professor Francisco de Oliveira e os membros do sindicato dos docentes da USP já disseram em questão correlata. A captação de recursos na relação público-privada ocorre sim, mas em benefício do privado e não do público.

A comparação nos mostra a escala alarmante de desvio de recursos públicos por parte de muitos docentes daquele Departamento para as empresas privadas através de pesquisas. Brindada com a conivência de todos os outros; como veremos adiante, através do direcionamento dado pelos renomados doutores das cúpulas dos institutos de fomento à pesquisa, pois delineiam o teor dos editais; e a chancela dos nossos governantes.

### *3.3. Quanto às fontes de financiamento, modalidade ou treinamento*

Para visualizar o detalhamento das fontes de financiamento, devemos analisar o Gráfico 4. O CNPq desponta como o principal órgão de financiamento à pesquisa entrando com 29% dos recursos, seguido da CAPES (21%) e FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (19%). Importante dizer ainda que os



outros órgãos e empresas públicas também contribuem, porém não é possível afirmar se o patamar é este mesmo, pois só o convênio firmado com o SIVAM, já relatado, representa quase 60% do que foi investido nesta categoria de financiadores, podendo ser uma eventualidade. Se considerarmos apenas a parte de recursos destinados ao avanço científico-tecnológico empresarial pelo CNPq, ele já é responsável por quase dobrar o montante que o setor privado investe. Podemos observar também que a política de financiamento adotada pela agência de fomento do estado de Minas Gerais tem favorecido em quase 70% dos seus recursos, projetos voltados ao empresariado.

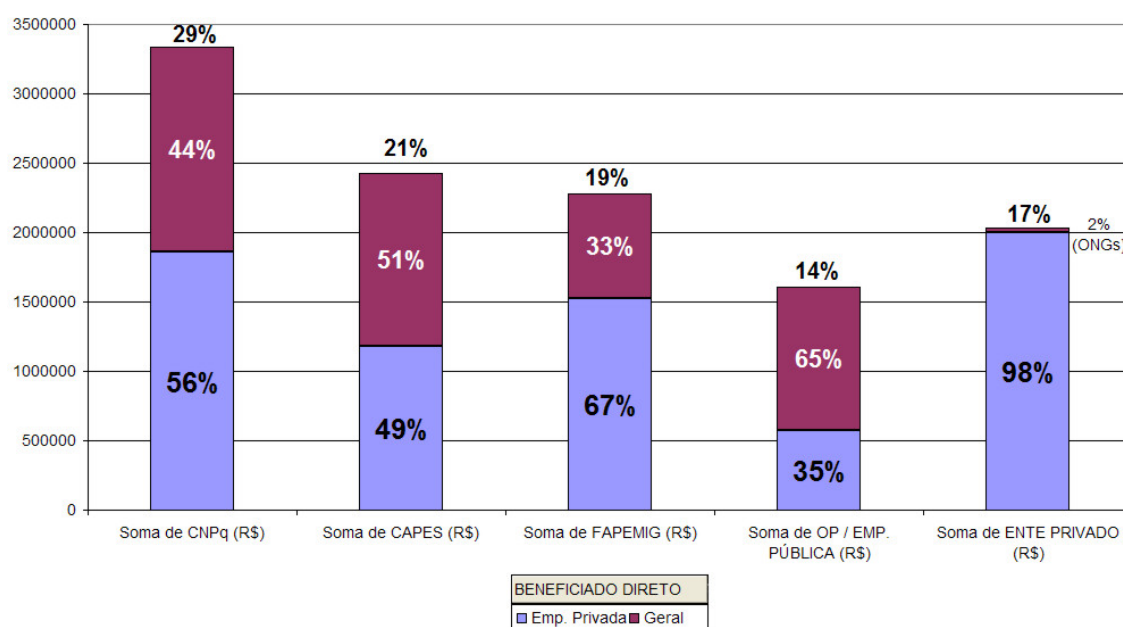


Gráfico 4 – Beneficiário direto dos recursos investidos em pesquisa por fonte de financiamento e o percentual de apropriação das empresas privadas no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

Já ao detalhar a que são destinados os recursos (Gráfico 5), a CAPES destina recursos apenas para programas de mestrado ou doutorado, com leve preferência ao doutorado. 82% da verba do CNPq vão também para os programas de mestrado e doutorado. A FAPEMIG distribui um pouco mais os seus recursos, sendo 41% deles destinados a projetos desvinculados de algum treinamento, são firmados por convênios

ou contratos. O grande destaque a agência mineira se dá onde destina a menor parte (16%) das suas verbas, mas que representa 48% de toda a verba destinada à iniciação científica do Departamento. Ainda quanto à iniciação científica, merece destaque a participação privada que chega a 30% do total, e apesar de também ser onde destina a menor parte (11%) de seus investimentos, ultrapassa a quantia do CNPq (22%). Possivelmente esteja aqui o principal motivo que sustentaria de forma um pouco mais concreta sua alta visibilidade e aceitação por parte dos estudantes que não conseguem ver a questão de maneira global, pois 70%, ainda que de instituições distintas, provêm dos cofres públicos.

Os dados coletados mostram que a modalidade “OM - Outros” se refere basicamente à prestação de serviços em pesquisa destinadas à alguma demanda específica de órgãos e empresas públicas e privadas. Por serem efetiva e diretamente beneficiados na resolução de seus problemas ou aumento de eficiência, são quem mais destinam quantias a esta modalidade, e onde destinam a maior parte dos seus investimentos (Gráfico 5). A FAPEMIG também destina a maior parte (41%) à esta modalidade, destinando mais que a iniciativa privada e o dobro que o CNPq. Também neste caso o investimento público é amplamente majoritário (77%) com destaque para os órgão e empresas públicas que dotam 86% dos seus investimentos têm 38% da importância total.

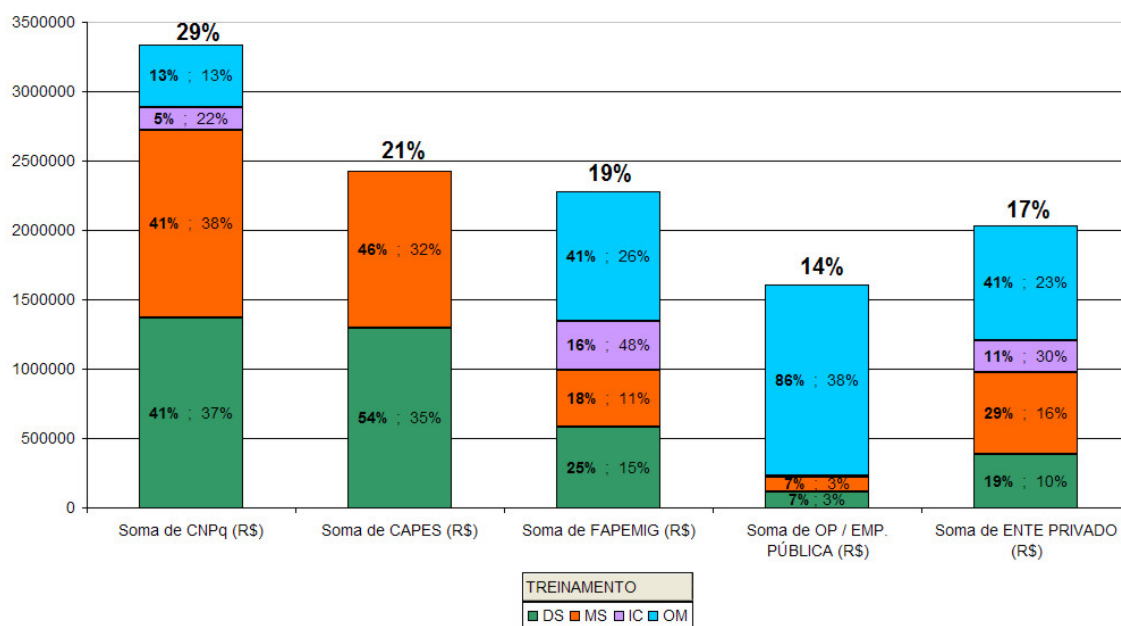


Gráfico 5 – Recursos investidos em pesquisa por fonte de financiamento e por tipo de treinamento, o percentual deste sobre o montante da própria fonte (em negrito) e o que representa sobre o sobre a captação global de cada treinamento no DEF-UFV (valores percentuais sem negrito) – jan. 2000 – jul. 2008

Legenda<sup>27</sup>: IC – Iniciação Científica; MS – Mestrado; DS – Doutorado; OM – Outros.

A UFV tem, nas palavras dos três candidatos a Reitor e Vice-reitor deste ano, a marca da “excelência acadêmica”<sup>28</sup>. Segundo eles se dá em todas as áreas, porém na pesquisa e pós-graduação se destacam. O Departamento de Engenharia Florestal notadamente se coloca entre os mais gabaritados da UFV e sempre disputa para constar dentre os melhores cursos de engenharia florestal no país também por se destacar na investigação. Atribuí-se o sucesso ao forte estímulo para os graduandos atuarem na iniciação científica.

*A iniciação científica na área ambiental também vem ganhando terreno nos últimos anos, exatamente pela integração que se está fazendo com os projetos de pesquisa ligados à pós-graduação, em que o graduando auxilia o mestrando ou o doutorando em sua atividade científica, sempre sob a supervisão da Comissão Orientadora. Deste modo, tem sido comum o aproveitamento destes graduandos de iniciação científica nos cursos de mestrado e doutorado em Ciência Florestal, pois representam cérebros altamente qualificados para a atividade de pesquisa (SILVA, E., 2005, p.6).*

<sup>27</sup>MS e DS são abreviações do latim *Magister Scientiae* e *Doctor Scientia* e respectivamente.

<sup>28</sup>As chapas dos professores Cláudio Furtado e Ricardo Junqueira; Luiz Cláudio e Nilda; e Rosa Fontes e Erly. Em apresentação oral nos debates entre as candidaturas.

É interessante notar a lógica com a qual tem sido implementada a iniciação científica, e não apenas na área ambiental como coloca. Está quase sempre como um “apoio” à pós-graduação. Normalmente para recheio com a publicação de inúmeros artigos sobre o mesmo objeto de estudo do respectivo programa de pós-graduação, com pequenas variações de foco.

Esta é a porta de entrada no “mundo científico”. No entanto, segundo os dados apresentados no Gráfico 6, em oito anos e meio apenas 71 projetos (15%) foram registrados, somente 6% em recursos, destes, 65% a projetos com fins empresariais (Gráfico 7).

No início de nosso aprendizado constrói parte importante de nossos princípios e concepções. A iniciação científica é o começo do jovem cientista, e isso traz grandes preocupações com o ambiente que ele está inserido. Ali será formado muito das suas concepções, métodos e da prática científica. O caso do DEF tem mostrado muitos reflexos do quão grande é a influência da lógica privada no trato com os recursos e a destinação das suas investigações. E isso tende a se incorporar no *modus operandi* do cientista em formação.

O Gráfico 6 nos mostra que 53% das pesquisas realizadas no DEF são projetos de mestrado. Mostra ainda que esta é a única categoria em que a maior parte dos registros não tem como beneficiário direto empresas privadas. Observamos um grande contraste ao compará-lo com o Gráfico 7, que faz análise com base na distribuição dos recursos ao invés do número de projetos. À categoria “Outros” pertencem os projetos desvinculados de um treinamento específico, as pesquisas avulsas, e representa em recursos 210% a mais do que em número de projetos. Não é surpresa, estão em consonância com o que ocorre à distribuição global de recursos, há coerência dos dados e ocorre porque em grande maioria representam pesquisas encomendadas por algum órgão ou empresa pública (38%) ou empresa privada (23%), ou ainda pelos editais dos órgãos de fomento à pesquisa (39%), neste caso a FAPEMIG se destaca com dois terços destes no volume e majoritariamente direcionados em benefício à iniciativa privada como foi apresentado no Gráfico 4.

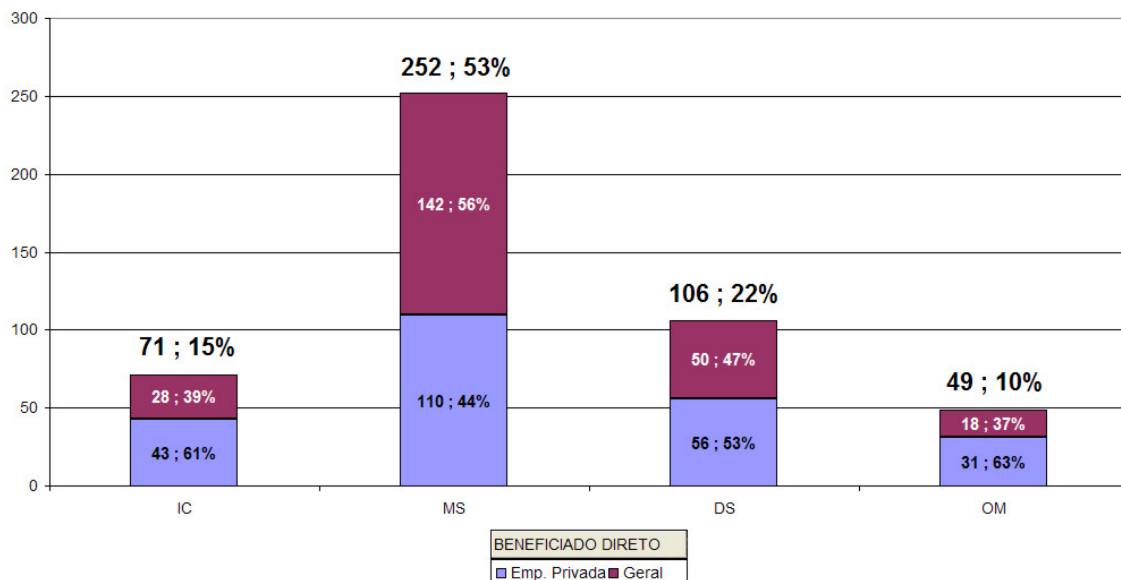


Gráfico 6 – Número de registros por tipo de treinamento e sua representação percentual do total e o beneficiado direto destes no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

Legenda: IC – Iniciação Científica; MS – Mestrado; DS – Doutorado; OM – Outros.

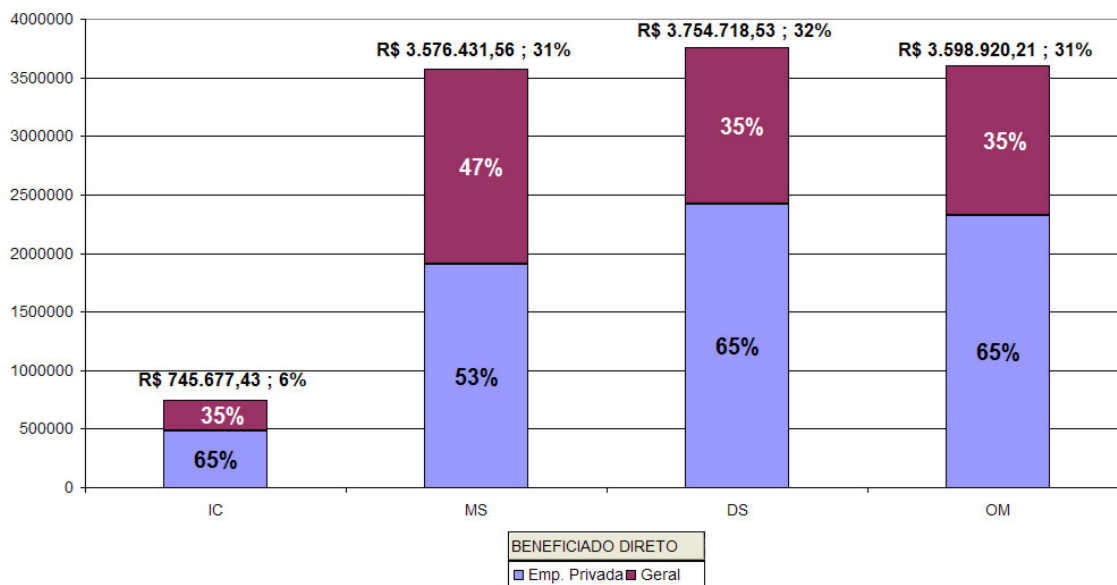


Gráfico 7 – Distribuição dos recursos por tipo de treinamento e sua representação percentual do total e o beneficiado direto destes no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

Legenda: IC – Iniciação Científica; MS – Mestrado; DS – Doutorado; OM – Outros.

### *3.4. As linhas e áreas de investigação*

Existe ou não tendência ou privilégios dentre às áreas de pesquisa no Departamento de Engenharia Florestal?

O Gráfico 8 nos mostra como estão distribuídos os 478 registros de pesquisa aqui utilizados entre as linhas de pesquisa do DEF que são agrupadas segundo consta na legenda. O maior número de projetos (59) é realizado na linha 14 de pesquisa papel e celulose, seguido da linha 29 de sementes e propagação com 54 projetos e empatadas com 53 registros, tecnologia de produtos florestais e da área de gestão, respectivamente as linhas 28 e 34. Somadas, abarcam 45% da pesquisas. No segundo plano estão: a linha de pesquisa 38 que comporta diversos campos da área de ambiência com 43 projetos; mensuração, inventário e manejo (linha 33) tiveram 42 registros e ergonomia e colheita 39 (linha 35). Juntas perfazem 26% dos projetos. Notemos ainda que apenas as linhas 33, 34 e 38 fogem à regra dentre as mais freqüentes. As outras têm sempre supremacia em beneficiar especialmente o setor das grandes indústrias monocultoras de árvores.

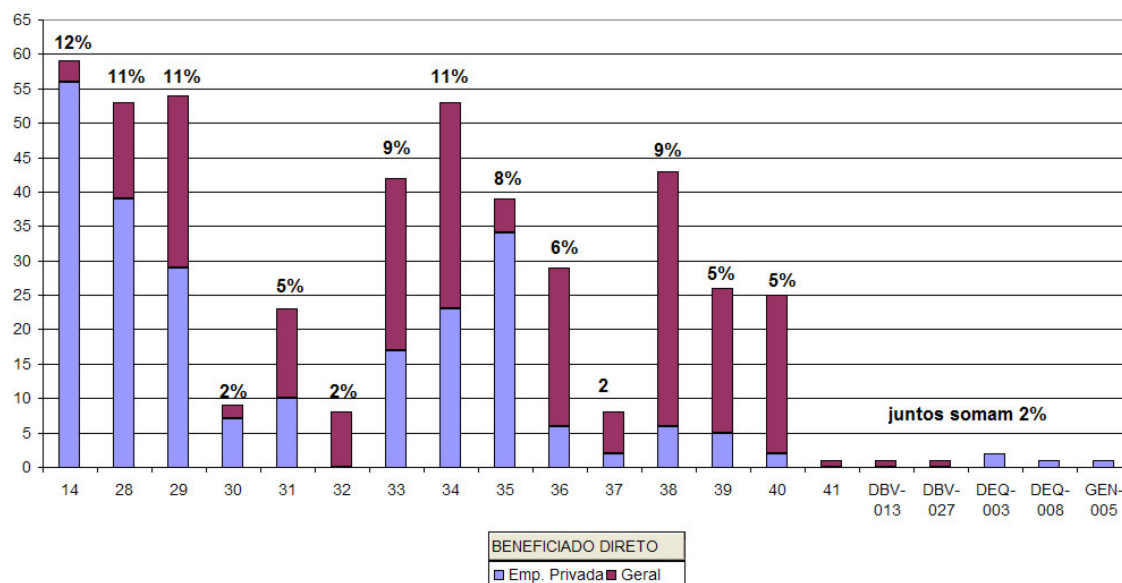


Gráfico 8 – Número de registros por linha de pesquisa e sua representação percentual do total e o beneficiado direto destes no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

Legenda: 14 - Celulose e Papel; 28 - Tecnologia de Produtos Florestais; 29 - Sementes, Propagação e Fisiologia de Espécies Florestais; 30 - Genética e Melhoramento Florestal; 31 - Sistemas Silviculturais e Agroflorestais; 32 - Dendrologia e Fitossociologia; 33 - Mensuração, Inventário e Manejo de Florestas Equiâneas e Inequiâneas; 34 - Política, Economia, Administração, Planejamento e Otimização Florestal; 35 - Ergonomia, Colheita, Estradas e Transportes Florestais; 36 - Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; 37 - Energia de Biomassa Florestal; 38 - Ecologia, Hidrologia, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Manejo e Conservação de Fauna e Sist.; 39 - Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas; 40 - Parques, Recreação e Florestas Urbanas; 41 - Proteção Florestal; DBV-013 - Dinâmica de Ecossistemas (extinta); DBV-027 - Estrutura, Funcionamento e Manejo de Comunidades Vegetais; DEQ-003 - Química de Produtos Naturais; DEQ-008 - Físico-Química; GEN-005 - Genética Quantitativa.

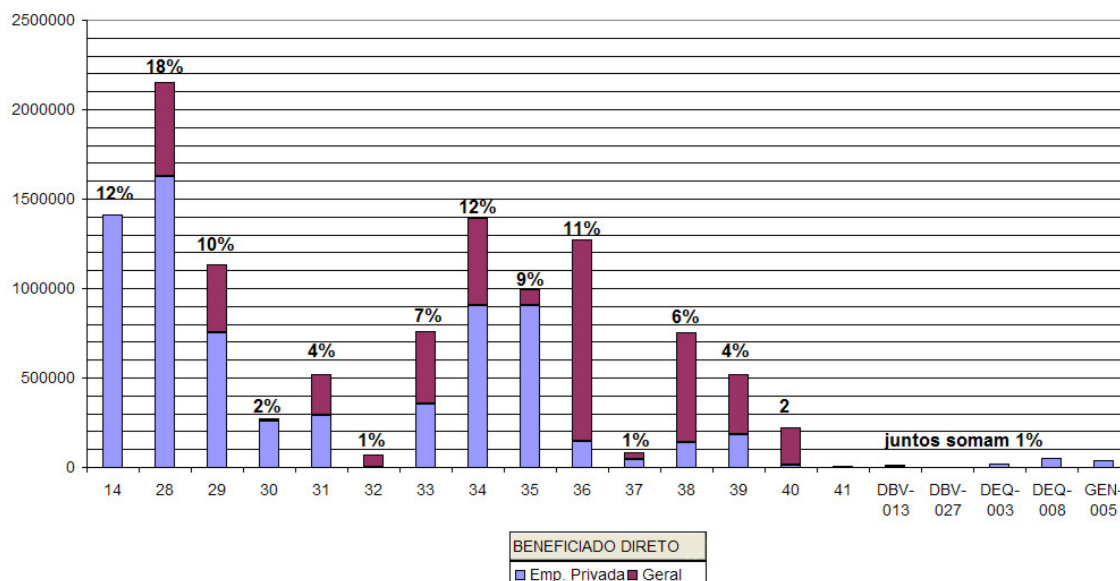


Gráfico 9 – Distribuição dos recursos por linha de pesquisa e sua representação percentual do total e o beneficiado direto destes no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

Legenda: 14 - Celulose e Papel; 28 - Tecnologia de Produtos Florestais; 29 - Sementes, Propagação e Fisiologia de Espécies Florestais; 30 - Genética e Melhoramento Florestal; 31 - Sistemas Silviculturais e Agroflorestais; 32 - Dendrologia e Fitossociologia; 33 - Mensuração, Inventário e Manejo de Florestas Equiâneas e Inequiâneas; 34 - Política, Economia, Administração, Planejamento e Otimização Florestal; 35 - Ergonomia, Colheita, Estradas e Transportes Florestais; 36 - Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; 37 - Energia de Biomassa Florestal; 38 - Ecologia, Hidrologia, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Manejo e Conservação de Fauna e Sist; 39 - Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas; 40 - Parques, Recreação e Florestas Urbanas; 41 - Proteção Florestal; DBV-013 - Dinâmica de Ecossistemas (extinta); DBV-027 - Estrutura, Funcionamento e Manejo de Comunidades Vegetais; DEQ-003 - Química de Produtos Naturais; DEQ-008 - Físico-Química; GEN-005 - Genética Quantitativa.

Mas é comparando com o Gráfico 9 que teremos melhor noção desta tendenciosidade. Tecnologia de produtos florestais fica com 18% de todo o recurso e destes 76% são destinados ao desenvolvimento para o setor empresarial. As linhas de pesquisa 14 e 34 ficam com 12% cada uma. E o destaque fica para esta última da área de gestão em que apesar de um número menor de projetos estar direcionado ao setor privado, a maior parte dos recursos (65%) é destinada a ele. Outros destaques neste mesmo sentido vão para as área de ergonomia e colheita (linha 35) e a de sementes e propagação (linha 29), com 90 e 67% dos recursos a ela destinadas, comprometidas em ampliar o poder de exploração do capital privado. Salienta-se ainda a expressiva quantidade de recursos na linha 36, sensoriamento remoto e geoprocessamento, aquele



convênio com o SIVAM representa quase 65% de todo o recurso desta linha de pesquisa.

Se agruparmos estas linhas de pesquisas nas grandes áreas de conhecimento próximo de como é dividido pelo Departamento obtemos a Tabela 1.

Tabela 1 - Participação de cada linha de pesquisa e área de abrangência por setor beneficiado em dinheiro e proporcionalmente no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

Linhas de pesq. e áreas	Emp. Privada (R\$)	Emp. Privada	Geral (R\$)	Geral	TOTAIS (R\$)	TOTAIS
DEF-14	1.409.498,26	100%	2.898,12	0%	1.412.396,38	12%
DEF-28	1.629.569,97	76%	520.551,14	24%	2.150.121,11	18%
DEF-37	43.414,36	51%	41.612,64	49%	85.027,00	1%
<b>Tecnologia da Madeira</b>	<b>3.082.482,59</b>	<b>85%</b>	<b>565.061,90</b>	<b>15%</b>	<b>3.647.544,49</b>	<b>31%</b>
DEF-29	755.830,67	67%	378.020,20	33%	1.133.850,87	10%
DEF-30	260.279,96	95%	14.186,60	5%	274.466,56	2%
DEF-31	293.645,31	57%	224.483,82	43%	518.129,13	4%
DEF-32		0%	69.224,88	100%	69.224,88	1%
<b>Silvicultura</b>	<b>1.309.755,94</b>	<b>66%</b>	<b>685.915,50</b>	<b>34%</b>	<b>1.995.671,44</b>	<b>17%</b>
DEF-33	355.466,71	47%	405.894,01	53%	761.360,72	7%
DEF-34	903.064,92	65%	488.341,21	35%	1.391.406,13	12%
DEF-35	907.491,78	91%	87.019,18	9%	994.510,96	9%
DEF-36	142.884,30	11%	1.126.494,67	89%	1.269.378,97	11%
<b>Gerenciamento / Manejo</b>	<b>2.308.907,71</b>	<b>52%</b>	<b>2.107.749,07</b>	<b>48%</b>	<b>4.416.656,78</b>	<b>38%</b>
DEF-38	137.270,30	18%	614.589,39	82%	751.859,69	6%
DEF-39	183.985,32	35%	337.271,08	65%	521.256,40	4%
DEF-40	12.368,24	6%	207.971,24	94%	220.339,48	2%
DEF-41		0%	7.969,72	100%	7.969,72	0%
<b>Meio Ambiente</b>	<b>333.623,86</b>	<b>22%</b>	<b>1.167.801,43</b>	<b>78%</b>	<b>1.501.425,29</b>	<b>13%</b>
<b>TOTAIS (DEF)</b>	<b>7.034.770,10</b>	<b>61%</b>	<b>4.526.527,90</b>	<b>39%</b>	<b>11.561.298,00</b>	<b>99%</b>

*“O conhecimento gerado com a pesquisa ambiental no DEF tem sido útil a todos os segmentos que militam no setor, mas certamente tem tido maior aplicação nas empresas florestais ligadas à SIF, uma vez considerado que os pesquisadores do DEF mantêm estreita colaboração com estas, por meio do estabelecimento de parcerias, as quais têm viabilizado diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado” (SILVA, E., 2005, p.6).*

A área de ambiência como um todo, linhas de pesquisa 38, 39, 40 e 41, é a única que não tem a maior parte de seus recursos destinadas, primordialmente às necessidades privadas de grupos empresariais. Não é por acaso que esta área que tem o menor volume de recursos, apenas 13% de toda verba que entra no DEF para pesquisas. O sentido da tendência é explícito. Porém este artigo de um professor do DEF mais uma vez nos dá uma referência da intensidade do sentimento e da racionalidade privada que toma conta do Departamento. Sempre no sentido de reafirmar a parceria público-privada, e construir artificialmente este sentimento de necessidade de uma fundação como a SIF. Mesmo num caso com diferenças tão díspares.

### 3.5. O objeto de estudo

Talvez a principal polêmica que existe dentro da área de atuação de engenheiros e engenheiras florestais seja quanto aos grandes monocultivos de espécies arbóreas, notadamente da espécie *Eucalyptus sp.*. Afinal, como foi levantado na primeira parte deste estudo, o plantio monocultural desta espécie representou um grande marco na história do desenvolvimento florestal e do Brasil. Desde o princípio cheio de controvérsias e em prejuízo de outras ações.

É motivo também de ações de grande vulto, inclusive internacional, como a intervenção no viveiro de mudas da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, por parte de mais de duas mil mulheres da Via Campesina no Dia Internacional das Mulheres em 2006. Neste 8 de março, o tema foi a defesa da agricultura de pequeno porte e da soberania alimentar. E para isso acreditam ser necessário lutar contra o “Deserto Verde” e a expansão das empresas agrícolas de capital internacional (Mano, 2008)<sup>29</sup>. Existem inclusive articulações internacionais<sup>30</sup> e nacionais<sup>31</sup> especificamente de combate a estes plantios, coletam centenas de estudos de caso no mundo inteiro e os publicam para ajudar na mobilização pela mudança no modelo de produção.

---

<sup>29</sup>Maíra Kubík T. Mano faz análise do acontecimento em artigo apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. A ABEEF-UNE divulgou nota com posicionamento sobre a questão (ANEXO C).

<sup>30</sup>WRM - World Rainforest Movement, ou Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, 1999).

<sup>31</sup>Rede Alerta Contra o Deserto Verde, reúne dezenas de organizações não-governamentais e movimentos sociais de diversas matizes ideológicas e origens sociais. Sua luta tem grande foco contra a Aracruz Celulose no Espírito Santo (FASE, 2003).

A partir de sua instância máxima de deliberação, o Congresso Brasileiro dos Estudantes de Engenharia Florestal a ABEEF-UNE (2004) se posiciona claramente<sup>32</sup>:

*A ABEEF preza pela utilização racional e equilibrada da biodiversidade local nos sistemas de produção rural. Portanto se opõe a qualquer tipo de sistema monocultural fundamentado na geração de concentração de terra e renda, visto que causa exclusão social e exploração dos trabalhadores e dos biomas.*

A análise seguinte terá como centro a presença o Eucalipto, verificar qual o nível de frequência nas pesquisas do DEF e quanto recurso ele absorve, e assim poder avaliar a ressonância às críticas feitas a este modelo.

O Gráfico 10 nos mostra que realmente não são maioria os projetos que estão direta ou indiretamente voltadas para a tecnologia com eucalipto. Mas eles representam 44% de toda a pesquisa do Departamento desde o ano 2000. E ao combinar esta informação com a do Gráfico 11 confirmamos que 55% dos quase 12 milhões de reais que entraram para o desenvolvimento científico-tecnológico, foram destinados a estudar os mais variados aspectos de uma única espécie. Cabe lembrar características das florestas num país tropical:

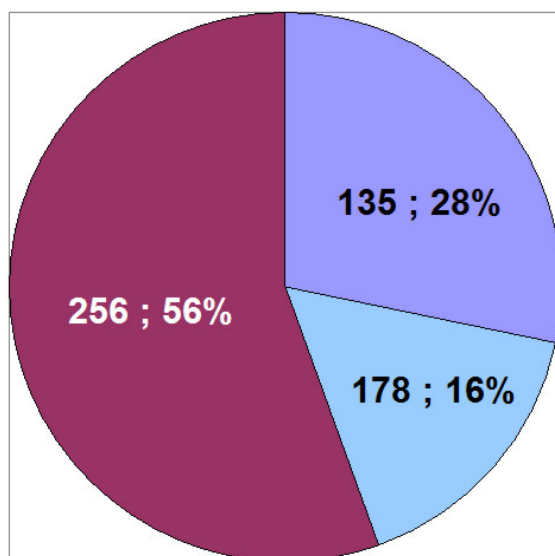
- *Numerosas espécies de árvores e arbustos de todas as idades;*
- *Uma grande quantidade de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto sobre as próprias árvores e arbustos (trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.);*
- *Uma enorme variedade de espécies de fauna que aí encontram abrigo, alimentos e possibilidades de reprodução;*

*Essa diversidade de flora e de fauna interage com outros elementos, como os nutrientes do solo, a água, a energia solar e o clima, de modo a assegurar a sua auto-regeneração e a conservação de todos os elementos que a compõem (flora, fauna, água, solo).*

*As comunidades humanas também fazem parte das florestas, pois muitos povos as habitam, interagem com elas e ali obtêm um conjunto de bens e serviços que garantem a sua sobrevivência (WRM apud ABEEF-UNE, 2004).*

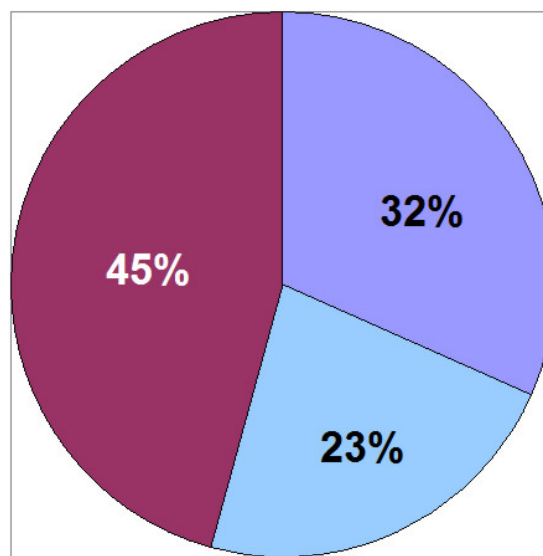
---

<sup>32</sup>Documento completo no início do ANEXO A.



EUCALIPTO?		
Relação Direta	Relação Indireta	Não tem Relação

Gráfico 10 – Número de registros com a espécie *Eucalyptus sp.* e percentual do total no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008



EUCALIPTO?		
Relação Direta	Relação Indireta	Não tem Relação

Gráfico 11 – Divisão dos recursos com a espécie *Eucalyptus sp.* percentual do total no DEF-UFV – jan. 2000 – jul. 2008

A análise das tabelas 2 e 3 podemos afirmar também que existe relação direta entre pesquisar tecnologia relacionada ao eucalipto e beneficiar majoritariamente a iniciativa privada. Pois das 213 pesquisas com *Eucalyptus sp.*, 76% delas, ou 80% dos recursos à esta destinada têm primazia nos avanços produtivistas do setor privado.

Tabela 2 - Frequência de registros de pesquisa relacionados à espécie *Eucalyptus sp.* por setor beneficiado e proporcionalmente no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

EUCALIPTO?	Emp. Privada	%	Geral	%	TOTAL	%
Relação Direta	121	50%	14	6%	135	28%
Relação Indireta	62	26%	16	7%	78	16%
<b>TOTAL Relacionados</b>	<b>183</b>	<b>76%</b>	<b>30</b>	<b>13%</b>	<b>213</b>	<b>44%</b>
<b>Não tem Relação</b>	<b>57</b>	<b>24%</b>	<b>208</b>	<b>87%</b>	<b>265</b>	<b>56%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>50%</b>	<b>238</b>	<b>50%</b>	<b>478</b>	<b>100%</b>

Tabela 3 - Distribuição dos recursos de pesquisa relacionados à espécie *Eucalyptus sp.* por setor beneficiado e proporcionalmente no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

<b>EUCALIPTO?</b>	<b>Emp. Privada</b>	<b>%</b>	<b>Geral</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Relação Direta	3.201.895,16	45%	491.739,14	11%	3.693.634,30	32%
Relação Indireta	2.482.895,59	35%	158.010,86	3%	2.640.906,45	23%
<b>TOTAL Relacionados</b>	<b>5.684.790,75</b>	<b>80%</b>	<b>649.750,00</b>	<b>14%</b>	<b>6.334.540,75</b>	<b>55%</b>
<b>Não tem Relação</b>	<b>1.453.561,58</b>	<b>20%</b>	<b>3.887.645,40</b>	<b>86%</b>	<b>5.341.206,98</b>	<b>45%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.138.352,33</b>	<b>61%</b>	<b>4.537.395,40</b>	<b>39%</b>	<b>11.675.747,73</b>	<b>100%</b>

Ainda discutindo esta questão não existem sinais de mudança. Pois desde 2005 os recursos em números absolutos destinados às pesquisas com eucalipto no DEF só tem crescido como evidencia o Gráfico 12.

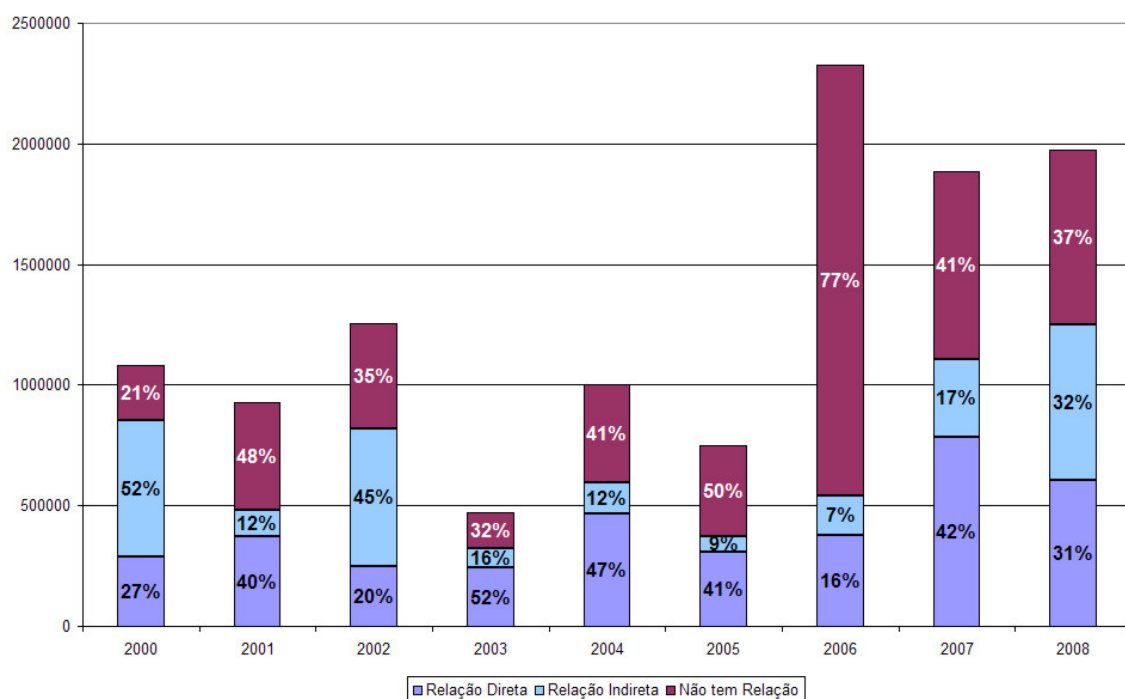


Gráfico 12 – Distribuição dos recursos de pesquisa relacionados à espécie *Eucalyptus sp.* por ano no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

*“O que mudou muito foi o discurso da Floresta, mas na essência ela continua a mesma. [...] depois da Rio 92, mudou um pouco a Floresta, mas... mudou muito na retórica... como aliás mudou tudo né! Desenvolvimento sustentável... RIMA, impacto ambiental e coisa e tal. Fazem é análise fatorial da questão ambiental. Ou seja, mudou, mas não mudou”* Coelho (1999, p. 267).

Como discutido anteriormente, a questão ambiental tomou grandes proporções em nível de grande mídia após a Eco-92. Constantemente temos visto reportagens, muitas vezes alarmistas, sobre esse tema, que é claro também traz reflexos para o Departamento de Engenharia Florestal em análise. Pelo que temos visto até agora, a avaliação empírica acima, daquele mesmo engenheiro florestal entrevistado pela professora France, ao falar sobre isso se encaixa perfeitamente com a situação real do DEF-UFV.

*[...] Colocamos ainda que este tipo de sistema monocultural se reproduz e tem aprofundamento devido à falta de investimento público em pesquisas, ensino e extensão voltados para utilização da nossa biodiversidade tropical, utilizando sistemas agroecológicos e linhas de crédito acessíveis e viáveis aos produtores rurais* (ABEEF-UNE, 2004).

A Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal acerta ao deliberar isso no seu 34º Congresso. Foi o que vimos ao menos quanto ao curso de engenharia florestal da UFV. A Tabela 1 nos dá um panorama que torna muito pertinente esta afirmação, ainda que naquele momento tenha sido a partir de debates empíricos.

É fundamental ao discutir todas estas questões e relações é lembrar que estamos tratando de um curso de nível superior numa universidade pública de renome internacional em diversos aspectos. Considerada pelo Estado brasileiro como a “3ª do país, 1ª de Minas” (IGC/MEC apud UFV, 2008). Isto leva a crer que estes critérios não são observados pelas avaliações, ou exatamente o contrário. Possivelmente elas têm sido avaliadas exatamente com este objetivo, servir de alerta aos governos qual a qualidade dos serviços prestados pelas instituições no seu papel de atender às necessidades privadas de alguns grupos empresariais, a burguesia nacional e internacional.

Gadotti (1995) coloca que não existem mesmo critérios de *relevância social* para o desenvolvimento de pesquisas. Tem se baseado apenas em critérios quantitativos, o que tem trazido uma lógica industrial para nossas instituições. Levando inclusive a diversos métodos escusos para vencer a “corrida das publicações”. Sobre a relevância da pesquisa Gadotti (1995, p. 72) diz: “*o que dará a chamada relevância social será justamente o tema da pesquisa, e a quem interessa esse tema*”. E dá um exemplo semelhante a esse: Quando uma empresa financia uma pesquisa sobre as condições ergonômicas para um trabalhador ou trabalhadora nos seus viveiros, no campo, ou mesmo no escritório. Não é porque desejam melhorar as condições de trabalho do trabalhador, isso acontece quase que por “efeito colateral” do estudo. Na verdade estão em busca de aperfeiçoar os métodos de forma a extrair o máximo possível da capacidade de trabalho daquele trabalhador. Mas é feito de forma que ele e nós ainda acreditemos que é para melhorar as suas condições ou até, ironicamente, “poupá-lo”. Gadotti diz ainda neste mesmo trabalho que estudos sobre condições de trabalho são fundamentais, porém em condições metodológicas e com finalidades de ampliar a resistência contra a exploração do trabalho. A finalidade deste tipo de estudo sempre foi aumentar a produtividade da empresa capitalista e jamais diminuir o grau de exploração do trabalhador.

Quanto à dita “neutralidade” da ciência Gadotti (1995, p. 72) diz que “*não existe ciência sem um sujeito que a faz. É sempre um sujeito que interroga, procura, faz perguntas*”. E mais à frente ele diz:

*Fazer ciência, portanto, não é um ato neutro, é um ato político, vinculado à direção que queremos dar à sociedade. Por isso, nenhuma pesquisa é neutra. A validade de uma pesquisa é menos relacionada ao rigor de sua metodologia do que à sua relevância social.* (1995, p. 74)

As pesquisas realizadas por este Departamento, agora sem dúvidas, efetivamente têm uma clara opção. Não tem mais como argumentar que este direcionamento seria por falta de recursos, pois ainda que sejam poucos, ele tem existido basicamente para um setor da sociedade. Fazem a opção de realizar suas investigações para um dos lados na *luta de classes*<sup>33</sup>. Os que menos precisam, aquela que explora.

---

<sup>33</sup>Denominação para o confronto econômico, ideológico e político entre classes. No capitalismo: burgueses e trabalhadores assalariados.

#### 4. A Extensão no DEF-UFV

*“Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino” (SANTOS, Boaventura de Souza).*

Boaventura de Souza Santos afirma então, que a universidade não tem no ensino e pesquisa objetivos de buscar soluções para mais que um nicho de grupos e pessoas, sendo assim é necessária extensão. A partir dos trabalhos de Silva, M. (2006) e Coelho (1999), podemos inferir que a extensão, é muitas vezes praticada com fins de convencimento da adoção de determinada tecnologia ou produto<sup>34</sup>; como atividades de prestação de serviços, o que justificaria o pagamento por estes; ou compensatórias, assistencialistas, portanto, não prioritárias.

Porém, Boaventura também coloca que a extensão universitária deve ser aprofundada exatamente para que possa se incorporar às outras atividades, ensino e pesquisa. É neste mesmo sentido que vem o Plano Nacional de Extensão elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que coloca-a como

*[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade [...] além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, apud SOUSA, 2005).*

É por meio da extensão que podemos fazer com que a universidade cumpra uma função social para além das elites. *“Ela nos permite ir além das salas de aula, laboratórios e bibliotecas, proporciona que estudantes e professores estejam inseridos na realidade concreta experimentando o fazer acadêmico junto ao fazer profissional e tecendo relações sociais”* que poderão refletir nas políticas públicas institucionais (SOUSA, 2005). A partir daí realizar o processo de trazer os movimentos populares organizados para dentro, construir um processo de empoderamento deles para com aquele espaço e assim disputar as políticas de ensino e pesquisa na universidade.

---

<sup>34</sup>Como é o caso da “Revolução Verde” já relatada.



No Departamento de Engenharia Florestal, a extensão também é um ponto de tensão, pois existem aqueles que acreditam na realização efetiva desta por parte do DEF, e os que dizem existir primazia da pesquisa, em detrimento da extensão, portanto não estaria cumprindo o artigo 207 da Constituição Brasileira que determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para as universidades.

Na tentativa de responder estas questões, foram coletados dados a cerca das atividades de extensão realizadas pelo Departamento de Engenharia Florestal do sítio da UFV, na página da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura através do sistema de Registro de Atividades de Extensão – RAEX. Foi adotado o intervalo de tempo semelhante ao da coleta dos dados de pesquisa, de janeiro de 2000 à julho de 2008.

#### *4.1. Qualificação dos dados de Extensão*

Para definir o item “Linha” referente à extensão foi analisada a descrição de cada registro. O item “Beneficiado” foi classificado como “EP – Empresa Privada” aqueles registros que explicitavam isso e os que deixavam implícitos que seria primária e hegemonicamente usufruído ou com fins de melhorar a imagem da iniciativa privada. Como Acadêmicos ou com Públicos Específicos, aqueles que majoritariamente seria este o público participante, Poder Público ou Empresa pública semelhante ao critério para empresa privada, e os outros como “Geral”. Não existem informações neste sistema sobre a quantidade de recursos aplicados e suas fontes.

#### *4.2. Informações gerais*

O RAEX tem as seguintes classificações de extensão com registros referentes ao DEF: Projetos, Cursos, Eventos, Prestação de Serviço e Museu e Espaço de Ciência. Chama atenção não existir nenhum registro de programas de extensão no Departamento. Uma instituição que considere a extensão como importante, para além de retórica, investiria recursos e tempo na elaboração de programas de extensão para cada área de atuação. Isto explicita que o DEF não tem uma política clara e articulada de extensão.

*Programas: Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviço), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e*

*orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - PEC, 2008).*

Segundo a UFV (2008), projeto é uma “*ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado*”. Quanto à categoria Projetos, enquanto existiam 776 projetos de pesquisa, foram registrado no mesmo período apenas 16 de extensão.

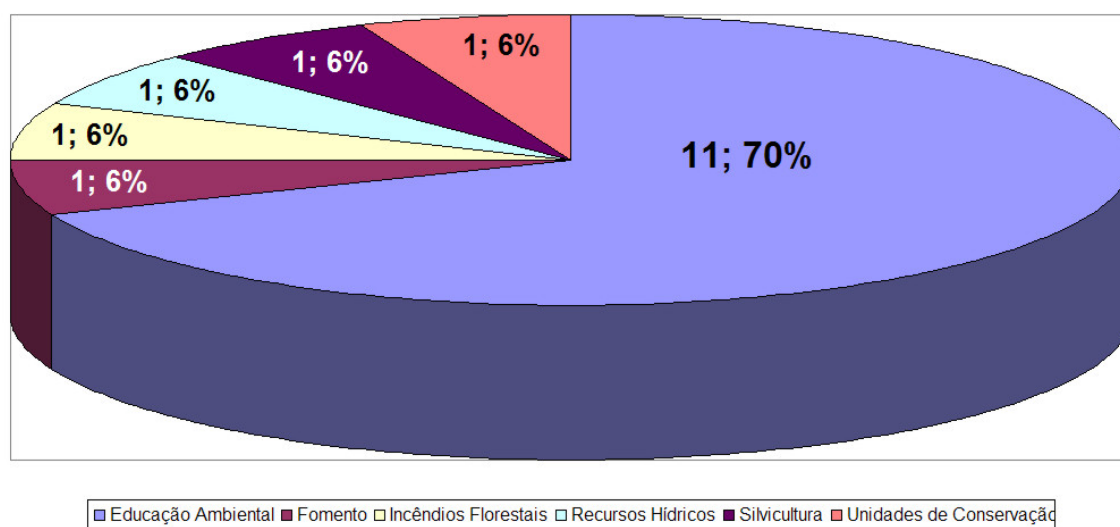


Gráfico 13 – Número de projetos registrados por linha de extensão no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

No Gráfico 13, é notável uma hegemonia de projetos na área de educação ambiental, são 11 projetos, o que equivale a 70%. E a maioria se trata de visitas ou atividades que a envolvem à Estação de Pesquisas e Educação Ambiental Mata do Paraíso, única unidade registrada como espaço de extensão do DEF.

*Museu e Espaço de Ciência: Caracterizam-se como tais os espaços na UFV ou coordenados por esta, que recebem visitas da comunidade viçosenses ou externas. Podem ser cadastrados os museus, laboratórios, espaços esportivos e de lazer, entre outros (PEC, 2008).*

Assim como vimos que na destinação de pesquisas, a área ambiental tem a menor transferência de recursos em benefício da iniciativa privada, e possivelmente por isso tinha a menor quantidade de recursos, os projetos de extensão, também mantêm a mesma lógica. Talvez esteja aqui um dos motivos da subalternização dos projetos de extensão.

A outra categoria diz respeito à realização de cursos que são definidos pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura como: “ação pedagógica, de caráter teórico e, ou, prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Inclui oficina, workshop e treinamentos”.

De acordo com o Gráfico 14, nesta categoria o Departamento possui 26 registros, sendo 9, ou 34% destes, cursos na área de Georreferenciamento, e em segundo lugar a área de Tecnologia da Madeira com 3 cursos representando 11%.

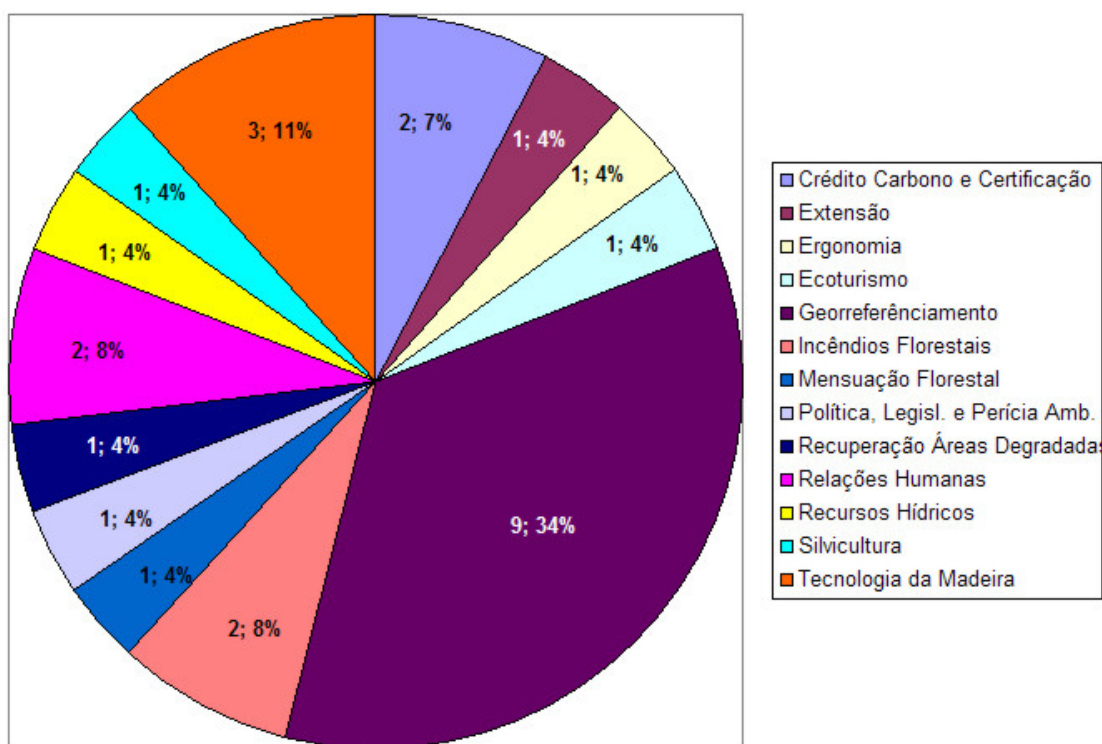


Gráfico 14 – Número de cursos registrados por linha de extensão no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

A categoria “eventos” é definida pela mesma Pró-Reitoria como “ação que implica na apresentação e, ou, exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade”. O Gráfico 15 mostra que dentre os 67 eventos realizados nos últimos oito anos e meio, 21 destes, ou 32% deles são na linha de educação ambiental e em segundo lugar, 13% são eventos promovidos e realizados basicamente pelos estudantes para discutir formação profissional.

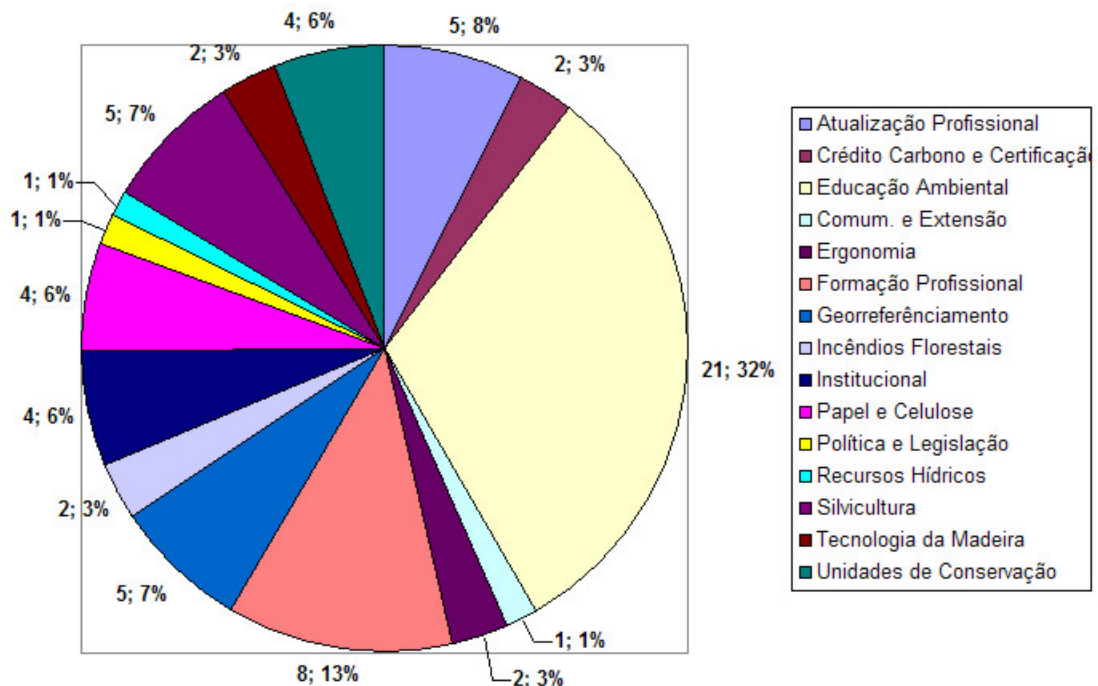


Gráfico 15 – Número de eventos registrados por linha de extensão no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

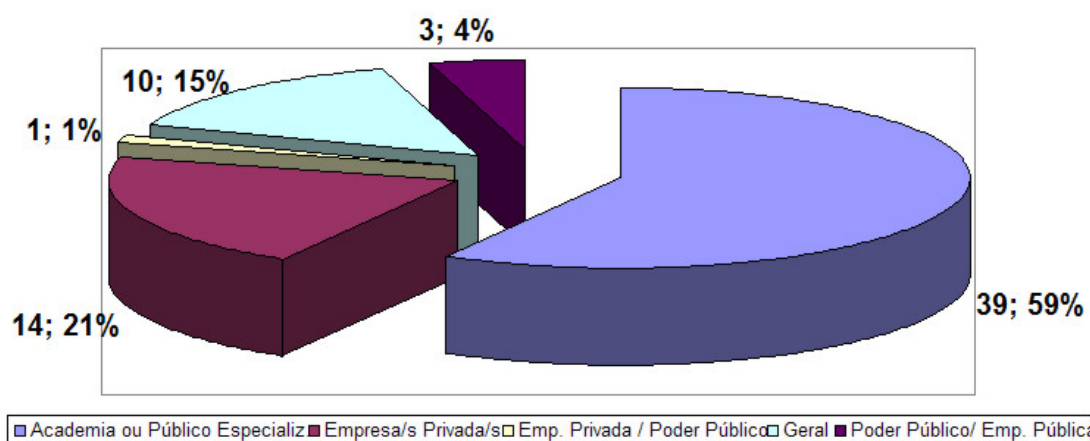


Gráfico 16 – Quem se beneficia com os eventos registrados no DEF - jan. 2000 – jul. 2008

O Gráfico 16 nos traz uma visão dos beneficiados com tais eventos. Em primeiro lugar, com 59% das ocorrências, os eventos beneficiam um público especializado ou acadêmico. 21% deles são eventos voltados às empresas ou que darão visibilidade a elas. E 15% têm amplas condições de grande parte da população participar. É importante frisar, que nenhum dos eventos ambientais registrados em nome do Departamento beneficia preferencialmente a iniciativa privada. Estes estão concentrados na linha da silvicultura, de atualização profissional e os institucionais que são basicamente de promoção da SIF.

A categoria de registros denominados “Prestação de Serviços” é definida pela Pró-Reitoria como:

*Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Ensino Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade (o produto não pode ser visto, tocado ou provado a priori), inseparabilidade (produzido e utilizado ao mesmo tempo) processo/produto e não resulta na posse de um bem. O produto tem caráter acadêmico e caracteriza-se por aquilo que instrumentaliza ou o que é resultado de uma ação de extensão, diferentemente do bem.*

Chama atenção por existirem apenas dois trabalhos registrados. Um em 2005 na linha de manejo de árvores plantadas e outro em 2006 na linha de ergonomia, ambas para grandes empresas do “setor florestal”. É de conhecimento público e notório que a maioria dos professores do DEF realiza prestações de serviço para as mais diversas

empresas do setor privado e também público. Provavelmente, o motivo de não estarem registradas no RAEX é por serem agenciadas hegemonicamente através Sociedade de Investigações Florestais, com isso fogem ao controle da universidade.

#### 4.3. A Concepção de Extensão

Apesar de não existir uma política de extensão, na engenharia florestal a extensão é muitas vezes “confundida” com fomento, como pode ser observado no livro de Ladeira (2002) quando no capítulo 7, dedicado à “extensão e fomento florestal” apresenta apenas políticas de fomento. O Departamento de Engenharia Florestal da UFV segue a mesma lógica. Exemplo disso é o “livro-texto” da disciplina “Comunicação e Extensão Florestal” escrito pelo professor responsável por ministrá-la, considera fomento como extensão em diversos momentos. Até hoje essa disciplina tem grande parte do seu conteúdo voltado ao ensino de técnicas para elaborar o programa, se aproximar, pactuar e fidelizar produtores rurais aos programas de fomento, com ênfase nos empresariais. Ainda que aparentemente só exista um capítulo sobre isso.

Fomento Florestal segundo o professor desta disciplina Silva, E. (2008, p. 65) “*é o conjunto de ações administrativas e técnicas, que estimula o plantio de espécies arbóreas no raio econômico de um determinado interessado maior, em ambientes rurais e/ou periurbanos, com observância da legislação pertinente*”. Basicamente se trata da difusão de tecnologia com fins de suprir de matéria prima alguma empresa ou empresas sem que ela precise comprar terras, ter encargos sociais por não existir vínculos empregatícios e melhor aceitação da sociedade por aparentar ter “*responsabilidade social*” no seu empreendimento. Neste processo o pacote tecnológico está pronto. As ferramentas, insumos, a forma de plantar, manter e colher estão “desenhados”, não existe participação do pequeno produtor na elaboração do programa. Além disso, é individualizado, não existe busca em auxiliar a organização e emancipação daqueles fomentados. Ao contrário, a emancipação é vista como prejudicial, pois a autonomia dos produtores pode não garantir mais o fornecimento do produto desejado e a organização traz força para exigir melhores condições contratuais.

O questionamento à esta concepção de extensão está muito bem descrito num texto<sup>35</sup> elaborado pela professora France para discussão no III Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais em áreas de acampamento e assentamento da reforma agrária em 2006 e em seu livro “A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos” (2005). Que traz uma concepção de extensão baseada na relação em que o produtor rural assistido tecnicamente é sujeito do processo, ele é o agente principal nas definições sobre o que será feito em sua propriedade, inclusive dos métodos e técnicas. Além disso a perspectiva de trabalho deve ser emancipadora, o que não pode ser atingido sem que os pequenos produtores se coletivizem. Tanto para a produção quanto para a venda dos produtos.

---

<sup>35</sup>ANEXO D.

## CAPÍTULO III

### *A Luta pela Universidade Pública*

***Nada é impossível de Mudar***

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.*

*E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

*Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de*

*hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem*

*sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,*

*de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural*

*nada deve parecer impossível de mudar.*

*Bertolt Brecht*

#### ***1. A Busca por Mudanças e a Tentativa de Destituição da Fala***

Ao realizar este trabalho e chegar até aqui, a grande pergunta que surge é: “*e como faremos para mudar isso?*”. Devemos começar por aí mesmo. Considerar que este formato de universidade está equivocado e que precisamos mudar.

Na situação que estamos o “Relatório de Minoria dos Representantes da ADUSP no Grupo de Trabalho das Fundações da Reitoria da USP”, nos aponta um início desse caminhar. Afinal, os argumentos apresentados pela entidade nos documentos aqui citados não nos deixa dúvidas que é essencial eliminar estas sanguessugas das universidades se quisermos rumar à uma instituição com fins públicos. Este Relatório nos aponta diversas medidas perfeitamente factíveis também para a realidade do DEF e da UFV com vistas a iniciar uma transição e eliminar estas organizações das universidades, as Fundações. Diante de sua importância estas recomendações estão no ANEXO G deste trabalho.

A partir daí o rumo ao menos inicial seria a construção de uma universidade em consonância com o chamado projeto democrático e popular cujos princípios foram formulados a partir da década de 80. Em grande medida estes princípios baseiam os projetos de universidade elaborados por cada uma das entidades nacionais das três categorias e que podem ser encontrados em suas respectivas páginas eletrônicas. Os



servidores técnico-administrativos através da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, os servidores docentes por meio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, e os estudantes através da União Nacional dos Estudantes.

Basicamente passam pela garantia de financiamento público estatal; da democratização dos espaços de decisão na universidade, implantando a paridade entre as categorias em todos estes órgãos colegiados das instituições; o fim do vestibular com garantia de acesso a todos os concluintes do ensino médio; a garantia de condições de permanência com uma política forte de assistência estudantil; e especialmente uma profunda reestruturação acadêmica e dos projetos político-pedagógicos das universidades e de cada curso no sentido de reorientação para uma lógica de superação das desigualdades, de priorizar o desenvolvimento da ciência em prol da classe trabalhadora, em prol da ampla maioria da sociedade.

Este processo envolve muitas disputas, embates, disposição e ousadia, como vem demonstrando o movimento estudantil ao realizar o trabalho militante do dia a dia na construção e fortalecimento das suas entidades representativas em todos os níveis, através de diversas assembléias, debates e congressos sobre estas questões, e ações como passeatas, as mais diversas formas de manifestações culturais, ocupação de reitorias, e mais recentemente a ocupação de uma fundação, como foi o caso da SIF em 2007.

Esta última foi resultado exatamente da ingerência de uma empresa privada nas decisões políticas do DEF-UFV e por isso é fundamental que esteja aqui analisada.

### *1.1. O Superego do DEF-UFV aflora*

Os estudantes que participavam do IV Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais, após diversas discussões resolveram realizar um ato público que teria como temática a denúncia da ação das transnacionais no Brasil. A partir disso foi escolhida como alvo a Acesita S/A pertencente a um dos maiores grupos siderúrgicos do mundo, o Grupo Arcelor-Mittal. Em 19 de janeiro de 2007 acontece a ocupação do escritório latino-americano do Grupo, em Belo Horizonte<sup>36</sup>. A manifestação foi

---

<sup>36</sup>Nota distribuída pelos estudantes com a pauta de reivindicações no ANEXO E.

pacífica, os estudantes paralisaram as atividades da empresa durante o dia e após negociações e a garantia de audiência com o Secretário de Estado para discutir a pauta de reivindicações, e vistoria que comprovou as perfeitas condições do prédio, este foi desocupado.

Aqui é preciso revelar que muitas das conquistas democráticas hoje existentes se deram quando as organizações e movimentos sociais lutaram, brigaram e pressionaram por sua implantação. A legislação brasileira, coerentemente, protege essas formas de intervenção popular. O direito de resistência existe na ordem constitucional e pode ser constatado, através do preâmbulo; artigo 1º, caput, inciso II, parágrafos 1º e 2º, artigo 9º; artigo 14, caput e seus incisos, entre outros, além do artigo 28 e item 2 do artigo 29 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Porém,

*“Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e sete, às oito horas, na sala de Reuniões do Departamento de Engenharia Florestal, realizou-se a reunião de número trezentos e cinquenta do Colegiado do DEF (...) Invasão da Acesita Energética Ltda. O senhor presidente falou sobre a invasão da sede da Acesita em Belo Horizonte, organizada por várias entidades estudantis, onde se destacou a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) e sua representação junto ao DEF/UFV. (...) O Prof. (...) acha que o Colegiado deve se manifestar oficialmente junto à Acesita, manifestando seu repúdio a este tipo de manifestação (...) Após discussão sobre o assunto, quando vários professores se manifestaram contra a permanência da ABEEF junto ao DEF, uma vez que ela não pertence à UFV e estaria ocupando espaço indevidamente, foi aprovado, por unanimidade a proposta de manifestação oficial, por parte do Colegiado, à Acesita, repudiando a invasão ocorrida em sua sede, aprovando também a saída da ABEEF das dependências do DEF/UFV”.*

A decisão do Colegiado do Departamento de Engenharia Florestal da UFV, conforme ata de sua reunião de número 350, transcrita acima, além de cheia de vícios, deixa clara a conotação de perseguição política de sua atitude.

Os vícios decorrem de: a ABEEF em nenhum momento foi convidada a prestar esclarecimentos, ou defesa enquanto que a nossa Constituição Federal situou estes princípios em seu inciso LV, artigo 5.º: *"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes;"*. Além disso, a estudante eleita e oficialmente representante dos estudantes naquele Colegiado sequer foi convocada para a reunião. Em que pese o fato dela ser militante da ABEEF, podemos inferir o porquê de não ter sido convocada.

Quando em leitura ao texto da ata de reunião, revela-se que o motivo para a punição e, portanto, a fundamentação jurídica do ato é a chamada “invasão” da Acesita Energética. A fundamentação, essencial para qualquer ato administrativo, concretiza-se na demonstração das razões de convencimento daqueles que tomaram a decisão. Assim, depois de assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando em decisões punitivas, chega-se à fundamentação que justifique o ato. É interessante notar que a fundamentação de que a ABEEF não pertence à UFV e, portanto, ocupa espaço indevidamente casa-se, posteriormente, com a decisão de uma “manifestação oficial, por parte do Colegiado, à Acesita, repudiando a invasão ocorrida em sua sede” e aproveitando o momento para aprovar “*também a saída da ABEEF das dependências do DEF/UFV*”.

A Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal - ABEEF é uma entidade de representação estudantil legitimamente constituída e respaldada em nível nacional. Suas atividades são descentralizadas, não se concentrando apenas no local sede da Coordenação Nacional da Entidade, visto que esta é itinerante. Por isso torna-se relevante que a Entidade ocupe espaços físicos onde possam realizar suas discussões e atividades nas Universidades que possuem o curso de Engenharia Florestal. E assim, como as demais entidades representativas do movimento de educação como associações de professores, de servidores e de estudantes. Não há que se falar em “ilegitimidade” na ocupação de espaços dentro de uma instituição superior de ensino por parte delas, ainda mais quando esta seja pública.

Em decorrência disso, foi deflagrada pelos militantes da ABEEF, do Diretório Central dos Estudantes, gestão “*Voz Ativa*”, e de várias outras entidades do movimento estudantil da UFV uma campanha de denúncia e combate à influência privada nas universidades, culminando com a ocupação da SIF<sup>37</sup> em 17 de abril de 2007 por mais de 300 estudantes (FOLHA DA MATA, 2007).

São debates, campanhas e ações neste sentido que colaboram na disputa para construção de uma universidade democrática e popular que estávamos tratando. E os embates são inevitáveis, pois à esse processo de privatização do público, o sociólogo Francisco de Oliveira (1999) coloca que é essencial a destituição da fala através da desmoralização do discurso e da desqualificação dos opositores. Objetivando a anulação

---

<sup>37</sup>Nota distribuída pelos estudantes com a pauta de reivindicações no ANEXO F.

da política, “*a imposição de um consenso, ao modo das ditaduras*”. E observamos isto facilmente dentro do DEF, e da UFV como um todo, quando se estigmatiza pejorativamente os grupos opositores à esta política privatizante ou ao modelo de produção hegemônico como os “bichos-grilo”, os “eco-chatos”. E quando isto não é suficiente, a tutela, - com a criação de meios para diminuir a autonomia estudantil - e/ou a violência psicológica e muitas vezes física entram em cena (OLIVEIRA, 1999).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O espaço de produção efetiva do conhecimento é a práxis, onde se supera o saber pedante e se produz o saber revolucionário (...) Os espaços de articulação com o movimento do real, como os estágios, a pesquisa e a extensão, acabam por ser atividades marginais. Cair na vida, penetrar no caos, no buraco negro das relações sociais concretas, onde as explicações não são suficientes, onde o conhecimento é frágil, onde a competência formal não serve, é uma aventura que a poucos atrai. É mais confortável o útero morno e seguro da "mãe academia"(...) Os que conseguem, no entanto, romper os muros, por os pés - e a cabeça - para fora, deixando entrar o ar fresco da realidade nos pulmões, têm descoberto que é no movimento, no provisório, no caos, na dinâmica jamais "enquadrada" das relações concretas que se transforma a sociedade, que se faz a revolução (KUNZER apud SOUSA, 2005).*

Os sinais de impacto da forma de exploração florestal no Brasil tiveram início ainda no século XVII, e a partir daí iniciam-se políticas florestais de restrição ao corte de certas espécies nobres, ainda que a preocupação naquele momento fosse econômica e não ambiental. Houve algumas “janelas” abertas durante a história para que fossem modificadas as formas de extração, eram baseadas na construção de técnicas nativas, novas, adequadas àquela realidade edafoclimática. Porém, o modelo de desenvolvimento vencedor veio em sentido oposto. Com o desenvolvimento de tecnologia para o plantio de *Eucalyptus sp.*, os plantios homogêneos de árvores se alastram pelo país, em especial na região atlântica, e colabora sobremaneira para índices baixíssimos de áreas nativas remanescentes.

A indústria chamada de “base florestal” passa a ter significado político e econômico no Brasil após os vastos incentivos financeiros e fiscais, além de grandes latifúndios concedidos aos empresários, que muito se beneficiaram e com isso apoiaram a ditadura militar. E tudo baseado no modelo importado da *Revolução Verde*.

O desenvolvimento sócio-econômico, territorial e político do Brasil sempre foi traçado pelas classes dominantes que daqui se apoderaram e trouxe severas consequências ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Este processo ocorria concomitantemente e em decorrência das disputas, negociações e acordos internacionais, em que o Brasil assumiu o papel de fornecedor de produtos primários para os países que já haviam avançado na revolução industrial, os chamados “desenvolvidos” ou *industrializados*. Foi esta complexa trama que criou as condições de

necessidade, por parte das elites, de criar uma escola educação superior em engenharia florestal na década de 1960.

Estes profissionais surgem para manter a lógica das profissões como legitimadores do poder já estabelecido pelas elites brasileiras, e de aplicadores dos pacotes tecnológicos importados das elites internacionais. No período da ditadura militar e com sua íntima relação com o governo norte-americano, é elaborado um modelo de reforma universitária em que se amplia o caráter tecnicista da estrutura física e pedagógica das universidades, com isso, também da formação do intelecto.

O Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa segue todos estes princípios. Apenas com o fortalecimento do debate ambientalista que tem seu auge a partir da ECO-92 que conseguimos perceber algumas mudanças, ainda não que consigam ir muito além de retórica. A Sociedade de Investigações Florestais fundada pelos professores daquele Departamento se aproveita de toda a estrutura e força de trabalho da Universidade para a realização das suas atividades. Estas se utilizam da virtual desnecessidade do Estado e da construção de uma racionalidade privada dentro do espaço público para existir e têm como finalidades primárias o desenvolvimento de inovações tecnológicas para a iniciativa privada e ampliação, muitas vezes de forma ilegal, do salário daqueles docentes.

A pesquisa no DEF é hegemonicamente sustentada pelo poder público. Apesar disso a grande maioria dos recursos são direcionados, a projetos que têm primazia em beneficiar as empresas privadas. Em decorrência disso existe também uma clara consonância entre o direcionamento dos recursos e as linhas de pesquisa, eles são diretamente proporcionais aos benefícios auferidos pelo empresariado. Grande parte das pesquisas e a maioria dos recursos são também utilizados no desenvolvimento de tecnologia para uma única espécie, o *Eucalyptus sp.*, e não por acaso, afinal, também estão majoritariamente em benefício do capital privado.

O DEF não tem qualquer programa de extensão, pois não existe prioridade nenhuma para esta atividade, nem mesmo na retórica da maioria dos professores. A concepção que existe vem sempre no sentido das consultorias privadas ou nas atividades de fomento agenciadas pela SIF. Os poucos projetos de extensão são hegemonizados exatamente pela área em que foi constatada menor perspectiva privada, possivelmente por isso existam tão poucos.

Este Departamento de Engenharia Florestal ainda segue a lógica impositiva de concepções, normalmente através da deslegitimação do pensamento dos que têm divergências e quando não basta através do poder institucional. Mesmo assim, os estudantes organizados, especialmente nas suas entidades representativas, seguem lutando por uma universidade pública democrática e popular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA FLORESTAL. **Posicionamento da ABEEF-UNE sobre as Plantações de Espécies Arbóreas**. In: Seminário de Planejamento da ABEEF-UNE, 2004, Brasília.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA FLORESTAL. **Sobre o Projeto de Lei que Dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas para Produção, Cria o Serviço Florestal Brasileiro, e dá outras providências**: Proposições elaboradas pela Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal. In: Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, 6., 2005, Brasília.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - S. SIND - ADUSP. **Universidade pública e fundações privadas**: aspectos conceituais, éticos e jurídicos. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/cadernos/fundacao.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica. **Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica**: relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 641 p. (Série ação parlamentar, n. 187)

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. Viçosa, MG: UFV. 2005. 139 p.

COELHO, France Maria Gontijo. **A Construção das Profissões Agrárias**. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.



COELHO, Ideu Moreira. **Ensino de Graduação e Currículo**. Universidade e Sociedade, Brasília: ANDES, n. 5, p. 64-72, 1993.

COMISSÃO PARA COORDENAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA. Não é excessivo o valor do SIVAM para um projeto de controle do espaço aéreo da Amazônia?. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br/INFO/faq2.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2008.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL. Áreas de Atuação: Tecnologia da Madeira. Viçosa, MG. Disponível em: <<http://www.def.ufv.br/interna.php?p=15>>. Acesso em: 3 nov. 2008.

DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. **O que é classe social?**. Sindicato dos Profissionais Liberais de Relações Públicas no Estado de São Paulo, São Paulo, 17 jun. 2008. Disponível em: <[Shttp://www.sinprorp.org.br/clipping/2008/081.htm](http://www.sinprorp.org.br/clipping/2008/081.htm)>. Acesso em: 29 out. 2008.

FANZERES, Anna. **Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados**: Relatório Final de Consultoria. In: Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, 8., 2005, Brasília.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento de Competitividade e Tecnologia. **Avaliação da Política de Desenvolvimento Produtivo**. São Paulo: FIESP, 2008. Disponível em: <[http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/pdp\\_decomtec.pdf](http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/pdp_decomtec.pdf)>. Acesso em 29 out. 2008.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **H2O para Celulose X Água para todas as línguas: O conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A – Espírito Santo.** Vitória: [s.n.], 2006. 89 p.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Onde as árvores são um deserto: histórias da terra.** Amsterdã: Adelante, 2003. 34 p.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL; SINKSWATC. **O Mercado de Carbono: privatização do ar.** [S.l.]: Ita, 2005. 24 p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil.** Pesquisa & Debate. São Paulo: PUC, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Compromisso.** 5. ed. Campinas: Papyrus, 1995. 171 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Geo Brasil 2002: Perpectivas do Meio Ambiente no Brasil.** Brasília: Edições IBAMA, 2002. 440 p.

KOOPMANS, José. **Além do Eucalipto: O Papel do Extremo Sul.** 2. ed. [S.l.: s.n.], 2005. 268 p.

LADEIRA, H. P. **Quatro Décadas de Engenharia Florestal no Brasl.** Viçosa, MG: Sociedade de Investigações Florestais, 2002. 207 p.

LIMA, Kátia. **Organismos Internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo.** Universidade e sociedade, Brasília, n. 31, p. 145-153, 2003.

MANO, Maíra Kubík T. **A mídia e as mulheres de “bom senso”:** Um estudo de caso sobre a ocupação da Aracruz Celulose. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, n. 8, 2008, Florianópolis. Disponível em:

<[http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST17/Maira\\_Kubik\\_T\\_Mano\\_17.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST17/Maira_Kubik_T_Mano_17.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. / COUTINHO, Carlos Nelson et al; FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). **O Manifesto Comunista: 150 anos depois**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 208 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=13&idConteudo=491>>. Acesso em: 2 nov. 2008.

MORELL, Merilio (Editor). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. **Princípios de Governança para Concessões e Contratos em Florestas Públicas**. 2001. Disponível em: <[http://www.imazon.org.br/seminario/documentos/artigos/2b\\_\\_fao\\_-\\_portugues.pdf](http://www.imazon.org.br/seminario/documentos/artigos/2b__fao_-_portugues.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2008.

OCUPAÇÃO na UFV: justiça federal julga impasse. **Folha da Mata**, Viçosa, MG, Capa. 20 abril 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.) Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 55-81.

PIRES, Ismael Eleotério. **Sociedade de Investigações Florestais – SIF**. In: Seminário Florestas Plantadas do Mato Grosso do Sul. Palestra, 2007, Campo Grande. Disponível em <<http://www.reflore.com.br/palestras/SociedadeDeInvestigacoesFlorestas.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2006**. Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. New York, USA, 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 24 out. 2008.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2008. Disponível em: <<http://www.cpd.ufv.br/raex/>>. Acesso em 26 out. 2008.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2008. Disponível em: <<http://www.cpd.ufv.br/Pesquisa/ASP/ProjPorNumProj.asp?Chave=50213750405>>. Acesso em 29 ago. 2008.

RAMOS, Grazianne Alessandra Simões. **Os Impactos da Monocultura do Eucalipto nas Comunidades Rurais do Entorno do Plantios**. 2006. 46 f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 5. ed. São Paulo: Moraes, 1984. 166 p.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **A relevância de classe no debate da desigualdade: classe social e gênero, intersecções**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas: Centro de Estudos Marxistas – CEMARX, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UniCamp, 2007. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Juliana\\_Santos.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Juliana_Santos.pdf)> Acesso em: 29 out. 2008.

SILVA, Elias. **Contribuições do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa para o Desenvolvimento da Área Ambiental no Brasil**. Natureza & Desenvolvimento, Viçosa, MG, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2005.

SILVA, Elias. **Fundamentos de Comunicação e Extensão Florestal**. Viçosa, MG: Suprema, 2008. 72 p.

SILVA, Henrique Moreira de Melo. **A Evolução das Políticas Florestais no Brasil e suas contradições Sócio-ambientais**. 2006. 43 f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

SILVA, Maria do Socorro; VASCONCELOS, Simão Dias. **Extensão Universitária e Formação Profissional**: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 17, n. 33, p. 119-135, 2006. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1280/arquivoAnexado.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2008.

SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS. **Histórico**: O que é a SIF?. Viçosa, MG. Disponível em: <<http://www.sif.org.br/site/scripts/?conteudo=3&sessao=1>>. Acesso em: 31 out. 2008.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **Extensão Universitária na UFG**: Olhando para o passado. *Revista da UFG*. Goiânia: UFG, v. 7, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/index.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/index.html)>. Acesso em: 5 nov. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **UFV, 3ª do país, 1ª de Minas**. Viçosa, MG, 2008. Disponível em <[www.ufv.br](http://www.ufv.br)>. Acesso em: 3 nov. 2008.

VICTOR, Mauro Antônio Moraes, et al. **Cem anos de devastação**: revisitada 30 anos depois. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 72 p.

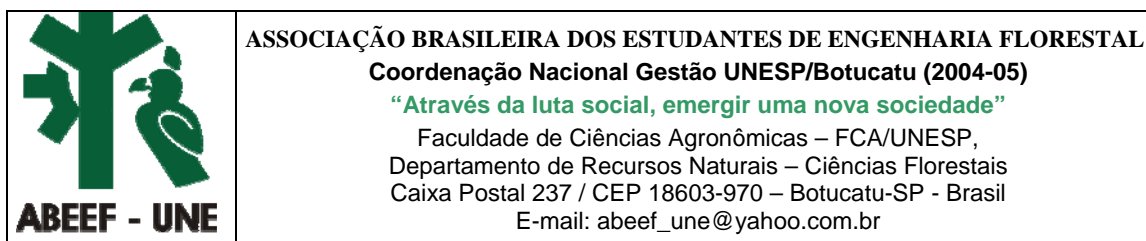
VIEIRA, Zaira Rodrigues. **Atividade Sensível e Emancipação Humana nos Grundrisse de Karl Marx**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS

E ARTES, 5., 2001, Ouro Preto. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/FES/fes0102.htm>>. Acesso em: 29 out. 2008.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT. **Certificando o não-certificável:** certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil. 2003. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/inicio.html>>. Acesso em: 5 maio 2008, 22:37:25.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT. **As plantações não são florestas.** 2003. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/inicio.html>>. Acesso em: 5 maio 2008, 23:15:35.

## ANEXO A



### Posicionamento da ABEEF-UNE sobre as Plantações de Espécies Arbóreas

#### **Deliberação do 34º CBEEF:**

#### **Grupo Temático: MONOCULTURA X BIODIVERSIDADE**

A ABEEF preza pela utilização racional e equilibrada da biodiversidade local nos sistemas de produção rural. Portanto se opõe a qualquer tipo de sistema monocultural fundamentado na geração de concentração de terra e renda, visto que causa exclusão social e exploração dos trabalhadores e dos biomas.

Colocamos ainda que este tipo de sistema monocultural se reproduz e tem aprofundamento devido à falta de investimento público em pesquisas, ensino e extensão voltados para utilização da nossa biodiversidade tropical, utilizando sistemas agroecológicos e linhas de crédito acessíveis e viáveis aos produtores rurais.

Reconhecemos que somos contra os termos floresta plantada, reflorestamento e florestamento quando estes se referem ao monocultivo de espécies arbóreas, e propomos que se realizem debates no seminário de planejamento da ABEEF para reformular estes termos.

Cuiabá, 24 de setembro de 2004.

#### **Deliberação do 3º Seminário de Planejamento da ABEEF:**

Compreendemos que só teremos uma floresta plantada quando esta for biodiversa nos padrões florestais naturais, sendo gerenciada pelo próprio ecossistema a qual esta inserida.

Afirmamos ainda que a floresta não pode ser vista como um produto, ou apenas para fim comercial, mas deve ser vista principalmente na sua função social e ecológica. Diante disso a(o) engenheira(o) florestal deve assumir o papel de utilizar os recursos da floresta, causando o menor impacto possível, e sem permitir que ela se torne um produto.

Tendo claro que plantação de árvore não é floresta, e diante da disputa ideológica, presente principalmente na terminologia utilizada ao se referir às plantações de espécies arbóreas, a ABEEF acredita que não devem ser utilizadas terminologias que possam dar margem a confundir plantação de árvore com floresta.

Utilizando termos como: Plantações de (nome da espécie), cultivo de (nome da espécie), monocultivo de (nome da espécie), e substituindo, nestes casos, o termo florestal por arbóreo.

\* Para a ABEEF, uma Floresta tem:

- Numerosas espécies de árvores e arbustos de todas as idades;

- Uma grande quantidade de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto sobre as próprias árvores e arbustos (trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.);
- Uma enorme variedade de espécies de fauna que aí encontram abrigo, alimentos e possibilidades de reprodução;

Essa diversidade de flora e de fauna interage com outros elementos, como os nutrientes do solo, a água, a energia solar e o clima, de modo a assegurar a sua auto-regeneração e a conservação de todos os elementos que a compõem (flora, fauna, água, solo).


As comunidades humanas também fazem parte das florestas, pois muitos povos as habitam, interagem com elas e ali obtêm um conjunto de bens e serviços que garantem a sua sobrevivência.

\* Retirado do livro “As plantações *não* são florestas” - WRM

Brasília, 26 de novembro de 2004.



## ANEXO B

	<p><b>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA FLORESTAL</b>  <b>Coordenação Nacional Gestão UNESP/Botucatu (2004-05)</b>  <b>“Através da luta social, emergir uma nova sociedade”</b>          Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA/UNESP,          Departamento de Recursos Naturais – Ciências Florestais          Caixa Postal 237 / CEP 18603-970 – Botucatu-SP - Brasil          E-mail: abeef_une@yahoo.com.br</p>
---	--

### **Sobre o Projeto de Lei (agora lei 11.284/2006) que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção, cria o serviço florestal brasileiro, e dá outras providências.**

*Proposições elaboradas pela Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal*

#### **Conjuntura:**

Cerca de 75% das terras da Amazônia são consideradas públicas. Áreas transformadas em unidades de conservação, terras indígenas, ou simplesmente terras que não possuem registro em cartórios. Dominantemente tem se procedido a titulação dessas terras, porém pouco se avançou na efetiva regularização fundiária da região.

Durante a ditadura militar o estado brasileiro arrecadou grandes extensões de terras ao lado de várias estradas que em alguns casos nem saíram do papel. As margens são ampliadas para a atuação de grileiros, madeireiros ilegais, pecuaristas e demais agentes do latifúndio. A consequência é a desastrosa retração da floresta e índices assombrosos de violência rural, incluindo vários casos de trabalho escravo. Os empresários associados a estes absurdos freqüentemente fazem parte dos poderes executivo e legislativos locais e regionais. A concentração do poder faz com que setores sociais organizados localmente sejam freqüentemente impedidos de denunciar crimes ambientais e sociais. Anapus cotidianos transformam-se em tragédia repentina vez por outra.

A ausência do estado também concede liberdade de ação para ONGs associadas a interesses escusos de grupos internacionais e nacionais, numa lógica que leva à submissão dos povos da floresta e a exportação não consentida de recursos materiais e culturais. Contudo, faz-se necessário reconhecer entidades e instituições que desenvolvem experiências sérias contribuindo para a emancipação, articulação e desenvolvimento local de comunidades, associadas à manutenção da floresta.

O comércio internacional de madeiras tropicais tem como principal fornecedor as florestas tropicais da Ásia, porém seus estoques aproximam rapidamente do esgotamento. O Brasil aparece neste contexto como o maior estoque de madeiras tropicais a serem exploradas.

A gestão de florestas públicas para produção tem sido uma recomendação do Banco Mundial, e do Fundo Monetário Internacional para vários países em desenvolvimento, encampada pela FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação como pode ser observado no documento: PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA PARA CONCESSÕES E CONTRATOS EM FLORESTAS PÚBLICAS, editado por Merilio Morell em maio de 2001 pela FAO.

Em 2003, aguardava definição no congresso um projeto cujo mérito eram as Concessões de Florestas Públicas para Produção. O projeto não foi votado. Em 2004, foi criada a Comissão Coordenadora do PNF cuja primeira incumbência foi auxiliar os debates acerca da reformulação do projeto de lei agora chamado de Gestão de Florestas Públicas para produção. A idéia era associar unidades de conservação e zonas destinadas ao manejo florestal sustentável.

As informações divulgadas pelo MMA através da imprensa, contam que “o processo de discussão e elaboração tem sido exaustivo, envolvendo uns conjuntos enormes de instituições e pessoas, incluindo vários ministérios e a Comissão Coordenadora do PNF”.

A ABEEF reconhece que houve participação no processo. Ainda pouca, tendo em vista sua importância estratégica. No final de fevereiro o projeto foi encaminhado à câmara dos deputados em regime de urgência constitucional, o que significa que terá ser votado até 7 de Abril. Contudo a comissão de Meio Ambiente daquela casa ainda não havia iniciados os trabalhos do ano, restringindo a

continuidade dos debates. Várias implicações políticas não foram discutidas, concentrando as discussões ocorridas em questões de ordem técnica e políticas setoriais ainda fragmentadas.

É relevante que os debates continuem para que a demanda que se avizinha possa ser suprida, ao mesmo tempo em que contribui para a redução de desigualdades no nosso país.

### **Questões relacionadas com a posse da terra.**

É sabido e notório que a região amazônica é palco de inúmeros conflitos relacionados à questão fundiária. A ausência do Estado permite a grilagem, a invasão de áreas para o desmatamento ilegal e conversão das florestas em pastagens, apontadas como causas da maioria dos conflitos.

Tendo em vista a baixa capacidade de ação demonstrada pelo estado brasileiro para coibir anunciadas tragédias sociais e ambientais, um empenho em demonstrar que ainda tem controle da região, e que pode intervir de forma pró-ativa, excluindo a corrupção do quadro de funcionários públicos e dotando as estruturas federais existentes, inoperantes ou recém criadas, de condições objetivas, necessárias ao seu bom funcionamento, talvez fosse mais prudente.

Fazer uma reforma agrária modelo para a Amazônia. Que seja massiva e não se confunda com políticas de colonização. Que consiga resolver de fato o conflito entre quem concentra extensões absurdas e a maioria desprivilegiada historicamente na distribuição das terras brasileiras. Desenvolvendo modelos apropriados para assentamentos agroflorestais com as ferramentas de ciência tecnologia do poder público, envolvendo a Embrapa INPAs e demais instituições de pesquisa.

Pensar estrategicamente a reforma agrária na região significa também redirecionar recursos para que a universidade trabalhe junto a comunidades tradicionais, a extensão, a pesquisa e o ensino de forma participativa, que valorize o etnoconhecimento, e contribua para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras amazônidas.

É importante destacar que, mesmo sem a transferência do título de propriedade, a gestão pretendida tem que conceder direitos particulares sobre as áreas a serem manejadas, possibilitando na prática o controle privado de áreas sob titulação pública.

A ABEEF advoga que a regularização fundiária em toda a região seja tratada de forma prioritária e que a responsabilidade em se comprovar a propriedade e o uso do solo, deva ser do proprietário de terras com piso em hectares a ser definido, tendo como referência o número de módulos rurais que o INCRA define como latifúndio por extensão, ou terras passíveis de desapropriação.

Ainda não foram debatidas a contento possíveis implicações sobre as águas, o subsolo, a biodiversidade, especialmente quanto a pesquisas de prospecção ilegais e contrabandos de toda ordem.

### **Sobre o poder econômico:**

O poder público, refém do mercado, perde a capacidade de reagir a afrontas e avanços do capital sobre o bem comum e os direitos sociais. É incontestável a amálgama produzida entre os detentores do grande capital do agronegócio pecuarista-sogicultor-madeireiro, e o poder político local distribuído por todo o arco do desmatamento e demais frentes de retração da Amazônia, destacada a coincidência que recorre sobre o Governo do Mato Grosso, onde o interesse do agronegócio latifundiário anula a possibilidade de reação do poder público estadual frente aos impressionantes índices de desmatamento e incêndios florestais. Mesmo possuindo equipamentos que permitem o diagnóstico quase em tempo real do que está sendo feito de forma criminosa pelas florestas e cerrados.

Há que se temer a provável erosão cultural das comunidades, que podem ser facilmente absorvidas como mão de obra das madeireiras. São necessárias políticas públicas para conservar o saber e a cultura dos povos da floresta, capazes de criar e manter a alteridade no diálogo, valorizar o que é próprio do olhar de quem vive na floresta. Neste contexto o incentivo ao manejo florestal comunitário deve ser prioridade, em detrimento de grandes projetos empresariais, principalmente o de capital internacional, que agora exaure a madeira e reduz a biodiversidade da Ásia, com conseqüências que atingem diretamente as populações do Globo.

O manejo florestal comunitário, em pequena e média escala, pode ser uma alternativa para a geração de renda sem a conversão de florestas, e promotora de inclusão social, desde que acompanhado de outras iniciativas que consigam dar suporte ao desenvolvimento local.

Neste sentido, propomos que seja estabelecido um teto no número de hectares de floresta destinado aos projetos privados. E a exclusão do processo licitatório de empresas e instituições de capital internacional.

### **Histórica e notória a incompetência do estado na fiscalização de florestas:**

O Estado Brasileiro é de notória incompetência na fiscalização de florestas. No que se refere à bioprospecção e à biopirataria a história brasileira é pródiga em exemplos, como a exportação ilegal da seringueira para a Malásia que apressou o fim do ciclo da borracha no Brasil. Enfraquecido o interesse econômico que até hoje corta verbas para a pesquisa na heveicultura, assistimos impotentes o fim de cadeias produtivas nacionais relacionadas à borracha; principalmente após os cultivos homogêneos serem atacados por doenças que se tornaram crônicas.

Recentemente o cupuaçu e o açaí, entraram em disputas internacionais de propriedade de patente. Em tempos onde os recursos genéticos da Amazônia são cobiçados por grandes conglomerados do setor agroquímico-farmacêutico, sedentas de royalties biotecnológicos, cobrados a partir do patenteamento de genes, as ações para evitar este tipo de contrabando terão que ser desenvolvidas e priorizadas.

O debate sobre os incentivos aos grandes projetos, e o conseqüente aumento da presença multinacional numa região estratégica para o país, precisa ser feito afastando a xenofobia, mas reconhecendo as implicações políticas e comerciais já demonstradas.

### **Certificação florestal**

O mercado da certificação tem-se mostrado um instrumento ineficiente para qualificar de forma justa o que seriam boas práticas para o setor. Critérios diferenciados têm sido utilizados para certificar áreas indeferidas por certificadoras mais sérias. Faz-se necessário rediscutir, também de forma participativa, o CERFLOR, para que este seja um instrumento público e soberano de certificação florestal.

### **SNUC**

Priorizar a criação de unidades de conservação que permitam o múltiplo uso das florestas, o manejo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, já previstos no arcabouço legal brasileiro, como as Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, fortaleceria e aperfeiçoaria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, evitando conflitos de responsabilidades entre as instituições que são hoje instrumento de ação por parte do poder público e outras que venham a ser criadas.

### **Serviço Florestal Brasileiro**

Relevante lembrar que importantes operadores da veloz política privatizante no governo anterior, hoje colocam seu trabalho a serviço dos mesmos grupos financeiros beneficiados com a espoliação do patrimônio público. O Governo do Presidente Lula deve-se resguardar de fatos semelhantes que possam acontecer.

O Projeto da criação do Serviço Florestal Brasileiro não deve confundir-se com o Projeto de Lei para Gestão de Florestas Públicas. *Peixe é peixe, boi é boi, peixe boi é outra coisa.*

### **ZEEs:**

Vários estados da região amazônica estão elaborando Zoneamentos Ecológicos e Econômicos. As interfaces entre o programa federal e os programas estaduais ainda não estão claras.

### **Conclusão:**

O país que há muito se empenha em ser um fornecedor mundial de matérias primas para indústrias de bens de consumo em outros países, Pau Brasil, açúcar, café, ouro, hoje vê pesar na balança de exportações o aço, a soja e a pasta de celulose, e em um futuro próximo, as madeiras tropicais. Verá aumentada a demanda e a pressão sobre as florestas. Este fato deve contar bastante para que o Brasil tenha de fato uma política para o setor.

Para tanto é preciso aprofundar ainda mais os debates sobre as conseqüências políticas e técnicas da exploração de florestas em terras públicas. A Conaflor não deverá ser o instrumento utilizado para dar o verniz de participatividade em um processo que no entendimento da ABEEF ainda está incompleto. Neste sentido e por acreditar que são necessárias medidas paralelas ainda não contempladas, pedimos a

observação do princípio da precaução e a retirada do regime de urgência em que o projeto tramita na câmara.

Henrique Moreira de Melo Silva  
**Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal**  
**Núcleo de Conjuntura Política Gestão UFV (2004-2005):**  
*“Nada esperemos de nenhum, sejamos nós quem Conquistemos”.*  
fevereiro de 2005

## ANEXO C



**ABEEF - UNE**

Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal  
Coordenação Nacional Gestão UFV (2005-2006):

**"A única luta que se perde é aquela que se abandona"**

Av. P. H. Rolfs, s/nº, campus da Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Engenharia Florestal,  
Coordenação Nacional da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, sala 02.

CEP: 36570-000 - Viçosa-MG – Brasil / Telefone: (31) 3899-3220

E-mail: abeef\_une@yahoo.com.br

Floresteiros e Floresteiras,

Com a ocupação de 2 mil mulheres da Via Campesina no hortoflorestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro(RS), volta à mídia o conflito no campo. Para entendermos e analisarmos este debate, que possui uma grande força política, torna-se necessário compreender a estrutura agrária brasileira, seu legado e sua formação.

A colonização do Brasil se fundamentou no tripé: **grandes extensões de terras**, baseado na opção de colonização por meio de distribuição de grandes unidades produtivas, as sesmarias; **caráter fundamentalmente agroexportador**, com a matriz de produção monocultora voltada para atender os interesses dos colonizadores e **uso de mão de obra em abundância** (escravidão).

Em 1850, a institucionalização da Lei de Terras regulamentou a situação de posse e propriedade das terras, tornando seu acesso ainda mais restrito, pois foi condicionada a compra. Por meio desta Lei garantiram-se mecanismos que possibilitaram a manutenção da concentração fundiária e da disponibilidade de mão de obra, pois enquanto esta era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de “acesso relativamente livre”, mas quando a mão de obra torna-se livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém seria trabalhador dos latifúndios.

Já no final dos anos 50 e início dos anos 60, a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira, nesta época um importante marco legal para a realização da reforma agrária no Brasil foi o Estatuto da Terra, criado oito meses depois do golpe de 64. O estatuto instaurou as bases para uma disputa que se estende até os dias de hoje sobre as condições de obtenção de terras para a reforma agrária, propriedades que podem ser desapropriadas e em que circunstâncias se constitui o direito a terra.

Ou seja, o Estatuto da Terra criou as condições que possibilitavam a desapropriação por interesse social como caminho para eliminar os conflitos no campo. No entanto, no rearranjo de forças políticas que se seguiu ao golpe, a possibilidade de uma reforma agrária com base na desapropriação foi posta de lado, em favor de um modelo fundado no apoio à modernização tecnológica das grandes propriedades, com incentivos fiscais e crédito farto e barato. Os assentamentos nesta época tinham como fim o que foi denominado de colonização de áreas tidas como desocupadas. Esse foi o caso da Amazônia nos anos 70 e início de 80.

O desenvolvimento da sociedade capitalista industrial também surtiu efeitos no campo, essa modernização ficou conhecida como “Revolução Verde” onde foi incorporado às práticas de produção o uso de insumos industriais e equipamentos agrícolas, esse processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira está intimamente associado ao processo de concentração fundiária.

O desenrolar da história da agricultura brasileira gerou um custo brutal de exclusão social que destaca um restrito acesso à terra a uma imensa maioria da população trabalhadora. Diante dessa imensa desigualdade social, grupos de excluídos mobilizaram-se em torno da luta pela terra.

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil, são ações de resistência frente a intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra e trabalho, afim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. Assim destacam-se: A resistência dos índios e negros a escravização, como a luta dos Tamoios, Potiguaras, Guaranis, e a organização de Quilombos como a União dos Palmares sob a liderança de Zumbi; As inúmeras lutas de resistência camponesa, com destaque a Canudos, em Belo Monte, liderado por Antônio Conselheiro e a Guerra do Contestado em Santa Catarina; As ligas camponesas, símbolo da luta pela terra no nordeste, que ganhou destaque nacional ao criar um novo fato político com as sucessivas mobilizações dos trabalhadores do campo; E os sindicatos dos trabalhadores rurais que foram fortemente cerceados depois de deflagrado o golpe militar de 1964.

Em 1984 surge o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, este toma dimensão nacional, devido a demanda popular por movimentos sociais que sustentassem a bandeira da Reforma Agrária. A inovação do MST em relação às outras representações de trabalhadores sem terra, como Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi a estratégia de ocupação efetiva de terras, adotada para pressionar os governos na implementação de uma política ampla de reforma agrária. Assim, em 1985 foi elaborado do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que deu início a uma nova página na história agrária do Brasil. No entanto, o processo de criação dos assentamentos continuou sendo direcionado pela pressão dos Movimentos Sociais Populares (MSP's).

Historicizando, podemos analisar que desde o início todo o sistema está estruturado para atender os interesse de alguns em detrimento da grande maioria e que todas as importantes conquistas não vieram de graça e sim à custa de conflitos, mobilização social e muita luta.

Partindo de uma análise materialista marxista compreendemos que nós e nossos valores são moldados por relações sociais construídas historicamente e que dentro da concepção hegemônica do grande capital, qualquer política, ato e mobilização que contrarie essa lógica é tido como algo que viola a ordem, os direitos e as leis. É preciso que tenhamos a compreensão de quem dita esses valores, quem formula essas leis e para quem elas servem.

O acontecimento dessa última quarta deixa claro que as contradições estão cada vez mais claras, e que enquanto empresas, como a Aracruz, continuarem reproduzindo essa política que expulsa camponeses e indígenas de suas terras promovendo a concentração fundiária, a poluição do ar e das águas, e acima de tudo mantendo políticas que privilegiam uma minoria da população brasileira, o povo estará reivindicando o que é seu por direito, sendo desta forma sujeito da construção de sua história.

O protesto em uma área de pesquisa da Aracruz não está desvinculado da luta pela terra que perpassa também pela disputa da ciência e da evolução tecnológica. Visto que esta ciência está a favor da manutenção da ordem vigente. Sem uma ciência que seja voltada para a emancipação social, para libertação do pequeno produtor não haverá reforma agrária no Brasil.

Só quando a classe oprimida se apropriar da ciência, da terra, dos meios de produção e do poder, não se tornará necessário atos como o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Nem tão pouco veremos expropriação protagonizada pela Aracruz a mais de 30 anos no Brasil e que causam tanta indignação àqueles que conseguem enxergar além das correntes que o prende.

**“NADA CAUSA MAIS HORROR A ORDEM DO QUE MULHERES QUE LUTAM E SONHAM”**

Coordenação Nacional da ABEEF

## ANEXO D

### III ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR DE VIVÊNCIA Estadual – MG – Jan 2006

#### *A presença dos estudantes em assentamentos rurais*

*France Maria Gontijo Coelho*

Nesta capacitação proponho problematizar a vivência, ou melhor, da presença de estudantes universitários nos assentamentos resultantes da luta pela reforma agrária durante o EIV. Esta experiência de extensão universitária pretende operacionalizar um tipo distinto de relação da universidade com a sociedade. Por meio do estágio é estabelecida uma aproximação crítica que exige que se retome o debate clássico colocado por Paulo Freire num livro escrito no Chile em 1968.<sup>38</sup>

Para iniciar sua discussão, o autor faz uma análise semântica do termo extensão, no contexto de seu uso ligado à prática dos agrônomos junto a agricultores. Suas críticas aos agrônomos são contumazes. A pretensão do “extensionista” de levar conhecimentos puramente técnicos aos “pobres e ignorantes” agricultores é por ele considerada a manifestação de uma visão obtusa do processo de conhecimento, pois o conceito de extensão é entendido como o ato de estender conhecimento de alguém, que se julga sábio (ou sabido), para alguém, que ele pressupõe ser ignorante.

Para Freire, essa concepção não tem sentido e é um desrespeito para com o outro. Quando se acha que se vai estender, pensa-se esse o outro apenas como repositório de seus desejos. Assim, o agricultor, o Sem-Terra, o doente, etc.. são transformados em coisa, num objeto sobre o qual a ação é exercida. Essa visão nega ao **outro** sua condição de um ser que transforma o mundo.

Esse tipo de expectativa e de ação extensionista está presente em qualquer setor no qual se tenha formação profissional e é marcada pela “*necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normaliza-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo.*” (*Idem*: 22)

Freire dizia que extensão não é isso, isso é **INVASÃO CULTURAL!** Para ele a prática da extensão deveria ser educativa! Deve estar ligada a um fazer educativo libertador!

Contudo, para que se supere a **concepção pedagógica autoritária** (própria da prática de um **educador de educandos**, tão comuns na maioria das experiências dos universitários) e que se adote e vivencie uma **concepção dialógica** (própria de um “**educador-educando**”, tão comum em alguns momentos dos movimentos sociais, na qual se trabalha **com** os camponeses e não **para** os camponeses) temos de problematizar os papéis de quem ensina e de quem aprende.

Para que o processo pedagógico do EIV seja verdadeiramente dialógico e libertador, verdadeiramente educativo no sentido da transformação, é indispensável criar as condições para que os camponeses passem a ser “**educandos-educadores**”. Esta inversão é que se poderia esperar no EIV e para isso o estagiário em campo tem um papel fundamental: criar as condições para as vivências horizontais, garantir o encontro entre pessoas.

Para Freire, qualquer profissional tem como obrigação de ofício a função educativa. Mas, o tempo do EIV é o tempo de um conhecer, de uma formação, que pretende superar o formalismo da sala e colocar os estudantes nas dinâmicas dos movimentos sociais, para assim ele possa conhecer um lado da vida social que muita vezes é desconhecida ou desvalorizada na universidade. Exatamente por achar que o futuro profissional tem a tarefa de educar, Freire não podia aceitar que seu trabalho fosse “*rotulado por um conceito que o nega.*” (*Idem* : 23), ou seja, com o equivocado conceito de extensão que induz a uma prática que pretender fazer **para** o outro e não **com** o outro.

Fica claro, assim, o que Freire chamou de força operacional do conceito, pois ele cria a expectativa de um ação autoritária e prepotente numa roupagem de ação benevolente. Essa armadilha do conceito de extensão faz com que alguns extensionistas( ou qualquer profissional, no seu fazer educativo em campo) não percebam que seu fazer assistencialista ou persuasivo é autoritário. Ao confundir, esse conceito anula a idéia de educação libertadora que considera o outro (aquele com o qual se trabalha) como um ser capaz de conhecimento. A pretensão de persuadir as populações rurais a aceitar o que “propagandeiam” não coaduna com a idéia de uma educação que viabiliza a construção de verdades partilhadas.

A definição da melhor forma de fazer agricultura, da melhor forma de lidar com a saúde e a doença, a melhor forma de saneamento, de cozinhar e de comer são em realidade posturas autoritárias.

<sup>38</sup>Paulo FREIRE. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Acho que podemos colocar uma regra de conduta: É PROIBIDO DIZER QUE ESTÁ ERRADO, ATÉ QUE VOCÊ ENTENDA PORQUE É ASSIM E NÃO DE OUTRO JEITO! Isso porque, tudo o eu vemos faz parte de uma forma de vida possível ou a melhor perspectiva de sociedade construída pelo grupo de famílias até aquele momento. As trocas, os mercados, as lutas, enfim, tudo que nos cause estranheza, não acontece por acaso. Qualquer mudança não se sustenta apenas numa rápida ação persuasiva de algum agente externo. Para um processo efetivo, o desafio não é apenas o ‘melhor método de persuasão’, ou seja, uma questão TÉCNICA de comunicação no qual o outro será anulado como cidadão de direitos, manipulado e violentado. Aqui coloca-se uma questão ética!

Como ainda dizia Freire, a idéia de persuasão “jamais” é conciliável com o termo educação como prática da liberdade. Quando se tem a opção libertadora, que valoriza a competência cidadã dos indivíduos em sociedade, tem-se também como projeto de sociedade e fundamento da prática profissional, o desejo de socialização do conhecimento. Para tanto, não se pode considerar o outro como uma **coisa** que se manipula, pois assim lhe nega o direito de pensar, de opinar, de duvidar e, fundamentalmente, de participar, de forma ativa e não passiva, na construção (apropriação e ressignificação) de conhecimentos que orientarão as ações de transformação nas quais esses sujeitos se vêem envolvidos.

Cabe aqui uma outra questão. Como dizia José de Souza Martins<sup>39</sup> há reciprocidade de conseqüências dos projetos de atuação junto a camponeses e indígenas, tanto para os internos como para os externos. Contudo essas conseqüências apresentam-se distintamente sobre esses atores. Os mais vitimados costumam ser os camponeses e indígenas que sofrem as interferências externas. Com a presença deste intruso e estranho, que pertence a outro mundo social, mesmo com a maior boa vontade, faz-se o encontro de mundos distintos. O espaço de interação poderá ser bloqueado e tornar-se não libertador quando principalmente os atores apresentam dificuldade de reconhecimento do *outro* como um outro, humanamente igual e diferente de si.

Esses sujeitos têm, necessariamente, de ser capazes de pensar criticamente sobre seus valores e seu projeto de vida. Por isso, “(...) *não cabe, numa perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entrega-las, prescrevê-las; não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda. Como educador, se recusa a ‘domesticação’ dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão.*” (Freire: 24)

Para tanto, o desenvolvimento da capacidade de descentração, de olhar para além do próprio umbigo, de ver mais além de si é o que se espera do estagiário. Na busca de um “em quem somos semelhantes a esse outro” e na admiração desse diferente, aprendemos com o outro. Essa seria a maior aprendizagem propiciada pelo EIV, tanto para o estudante quanto para os assentados, se o processo for realmente dialógico.

Daí se poder dizer que qualquer pretensão de participação em processos de mudança no campo (que, antes de qualquer coisa, são essencialmente processos sócio-culturais e políticos) faz-se por meio da criação de espaços comunicativos interativos, só possíveis quando se instalam as condições para uma reflexão sadia, sincera e criadora que permita a compreensão das diferentes formas de conhecer que os homens conhecem por suas mais diversas formas sociais, culturais e políticas de vida.

Contudo, como dizia Geertz<sup>40</sup> “*devemos aprender a apreender o que [talvez] não podemos abraçar*” e, assim, desenvolver a capacidade de nossa imaginação de apreender o que está diante de nós. “*Nossa simpatia deriva de sabermos a que preço ele conquistou o direito a suas opiniões e, portanto, o sentimento de amargura que existe nelas; deriva de nossa compreensão da estrada terrível que ele teve de percorrer para chegar a elas, e daquilo – o etnocentrismo e os crimes que ele legitima – que a tornou tão terrível. Se quisermos ser capazes de julgar com largueza, como é óbvio que devemos fazer, precisamos nos tornar capazes de enxergar com largueza*” (p.85)

Sobre esse conhecer diversificado, nada melhor que a fala do mestre Freire: “*Conhecer não é um ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se conhece conhecendo e, ao reconhecer-se, assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (...)*Para

<sup>39</sup> José de Souza MARTINA. **A chegada do estranho**. São Paulo:Hucitec, 1993.

<sup>40</sup> Clifford GEERTZ. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



*isso, é necessário, na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognocentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer.*

*A nada disso nos leva a pensar no conceito de extensão (...) [que] não proporciona, na verdade, as condições para o conhecimento, uma vez que sua ação não é outra senão a de estender um 'conhecimento' elaborado aos que ainda não o têm, matando, deste modo, nestes, a capacidade crítica para te-los.(...) o máximo que se pode fazer é mostrar, sem revelar ou desvelar, aos indivíduos, uma presença nova.(...) a mera captação dos objetos como das coisas, é puro dar-se conta deles e não ainda conhece-los.*

*(...) o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um 'ser-em-situação', é também um ser do trabalho e da transformação do mundo O homem é um ser da práxis, da ação e da reflexão. (...) Atuando, transforma; cria uma realidade que, por sua vez, 'envolvendo-o', condiciona sua forma de atuar. Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro.”(p. 26-28)*

Assim, poderíamos encerrar essa nossa reflexão dizendo que a pretensão de extensão (ato de estender conhecimento de alguém que se julga sábio para alguém que se considera ignorante) comporta um equívoco gnosiológico e epistemológico e, portanto, deve ser superada.

Em realidade o que pode transformar tanto pessoas quanto a vida social é o processo comunicativo e educativo, que modifica ambos os lados em interação. “(...) educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.” (FREIRE: 25)

Por essa reflexão é possível melhor compreender o significado do princípio de não intervenção que fundamenta a proposta do EIV. Esse princípio é uma medida de prudência que todo estagiário deve observar. O tempo agora é para a observação, é o tempo de formação sensível e de esclarecimento político do contexto da reforma agrária. Mesmo assim, sabe-se que só pelo fato de estar lá, sua presença, já provoca impactos, que podem ser desastrosos ou construtivos. Devemos sempre pensar: o que faço permanecerá na memória das pessoas como algo bom de ser lembrado ou uma experiência a ser esquecida? Como eu os vejo, como eles me vêem? Nessa dramaturgia social procure transformar a vivência num encontro de pessoas.

Proponho aqui outras questões para discussão nas brigadas.

Imaginem como será o tempo da vivência em campo:

*O que vai, o que vem e o que fica, para ambos, para o estagiário e para as famílias que o recebe?*

*O que vocês acham que as famílias esperam de vocês?*

*O que seria intervenção e o que não seria?*

*Qual o problema da intervenção neste estágio?*

## **ANEXO E**

### **QUEM GOVERNA MINAS?**

O Movimento Estudantil de Minas Gerais vem a público denunciar a ação criminosa das transnacionais produtoras de monoculturas de eucalipto, que expulsam famílias camponesas de suas terras e depredam o meio ambiente, ameaçando o futuro da vida no planeta. Em Minas Gerais, o Governo Aécio Neves tem mantido uma relação promíscua com estas empresas, que financiaram sua campanha, beneficiando o capital internacional em detrimento da população mineira.

O Governo de Minas controla e censura a mídia mineira! Alguém já viu, leu ou ouviu alguma dessas informações na grande mídia?!? Desafiamos a grande mídia a divulgar esta ação com as informações corretas!!!

### **Aécio capacho das transnacionais!!!**

Só a Acesita doou R\$ 250 mil nas últimas duas campanhas do Aécio. Em 2006, a Gerdau doou R\$ 400 mil. A Mannesmann R\$ 400 mil. A Urucum Mineração, que é da Vale do Rio Doce, doou R\$ 1 milhão. A que custo? O resgate para a Reforma Agrária dos 300 mil hectares de terras devolutas concedidas às transnacionais para a monocultura predatória de eucalipto.

### **POR ISSO EXIGIMOS:**

1. O reconhecimento dos 11 milhões de hectares de terras devolutas - ou seja, públicas - em Minas Gerais;
2. A retirada da PEC 75-100/2004, que facilita a apropriação privada das terras devolutas pelas transnacionais produtoras de eucalipto, permitindo a concessão de terras públicas até 250 mil hectares. Atualmente, a Constituição de Minas Gerais só permite a concessão de até 250 hectares!!!

ABEEF, FEAB, ENEV, ENEnf, DENEM, DCE/UFLA, DCE/UFV, DAMAR, DAAB, DAD/UFU, DABio, DAFAFAR, CAPed/UFV, ITCP/UFV, Coletivo UFVJM, Coletivo UFU, DA Engenharia UFMG.

## ANEXO F

### PORQUE OCUPAR A SIF?

#### **A privatização branda da universidade pública**

A Universidade Pública tem sido alvo das reformas políticas e sociais do projeto neoliberal. O Capital Transnacional, através do Banco Mundial, do BIRD e do FMI, vem traçando diretrizes para as políticas de ensino superior no Brasil. A meta é a transformação, autorizada, das universidades em empresas econômicas, através das Parceiras Público-Privadas, de caráter fortemente privatista, e precarização da estrutura pública.

As reformas para a educação superior não impuseram a privatização explícita das instituições de ensino superior, mas a entrega simulada através das parcerias públicas privadas, medidas que não caracterizam-se em uma política privatista nos moldes convencionais, mas se torna mais eficiente para o Capital ficar com todos os bônus dos interesses assumidos em pesquisas e ensino direcionados e sem o ônus da manutenção com trabalhadores, pesquisadores e estrutura, que fica com o Estado. É o Capitalismo sem riscos. Tanto é, que as áreas de conhecimento não priorizadas pelas empresas, as ciências humanas, são, dentro dessa estrutura universitária, relegadas a segundo plano. Tomamos o exemplo da UFV, que reflete situações semelhantes encontradas em outras instituições de ensino superior. Faltam professores e estruturas adequadas para os cursos de humanas, como Geografia, Comunicação, História, etc. Enquanto nos cursos de Ciências Agrárias, por exemplo, há professores que deixam de lecionar para prestar consultorias às grandes empresas. As decisões sobre a pesquisa passam, agora, a ser dirigidas segundo as vontades do Capital e o que deve ser lecionado tem o seu direcionamento empresarial.

#### **O caso da SIF (Sociedade de Investigações Florestais) e suas empresas conveniadas**

A SIF, fundação de direito privado, se insere no contexto da Parceria Público-Privada. Ligada ao Departamento de Engenharia Florestal da UFV, tem como parceiras as empresas transnacionais atuantes no setor florestal brasileiro. O objetivo da SIF é desenvolver tecnologias, integrando recursos da universidade, de empresas e outras organizações, em benefício do Capital Privado. Assim, a fundação desenvolve projetos de pesquisas e consultorias por meio de convênios com essas empresas. Ou seja, a estrutura pública, seus recursos materiais e humanos são dispostos às transnacionais (como a V&M e a Acesita).

A V&M, transnacional do setor florestal com capitais franceses e alemães, e uma das parceiras da SIF, historicamente desrespeita a legislação brasileira. Ocupa terras públicas de forma irregular no norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, expulsando camponeses, indígenas e quilombolas de suas terras de origem. Promove a terceirização e conseqüente precarização de seus trabalhadores, além de causar degradação ambiental em suas áreas de monocultivo e, recentemente a morte de um geraizeiro, o senhor Antônio, assassinado em frente a sua filha, por coletar lenha (galhos no chão) na área da empresa.

#### **A perseguição ao Movimento Estudantil**

As ações protagonizadas pelo movimento estudantil vêm denunciando a privatização da Universidade Pública e suas implicações. Na ocupação do Conselho Universitário da UFV, em 2006, questionava-se a ausência de uma assistência estudantil. Este fato resultou na perseguição a 3 estudantes através da abertura de processos judiciais.

Nesta linha de denúncia contra as transnacionais, foi realizado um ato pacífico na sede da Acesita S/A em BH por diversas entidades estudantis, em janeiro deste ano. Para punir os estudantes, o DEF expulsou a entidade representativa dos estudantes de engenharia florestal a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) da sala que tinham desde 2003 no Departamento.

**Nossa pauta de reivindicações:**

- 1) Regularização da sala da ABEEF (Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal) no Departamento de Engenharia Florestal;
- 2) Retirada da V&M das empresas associadas à SIF (Sociedade de Investigações Florestais);
- 3) Retirada dos processos de 2005 dos estudantes universitários da Polícia Federal;
- 4) Levantamento de prioridades de gastos da UFV e que a Assistência Estudantil seja priorizada, dessa forma:
  - construção de um novo alojamento;
  - não terceirização do restaurante universitário (RU) que está sendo construído no espaço Multiuso;
  - estrutura para mais estudantes na Biblioteca Central;
- 5) Inquérito de empresas associadas às fundações na UFV. E que a UFV não firme contratos com empresas que tenham passivos ambientais, trabalhistas e sociais;
- 6) Pela estruturação e qualidade do ensino dos cursos de humanas a partir do financiamento público;
- 7) Fiscalização dos docentes que não cumprem sua carga horária de dedicação exclusiva na Universidade;
- 8) Contra o direcionamento dados às pesquisas para atender os interesses das empresas privadas;
- 9) Quebra dos convênios sigilosos entre as empresas e a Universidade;
- 10) Fim das taxas cobradas aos estudantes;
- 11) Retirada da cerca e portões da entrada da Universidade;
- 12) Eliminar as restrições de acesso aos prédios da UFV.

## ANEXO G

### RELATÓRIO DE MINORIA DOS REPRESENTANTES DA ADUSP NO GRUPO DE TRABALHO DAS FUNDAÇÕES DA REITORIA DA USP

#### *Por um processo de transição*

##### **Introdução**

A reflexão e o debate sobre as fundações privadas que atuam na USP ocorrem há mais de uma década. Em 2001, a *Revista Adusp* publicou o “Dossiê Fundações” que teve forte impacto na comunidade. No mesmo ano, o Conselho Universitário da USP foi impedido, pelo movimento estudantil, de deliberar sobre uma proposta de regulamentação das fundações que não havia sido debatida na universidade. Desde então, o tema foi ganhando espaço e, em 2002, a Reitoria da USP constituiu uma Comissão Especial de Fundações que, em seu relatório final, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho.

O GT Fundações foi constituído e, desde fevereiro de 2003, debateu os diversos aspectos relativos à criação, à atuação e aos efeitos das fundações privadas, ditas de apoio, na universidade. As discussões, no âmbito do GT, foram muito proveitosas, e ao longo de todo o processo a Adusp, através de seus cinco representantes, sensível a argumentos substantivos apresentados nesse GT, mas sem perder de vista seus princípios e sua visão de universidade pública, elaborou uma proposta que forma um todo orgânico. Considerando que tal proposta, se apresentada parcialmente, ficaria desfigurada, a Adusp optou por apresentá-la ao CO na sua íntegra. Esta proposta trata de questões fundamentais e de princípio, sem pretender abordar os detalhes e as regulamentações necessárias para a sua implementação. Entendem os proponentes que isso seria matéria a ser analisada posteriormente por grupos especialmente criados com essa finalidade. É necessário destacar de forma eloqüente que, ao longo dos debates, não foram apresentados argumentos acadêmicos que justificassem a necessidade de fundações privadas em uma universidade pública. Por outro lado, ficou evidente que as fundações privadas, criadas com o pretexto de contornar dificuldades de natureza administrativa e entraves legais, acabaram por gerar enormes distorções nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na universidade.

A proposta aqui apresentada tem como eixo central a construção de um processo de transição para uma situação em que o relacionamento da universidade com fundações privadas ocorra exclusivamente por motivação de natureza acadêmica, seguindo princípios que garantam os aspectos éticos e legais que devem nortear as atividades de uma universidade pública.

Consideramos importante que antes da deliberação pelo CO haja ampla discussão acerca do papel das fundações privadas no interior da universidade, com a divulgação dos depoimentos que ajudaram a instruir o processo de discussão dentro do GT Fundações. Igualmente importante é que representantes dos diversos relatórios apresentados ao Reitor tenham direito à palavra nas sessões do CO que irão debater o tema das fundações.

##### **Em relação à questão das Fundações Privadas**

Está claro que não é possível, do dia para a noite, mudar a natureza de um tecido social construído ao longo de décadas. Por outro lado, a universidade pública não pode promover, acolher ou ser conivente com a utilização de seus recursos materiais e humanos e do seu prestígio social para o estabelecimento e desenvolvimento de empresas privadas de serviços, que operam a partir do seu interior. Nossa proposta, portanto, é a construção de um processo de transição para uma universidade efetivamente pública na lógica de seu funcionamento e na destinação da sua produção; uma universidade na qual a origem e o destino de suas ações sejam o ensino e a pesquisa de qualidade, onde a extensão cumpra papel importante na captação de questões relevantes para essas atividades e na sua realimentação para a sociedade onde esta inserida.

Este processo de transição deverá incluir as seguintes providências:

1. Criação de um órgão central (secretaria ou coordenadoria), ligado à Reitoria, para gerenciar convênios, assim como para identificar e remover entraves burocráticos e administrativos ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão que sejam do interesse acadêmico da instituição.
2. Ação política da administração central da USP no sentido de remover, respeitadas as regras básicas de controle e transparência no uso do dinheiro público, as dificuldades legais e administrativas que hoje impedem o bom andamento do trabalho acadêmico e a administração da universidade. Estas ações

poderiam, por exemplo, ser executadas em comum acordo com as outras universidades estaduais, através do Cruesp.

3. Neste período de transição e enquanto é negociada a adaptação das regras de controle administrativo, a USP contará com o apoio de **apenas uma fundação, pública**, de modo a não dificultar o desenvolvimento do trabalho acadêmico.
4. O corpo docente e as Unidades da USP deverão ser incentivados a utilizar a secretaria (ou coordenadoria) proposta no item 1, e, quando necessário, a fundação pública mencionada no item acima, para encaminhar, através de convênios ou de outros mecanismos, a interação com os diversos segmentos da sociedade. A perspectiva é que este processo conduza a uma situação em que qualquer tipo de fundação, inclusive a fundação pública proposta no item 3, seja supérflua.
5. Tanto a secretaria (ou coordenadoria) quanto a fundação pública devem ter caráter estritamente operacional, com quadros técnicos e administrativos enxutos e altamente qualificados. Não terão competência no que se refere às atividades de formação e pesquisa, tendo como fim exclusivo dar apoio técnico às operações de interação da universidade com a sociedade.
6. Deverá ser vedado o estabelecimento de convênio entre a USP e qualquer fundação privada que tenha em sua administração ou conselho curador docentes em RDIDP, membros da administração da universidade ou de seu Conselho Universitário.

#### **Em relação a cursos pagos**

Durante os debates ocorridos no GT Fundações sobre esta questão, ficou claro que a Constituição Federal impõe a gratuidade de qualquer forma de ensino sob responsabilidade de uma universidade pública. Assim, a Constituição torna expressamente proibida a cobrança de cursos, de qualquer espécie, sob responsabilidade da USP.

#### **Em relação ao RDIDP**

Consideramos que este deve ser o regime preferencial de trabalho na universidade em todas as áreas. Tendo em vista os princípios enunciados no item relativo às fundações privadas, particularmente o segundo, todas as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos docentes em RDIDP devem estar intrinsecamente ligadas ao trabalho de ensino e pesquisa. Conseqüentemente:

- tais atividades devem constar de seu plano de trabalho no Departamento e/ou Unidade, fazendo parte integrante de suas tarefas na universidade;
- as relações do docente em RDIDP com a sociedade, no âmbito de suas atividades acadêmicas, devem se dar por vias institucionais e não individuais;
- não há justificativa acadêmica para a existência de complementações salariais.

É importante destacar que a utilização destes critérios e princípios não compromete as possibilidades de interação da universidade pública com os diversos setores da sociedade.

Deve-se ressaltar ainda que há lugar na universidade para especialistas que têm contribuição a dar ao trabalho acadêmico, mas cuja opção principal não é a dedicação exclusiva a esta forma de trabalho. Portanto, a existência dos regimes de RTC e RTP é necessária para o desenvolvimento da universidade.

Concluimos esta reflexão afirmando que não há justificativa de espécie alguma para a “flexibilização” do RDIDP. Defendemos a sua retirada do Estatuto da USP.

*Agosto de 2003*

*Benedito Honório Machado  
Ciro Teixeira Correia  
João Zanetic  
Francisco Miraglia  
Marco Antônio Brinati  
Marcos Nascimento Magalhães  
Suzana Salem Vasconcelos  
Representantes da Adusp no GT Fundações*